

Diego Rafael Vogt

**POR UM TRATAMENTO SEMÂNTICO DAS DESCRIÇÕES
DEMONSTRATIVAS**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de mestre em
Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Renato Miguel Basso

Florianópolis
2011

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Vogt, Diego Rafael

Por um tratamento semântico das descrições demonstrativas
/ Diego Rafael Vogt ; orientador, Renato Miguel Basso -
Florianópolis, SC, 2013.

141 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

1. Linguística. 2. Semântica. 3. Descrições
demonstrativas. 4. Demonstrativos. 5. Determinantes. I.
Basso, Renato Miguel. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III.
Título.

Diego Rafael Vogt


**POR UM TRATAMENTO SEMÂNTICO DAS DESCRIÇÕES
DEMONSTRATIVAS**


Esta Dissertação foi julgada aprovada para obtenção do Título de
"Mestre em Linguística".


Florianópolis, 06 de agosto de 2013.

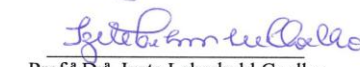
Banca Examinadora:


Prof. Dr. Renato Miguel Basso
Orientador
Universidade Federal de São Carlos


Prof.ª Dr.ª Roberta Pires de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.ª Dr.ª Sandra Quarezemin
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Dr. Sergio Menuzzi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul


Prof.ª Dr.ª Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina
(suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao Renato, pela orientação, conversas e leituras. Agradeço, também e especialmente, pela enorme ajuda que me deu nas últimas semanas de escrita do texto, sem a qual esta dissertação jamais teria sido acabada no tempo previsto. Divido todos os méritos que esse trabalho possa ter com a orientação que recebi.

Ao Professor Sérgio Menuzzi, à Roberta, à Sandra e à Izete, por aceitarem participar da banca de defesa.

À Professora Maria Luiza e à Sandra, pela leitura da qualificação e pelas sugestões que, certamente, ajudaram a guiar o rumo final desta dissertação.

Aos meus pais, Rudi e Cléria, por serem pais muito melhores do que eu poderia querer (e olha que sou exigente!).

À Ana, à Chris, à Fernanda, à Lovânia, ao Lucas, à Meiry e ao Ruan, por terem sido meus grandes interlocutores acadêmicos nesse mestrado.

Ao Estefânio, ao Guto e à mana Raquel, por sempre me receberem de braços abertos em suas residências.

À Ana Paula, ao Dresch, ao Felipe, ao João e à Rafa, pelas amizades e conversas que tanto me inspiraram.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é apresentar e discutir as principais análises encontradas na literatura em semântica formal a respeito da semântica das descrições demonstrativas, dividindo essas análises em dois grupos, o das teorias referenciais e o das teorias descritivistas, defendendo, ao final, a prevalência das teorias descritivistas para a descrição dos dados das línguas naturais, em especial o PB. Parte-se do princípio de que descrições demonstrativas são termos definidos e que se aproximam sintática e semanticamente das descrições definidas, devendo ambas receberem análises similares. Entre teorias referenciais e descritivistas, conclui-se que as teorias descritivistas contemplam melhor essa aproximação entre descrições demonstrativas e descrições definidas, o que acaba lhes conferindo uma aceitação melhor enquanto descrição linguística dessas expressões. No Capítulo I, são apresentados os definidos do PB e suas principais características, mostrando como as descrições demonstrativas se enquadram tipologicamente dentro dessa classe. No Capítulo II, num primeiro momento, é apresentado o trabalho de Kaplan (1989[1977]) como a análise que inaugura questões a respeito da semântica das descrições demonstrativas que devem ser respondidas por qualquer teoria subsequente que pretenda descrever esses termos; num segundo momento, é apresentado um paralelo sintático e semântico entre descrições demonstrativas e descrições definidas, mostrando, nessa comparação, aspectos linguísticos das descrições demonstrativas que extrapolam o alcance empírico da teoria de Kaplan (1989[1977]) e que também devem ser contemplados por qualquer teoria que se objetive a propor um tratamento semântico para essas expressões. No Capítulo III, são detalhadas e analisadas as teorias de alguns dos principais autores que tratam da semântica das descrições demonstrativas na literatura recente, sendo eles Dever (2001), como representante do segmento de teorias referenciais, e Roberts (2002), Elbourne (2008) e Wolter (2006), como representantes do segmento de teorias descritivistas. Por fim, no Capítulo IV, as teorias apresentadas no Capítulo III são avaliadas e têm discutidas suas aceitações enquanto descrição linguística dos dados do PB para a semântica das descrições demonstrativas, encerrando-se o trabalho com uma seção de problemas em aberto que não têm, aparentemente, uma explicação encontrada nas teorias discutidas.

Palavras-chave: Descrições demonstrativas. Definidos. Semântica formal. Teorias referenciais. Teorias descritivistas.

ABSTRACT

The aim of this master thesis is to show and discuss some of the main analyzes found in the literature on formal semantics about the semantics of demonstrative descriptions. These analyzes can be divided into two groups: the referential theories and the descriptive theories, arguing. We will argue that descriptive theories are the best ones to explain the data, in particular the examples in Brazilian Portuguese (BrP). We begin arguing that demonstrative descriptions are defined terms, akin syntactically and semantically to definite descriptions. Between referential and descriptivist theories, we conclude that approaches based on descriptive theories result in better descriptions of the interpretation and distribution of demonstrative and definite descriptions. In Chapter I, we present the descriptions (definite and demonstrative) of the BrP and their main features, showing how demonstrative descriptions fit typologically within the class of descriptions. In Chapter II, firstly, we introduce the theory proposed by Kaplan (1989 [1977]) as an important analysis which poses essential questions about the semantics of demonstrative descriptions that must be answered by any theory which aims at describing these terms; secondly, we present syntactic and semantic parallels between demonstrative and definite descriptions, aiming to show through this comparison linguistic aspects of demonstrative descriptions that go beyond the scope of Kaplan's (1989 [1977]) theory that should nevertheless be addressed by any theory about the semantics of demonstrative descriptions. In Chapter III, we show in details some of the main contemporary theories about the semantics of demonstrative descriptions in the recent literature, namely Dever (2001), as a representative of referential theory, and Roberts (2002), Elbourne (2008) and Wolter (2006), as representatives of descriptivist theories. Finally, in Chapter IV, the theories presented in Chapter III are evaluated and discussed with regards to their success as a linguistic description of the BrP data. We conclude with a section about open problems that apparently are not yet explained by the theories discussed.

Keywords: Demonstrative descriptions. Definites. Formal semantics. Referential Theories. Descriptive Theories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O LUGAR DAS DDEMs DENTRO DA CLASSE DOS DEFINIDOS	18
1.1 O QUE SÃO DEFINIDOS	19
1.2 DUAS DIFERENTES ABORDAGENS PARA A SEMÂNTICA DOS DEFINIDOS	21
1.2.1 A abordagem descritivista	21
1.2.2 A abordagem diretamente referencial	23
1.3 USOS LINGUÍSTICOS DAS DDEMs	25
1.3.1 Uso referencial vs uso atributivo	26
1.3.2 Uso anafórico e variável ligada	26
1.4 SEMÂNTICA E USO LINGUÍSTICO	29
1.5 O LUGAR DAS DDEMs DENTRO UMA TIPOLOGIA PARA OS DEFINIDOS NO PB	31
CAPÍTULO II – CARACTERÍSTICAS SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DAS DDEMs	35
2.1 O TRABALHO PIONEIRO DE KAPLAN (1989[1977])	35
2.1.1 A teoria de Kaplan sobre Indexicais	36
2.1.2 Caráter e Conteúdo	38
2.1.3 Indexicais puros e demonstrativos	41
2.1.4 A análise das DDEMs segundo a teoria de Kaplan	43
2.1.5 Outras propostas para o tratamento semântico das DDEMs	46
2.1.6 Limites da análise das DDEMs pela teoria de Kaplan	47
2.2 OS PARALELOS ENTRE DDEMs E DDEFS	50
2.2.1 O paralelo sintático	51
2.2.1.1 DDEFS e DDEMs como sintagmas encabeçados por determinantes	51
2.2.1.2 Adotando uma análise em que demonstrativos são determinantes	55
2.2.2 O paralelo semântico	56
2.2.2.1 A propriedade de restrição	56
2.2.2.2 Os contextos intencionais	59
2.2.2.3 A composicionalidade de NP	61
2.2.2.4 A leitura genérica	63

CAPÍTULO III – OS TRATAMENTOS SEMÂNTICOS DAS DDEMs

.....	66
3.1 AS ABORDAGENS ALTERNATIVAS PARA AS DDEMs.....	67
3.2 DEVER (2001): UMA PROPOSTA REFERENCIALISTA DIFERENCIADA.....	69
3.2.1 A teoria de Dever (2001) para DDEMs	69
3.2.2 Críticas à teoria de Dever (2001)	78
3.3 TEORIAS DESCRITIVISTAS	81
3.3.1 A teoria de Roberts (2002)	81
3.3.1.1 <i>As semânticas dinâmicas e seus elementos</i>	82
3.3.1.2 <i>Análise das DDEMs</i>	86
3.3.1.3 <i>Demonstrativos simples e o problema da “troca de lugar” para a teoria de Roberts (2002)</i>	90
3.3.1.4 <i>Possíveis críticas ao trabalho de Roberts (2002)</i>	91
3.3.2 Elbourne (2008)	93
3.3.2.1 <i>O modelo usado I: a semântica de situações</i>	93
3.3.2.2 <i>O modelo usado II: a teoria de Nunberg (1993)</i>	96
3.3.2.3 <i>A análise dos demonstrativos</i>	101
3.3.2.4 <i>Demonstrativos simples e o problema da “troca de lugar” para a teoria de Elbourne (2008)</i>	105
3.3.2.5 <i>Considerações finais sobre a teoria de Elbourne (2008)</i>	106
3.3.3 A teoria de Wolter (2006) para as DDEMs	107
3.3.3.1 <i>Argumentos de Wolter (2006) para uma aproximação semântica entre DDEFs e DDEMs</i>	108
3.3.3.2 <i>Diferenças entre usos de DDEFs e DDEMs</i>	111
3.3.3.3 <i>A teoria de Wolter (2006) para as DDEMs</i>	113
3.3.3.4 <i>Explicando os usos das DDEMs pela teoria de Wolter (2006)</i>	117
3.3.3.4.1 <i>Usos referenciais</i>	117
3.3.3.4.2 <i>Usos anafóricos</i>	119
3.3.3.4.3 <i>Usos atributivos</i>	120
3.3.3.5 <i>Demonstrativos simples e o problema da “troca de lugar” para a teoria de Wolter (2006)</i>	123
3.3.3.6 <i>Considerações a respeito do trabalho de Wolter (2006)</i>	124

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROBLEMAS EM ABERTO

4.1 AVALIANDO AS TEORIAS DISCUTIDAS	127
4.1.1 Teorias referenciais vs teorias descritivistas	128
4.1.2 Teorias descritivistas	130

<i>4.1.2.1 Roberts (2002)</i>	130
<i>4.1.2.2 Elbourne (2008)</i>	131
<i>4.1.2.3 Wolter (2006)</i>	132
4.2 ADOTANDO UMA PROPOSTA PARA O PB: ELBOURNE (2008) VS WOLTER (2006)	133
4.3 PROBLEMAS EM ABERTO	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Uma longa tradição de gramáticas normativas e descritivas tem caracterizado as palavras ‘este(a)’, ‘esse(a)’, ‘aquele(a)’ – que doravante chamaremos de *demonstrativos* – como integrantes de uma classe pronominal, a classe dos pronomes demonstrativos¹. E, por assim serem consideradas, é comum haver análises dessas palavras que as considerem semântica e sintaticamente próximas a outros pronomes (como ‘eu’ e ‘ele’, por exemplo) e mais distantes dos determinantes (o artigo definido, por exemplo). Na contramão dessas análises, esta dissertação propõe um tratamento para os demonstrativos que os aproxima mais dos artigos definidos (‘o’ e ‘a’) do que dos pronomes. Argumentaremos que os demonstrativos são determinantes e encabeçam um tipo específico de DP: as *descrições demonstrativas* (doravante DDEMs), que são, para esta análise, similares às descrições definidas (doravante DDEFs):

- (1) A cadeira está quebrada. (DDEF)
- (2) Esta/Essa² cadeira está quebrada. (DDEM)

DDEFs (‘a cadeira’, em (1)) e DDEMs (‘esta cadeira’, em (2)) são DPs de forma *det + N*, em que ‘det’ é um determinante e ‘N’ um nome comum. Defenderemos que os demonstrativos e os artigos definidos estão sempre na projeção *det*, no DP. Há, evidentemente, os casos em que os demonstrativos são usados sem o acompanhamento de um NP descritivo lexicalmente expresso (um caso de NP não expresso é ‘esse é meu filho’³, por exemplo), mas defenderemos que, nesses casos, o NP descritivo que compõe a DDEM está apenas elidido, podendo ter sua informação recuperada no contexto discursivo ou inferida pragmaticamente. Defenderemos, também, que esses dois tipos de descrição são semanticamente definidas, ou seja, pressupõem existência e univocidade do objeto que denotam.

¹ São também caracterizadas como pronomes demonstrativos as palavras ‘isto’, ‘isso’ e ‘aquilo’, porém elas não serão analisadas neste trabalho.

² Não faremos aqui nenhuma distinção entre ‘esse’ e ‘este’; há, obviamente, ainda algumas nuances entre esses dois itens, mas elas não modificam em sua essência a análise aqui proposta.

³ Chamaremos esse tipo de (uso de) demonstrativo, apenas como um rótulo descritivo, de “demonstrativos simples”. Como veremos, boa parte das análises, inclusive o tipo que defenderemos aqui, argumentará que mesmo nesses casos há um NP elidido ou não superficialmente realizado.

O objetivo desta dissertação é revisar a literatura acerca da semântica dos demonstrativos, avaliando as principais teorias sobre esses itens, de modo que, a partir dessa avaliação, possamos propor uma descrição linguístico-semântica coerente com as ocorrências dessas palavras no português brasileiro (doravante PB). Uma parte considerável da literatura acerca da semântica dos demonstrativos se encontra nas discussões da lógica e da filosofia da linguagem. Consideramos relevante trazer essas discussões para este trabalho, pois elas estão carregadas de intuições muito importantes sobre a semântica dessas expressões, intuições que de modo algum podem ser desprezadas por uma boa teoria linguística. O restante da literatura revisada é composto por recentes trabalhos publicados no âmbito da linguística teórico-descritiva e que se encontram dentre do escopo teórico da semântica formal.

Até o presente momento, pelo que pudemos investigar, não encontramos análises em semântica formal para os demonstrativos no PB, o que nos obriga a consultar trabalhos que os descrevem em outras línguas⁴. As teorias sobre demonstrativos que compõem nosso referencial teórico se concentram na análise das DDEMs, salvo os trabalhos de alguns filósofos, que categorizam os demonstrativos como elementos de outra classe, a dos indexicais (entendidos não só como termos que delimitam uma classe de palavras, mas também como termos que trazem em si um certo tipo de concepção sobre esses itens)⁵. Analisaremos algumas dessas teorias tentando eleger qual delas está mais de acordo com as intuições que temos a respeito da semântica das DDEMs no PB, para que assim possamos adotar uma análise para essa língua.

O foco de nossa discussão sobre a semântica das DDEMs é a maneira como elas denotam. O que uma DDEM denota é, assim como qualquer definido, um único objeto extralinguístico⁶. Investigar a semântica dos definidos consiste em determinar os modos como esses termos denotam seus referentes, que é aquilo que os diferencia semanticamente. Havendo diferenças semânticas entre os definidos, espera-se que eles se comportem de modos diferentes em distribuição

⁴ Como exceção, notamos o trabalho de Basso (2009), mas que não é exclusivamente dedicado aos demonstrativos.

⁵ Ver capítulo II.

⁶ Em usos anafóricos, temos a retomada desse tipo de indivíduo; em contextos modais, temos indivíduos que se realizam em diferentes mundos possíveis.

complementar, justificando que a opção do falante por usar um ou outro na sua fala não é aleatória, como vemos abaixo:

- (3) Machado de Assis era mulato.
- (4) O autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* era mulato.
- (5) ???Esse autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* era mulato. (apontando para uma foto de Machado de Assis)

As sentenças (3), (4) e (5) não são usadas aleatoriamente, apesar de os sintagmas em distribuição complementar terem o mesmo indivíduo como referente. Há de se destacar especialmente que a sentença (5) é inadequada ao contexto sugerido – proferi-la apontando para uma foto de Machado de Assis; um falante de PB não pronunciaria (5) em uma situação dêitica, apenas em uma situação anafórica. Confrontemos as sentenças (4) e (5) com as sentenças a seguir:

- (6) ???O autor de *O Português da Gente* trabalha na UNICAMP. (apontando para Rodolfo Ilari)
- (7) Esse autor de *O Português da Gente* trabalha na UNICAMP. (apontando para Rodolfo Ilari)

É interessante notar que a adequação da DDEF e da DDEM em (6) e (7), respectivamente, se inverteram em relação a (4) e (5): em (6), o uso da DDEF é inadequado em situação dêitica. Defenderemos que os usos inadequados da DDEM em (5) e da DDEF em (6) se devem a uma incompatibilidade entre a situação de proferimento dessas sentenças e a semântica desses termos.

Na literatura em filosofia e linguística, existem duas grandes abordagens que têm discutido a semântica dessas expressões: (i) as abordagens diretamente referenciais, que consideram que uma DDEM é um termo que denota diretamente o seu referente, ou seja, denota um referente sem o intermédio do *sentido*, nos termos de Frege⁷, e (ii) as abordagens descritivistas, que consideram que uma DDEM denota um referente por meio de seu *sentido*. Nosso objetivo é propor uma caracterização para a semântica dessas expressões no PB, a partir dos avanços que o debate diretamente referencial *versus* descritivismo tem alcançado.

A tradição diretamente referencial tem chamado as DDEMs de *demonstrativos complexos* (DEMC), como vemos em Dever (2001) e

⁷ Cf. Frege (1892).

Braun (1994 e 2008), enquanto uma posição descritivista tende a chamá-las de *descrições demonstrativas*, a exemplo de Wolter (2006) e Elbourne (2008). Essa distinção terminológica não é trivial, pois ela carrega consigo a natureza de uma discussão muito intensa e profunda, travada no último século de filosofia da linguagem, sobre o debate entre a natureza dos nomes próprios e das descrições definidas. Defender que uma expressão como ‘esta cadeira’ é uma descrição, numa abordagem descritivista fregeana, é assumir que o demonstrativo ‘esta’ é o determinante da descrição, ou seja, um termo de tipo semântico $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$. Já para uma abordagem diretamente referencial, um demonstrativo complexo é um termo de tipo semântico $\langle e \rangle$ ⁸.

Frege (1892) desenvolveu a primeira análise descritivista das descrições definidas⁹, mostrando que elas são termos que possuem significado baseado em dois elementos: o *sentido* e a *referência*. Em contrapartida, Kripke (1980) defende que os nomes próprios são termos diretamente referenciais, expressões que não possuem o elemento *sentido* em seu significado. As propostas desses dois autores para a análise dos termos em questão são radicalmente diferentes. Como será visto adiante, nossa meta é defender a posição fregeana para o tratamento semântico das DDEMs.

O debate diretamente referencial *versus* descritivismo se estendeu dos nomes próprios e DDEFs para os demonstrativos, a partir do trabalho de Kaplan (1989 [1977]), que defendeu que esses termos são diretamente referenciais. Mais tarde, em oposição a Kaplan, trabalhos como os de Roberts (2002), Elbourne (2008) e Wolter (2006) defenderam um tratamento descritivista¹⁰ para os demonstrativos, visando a uma descrição mais completa para a semântica desses termos, e também mais econômica, pois consideram que os definidos e os demonstrativos fazem parte de uma mesma classe.

⁸ Nunca é demais insistir: os termos “descrição demonstrativa” e “demonstrativo complexo” se referem aos meus mesmos itens linguísticos, i.e., à mesma estrutura superficial.

⁹ Expressões com forma ARTD N, em que ARTD é um artigo definido singular (o, a) e N um nome comum, como por exemplo, ‘a casa’ ou ‘o planeta terra’. No trabalho de Russell (1905), devemos entender descrição definida como ‘o F é G’, ou seja, como sendo a relação de duas propriedades por um termo, ‘o’, que foi tratado pelo filósofo como um quantificador. Adotaremos, contudo, uma terminologia talvez mais solta, segundo a qual o termo “descrição definida” remete somente a ‘o F’.

¹⁰ Há diferenças terminológicas na literatura para o que estamos chamando de abordagens descritivistas. Roberts (2002), por exemplo, chama seu tratamento para as DDEMs de uma teoria *indiretamente referencial*.

À primeira vista, de acordo com os testes apresentados em Kaplan (1989[1977]), espera-se que a DDEM seja um termo diretamente referencial¹¹. Entretanto, a forma sintática dessas expressões é similar à de uma descrição definida, como podemos observar nos exemplos (1) e (2). As teorias que consideram a DDEM um termo diretamente referencial têm falhado em explicar, com consistência, como devemos entender a presença do predicado nominal NP nesse constituinte ('cadeira', nos exemplos (1) e (2)). Adotaremos o paralelo entre as DDEFs e as DDEMs como eixo do desenvolvimento da nossa análise, mostrando que as semelhanças semânticas e sintáticas entre esses dois termos são muitas, de modo que o mais plausível é considerar que ambas formam uma mesma classe linguística e buscar, então, uma explicação descritivista para os casos e exemplos que motivam as teorias referencialistas.

Justificando nossas motivações para considerarmos DDEMs descrições, passaremos a analisar as teorias de autores que apresentam propostas descritivistas para entender e explicar a semântica das DDEMs. Nosso objetivo, a essa altura, conforme já mencionado, será adotar a teoria que melhor descreva a semântica dessas expressões, e argumentaremos que tal teoria tem deser descritivista.

A estrutura da dissertação será como se segue: no capítulo I, delimitaremos o escopo da análise desenvolvida no trabalho, mostrando os problemas que se apresentam para a análise dos demonstrativos, a proposta de discussão que esta dissertação pretende desenvolver e alguns conceitos que serão retomados nos capítulos 2 e 3; no capítulo 2, analisaremos as propriedades das DDEMs em paralelo às propriedades das DDEFs, buscando demonstrar que DDEMs podem ser adequadamente tratadas como tipo de uma descrição definida fregeana; no capítulo 3, mostraremos as principais teorias para a semântica das DDEMs que se encontram na literatura. Por fim, na última parte traremos as conclusões e alguns problemas em aberto.

¹¹ Cf. capítulo II.

CAPÍTULO I – O LUGAR DAS DDEMs DENTRO DA CLASSE DOS DEFINIDOS

Muy comúnmente usamos ciertos géneros de expresiones para mencionar o hacer referencia a alguna persona individual, a un objeto singular, a un evento particular, a un lugar o a un proceso, en el curso de lo que normalmente describiríamos como hacer un enunciado sobre esa persona, objeto, lugar evento o proceso. Denominaré este modo de usar las expresiones, “uso referencial singularizador”. Las clases de expresiones más comúnmente usadas de este modo son: pronombres demostrativos en singular (“éste” y “ése”); nombre propios (por ejemplo, “venecia”, “Napoleón”, “Juan”); pronombres personales e impersonales en singular (“él”, “ella”, “yo”, “tú”, “ello”) y frases que comienzan con el artículo determinado seguidas de un sustantivo, adjetivado o no, en singular (por ejemplo, “la mesa”, “el hombre viejo”, “el rey de Francia”).

*Peter F. Strawson, 1950. **Sobre el referir**. In: Ensayos lógico-linguísticos. Madrid: Editorial Tecnos, 1983.*

Neste capítulo, faremos algumas considerações iniciais e apresentaremos alguns dos principais conceitos que mobilizaremos ao longo desta dissertação. Pode ser que, algumas vezes, os conceitos apresentados e o modo de apresentação sejam ou profundos demais para alguns casos ou superficiais demais para outros. Seja como for, nosso intuito é de que este texto seja autossuficiente, por isso recorreremos a definições e termos estritamente necessários para defender nossa tese, qual seja, que abordagens descritivistas para as DDEMs são mais interessantes do ponto de vista linguístico.

No que segue, apresentaremos uma discussão sobre a classe dos definidos e sobre como identificá-la na seção 1.1. Na sequência, seção 1.2, apresentaremos as abordagens fregeana, para as descrições definidas, e kripkeana, para os nomes próprios. Essas duas teorias e os conceitos que elas empregam serão fundamentais para a apreciação da teoria de Kaplan (1989), no capítulo II, e as demais teorias que apresentaremos no capítulo III.

As seções 1.3 e 1.4 versarão sobre alguns dos usos das DDEFs e das DDEMs, principalmente o referencial e o atributivo, com o intuito de exemplificar o que será explorado mais a fundo nos capítulos II e III

deste trabalho. A seção 1.4 discutirá o que vamos entender por forma e uso.

Por fim, a seção 1.5 traz duas tipologias possíveis para os definidos, uma vez que classifica as DDEMs junto com os nomes próprios e outra que os agrupa junto às DDEFs, que é o que, em última instância, defenderemos. Ao lado das tipologias, apresentaremos também os tipos lógicos associados a cada uma das possibilidades de análise dos demonstrativos que compõem as DDEMs.

1.1 O QUE SÃO DEFINIDOS?

Definidos são termos da linguagem que têm em comum uma característica semântica: denotam um *particular* (um *indivíduo*) ou um *indivíduo plural*. *Grosso modo*, consideramos um particular como uma entidade singular mental, real (concreta ou abstrata) ou linguística que se distingue das demais entidades do mundo¹² por meio de um conjunto suficiente de propriedades que lhe são atribuídas. São considerados termos definidos no PB: os nomes próprios, as DDEFs, as DDEMs, os pronomes definidos¹³ e os pronomes demonstrativos¹⁴:

- (1) Maria é bela. (nome próprio)
- (2) A filha do rei é bela. (DDEF)
- (3) Esta mulher é bela. (DDEM)
- (4) Ela é bela. (pronome definido)
- (5) Isso é belo. (pronome demonstrativo)

As expressões singulares sublinhadas em (1)-(5) são termos definidos quando seu uso linguístico se dá num contexto em que elas denotam um particular. No entanto, termos definidos não são só singulares, também podem ter marcação de plural¹⁵:

- (6) As filhas do rei são belas.
- (7) Estas mulheres são belas.

¹² Assumimos, aqui, uma noção ampla de mundo, que envolve o plano físico, mental, metafísico, histórico e a soma do conhecimento e da experiência humana, ou seja, tudo aquilo sobre o qual podemos falar usando uma língua natural.

¹³ Consideramos pronomes definidos os pronomes pessoais (nominativos, acusativos e obliques) e os de tratamento.

¹⁴ Consideramos pronomes demonstrativos apenas os itens ‘isso’ e ‘aquilo’.

¹⁵ Nos exemplos (6) e (7), estamos excluindo possíveis leituras genéricas para a DDEF e a DDEM. Falaremos sobre essas leituras na Seção 2.1.6 do Capítulo II.

(8) Elas são belas.

Os definidos plurais denotam indivíduos plurais, caracterizados aqui, *grosso modo*, como uma soma de particulares que têm pelo menos uma mesma propriedade em comum atribuída a eles ('estas mulheres' expressa que há a soma de dois ou mais particulares que têm a propriedade de ser mulher).

Como saber se um termo é definido? Um teste simples pode resolver essa questão: basta compará-los com sintagmas indefinidos, colocando ambos, simultaneamente, como argumentos de uma sentença afirmativa e da forma negativa da mesma sentença. As sentenças que conterem definidos serão contraditórias, enquanto as que conterem indefinidos serão contingentes:

- (9) ?A menina(i) é bonita e a menina(i) não é bonita¹⁶.
- (10) Uma menina(i) é bonita e uma menina(j) não é bonita.
- (11) ?Ele(i) saiu agora e ele(i) não saiu agora¹⁷.
- (12) Alguém(i) saiu e alguém(j) não saiu.

As sentenças (9) e (11) são contraditórias, pois a DDEF 'a menina' e o pronome 'ele', respectivamente, estão denotando um mesmo indivíduo no contexto em que são avaliadas. (10) e (12), por sua vez, não são contraditórias, porque os indefinidos 'uma menina' e 'alguém' não denotam o mesmo indivíduo. Sintaticamente, os definidos são sintagmas que ocupam a posição argumental de um predicado de primeira ordem, denotando um indivíduo em particular. Um predicado de primeira ordem é um termo que atribui propriedade a um particular ou estabelece uma relação entre particulares. Por denotarem particulares, definidos sempre gerarão sentenças contraditórias quando ocuparem a mesma posição argumental na forma afirmativa e negativa de uma mesma sentença, pois um particular não pode ter e não ter uma mesma propriedade ou relação atribuída a ele simultaneamente.

¹⁶ Como é de se esperar, esse teste também funciona para o plural: ?As meninas são bonitas e as meninas não são bonitas.

¹⁷ Se 'ele' estiver sendo usado com um gesto de apontamento (como um demonstrativo, portanto) e se a cada ocorrência houver um apontamento diferente, teremos uma sentença aceitável em (11). Nesse caso, podemos argumentar que temos, na verdade, duas descrições *diferentes*, algo como 'o homem a minha direita' e 'o homem a minha esquerda', não cabendo no teste, que prevê duas descrições iguais.

Daqui em diante, estaremos investigando algumas diferenças semânticas entre os definidos apresentados em (1)-(5), em especial com relação aos nomes próprios e às DDEFs, de modo que a análise dessas diferenças contribua para o melhor entendimento da semântica da DDEM.

Com isso em mente, vejamos abaixo duas das principais ideias sobre DDEFs e nomes próprios que têm impacto direto sobre as teorizações acerca das DDEMs.

1.2 DUAS DIFERENTES ABORDAGENS PARA A SEMÂNTICA DOS DEFINIDOS¹⁸

Qualquer teoria sobre descrições demonstrativas deve ser feita levando em consideração sua relação com descrições definidas, seja pelo paralelo (ou não) sintático seja pelo semântico, e também sua relação com nomes próprios. Por isso, no que segue apresentaremos algumas das principais abordagens para descrições definidas e nomes próprios que servirão para guiar nossa discussão sobre o estatuto semântico-sintático das descrições demonstrativas.

1.2.1 A abordagem descritivista

A abordagem descritivista tem como base o trabalho de Frege (1982), no qual é considerado, pela primeira vez, que o significado de um termo¹⁹ ou sentença é composto por duas facetas, o *sentido* e a *referência*. A referência é, para Frege, o componente extralinguístico que é referido por um termo ou sentença. Para o autor, sentenças têm

¹⁸ Há, ainda, uma terceira abordagem para lidar com a semântica das DDEFs: a abordagem quantificacional, fundada no trabalho de Russell (1905), em seu famoso artigo *On Denoting*. No entanto, não iremos apresentá-la neste trabalho, pois adotamos a perspectiva da crítica de Strawson (1950) à análise de Russell e consideramos que a abordagem quantificacional apresenta previsões contra intuitivas à interpretação que se tem dos definidos em posição de sujeito, nas línguas naturais, apesar de ser uma teoria bem ajustada à semântica das linguagens formais. Para uma série de argumentos contra a análise russelliana, ver Elbourne (2005), e para uma defesa dessa abordagem contra diversas ordens de argumentos, ver Neale (1990).

¹⁹ Um termo é, basicamente, um predicado ou um argumento que compõe uma sentença.

como referência um valor de verdade (verdadeiro ou falso), enquanto termos podem referir particulares²⁰ do mundo ou *funções*. Frege chamou os termos que denotam particulares de *termos singulares*²¹, sobre os quais deteremos nossa maior atenção daqui em diante. Partindo das sentenças:

(13) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

(14) Vênus é Vênus.²²

Temos, de acordo com Frege (1892), que os termos singulares ‘Vênus’, ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’, em (13) e (14), apesar de possuírem a mesma referência, possuem sentidos diferentes. Podemos entender o sentido como o meio pelo qual o termo alcança sua referência. A sentença (14) não possui nenhum valor epistêmico ou cognitivo, pois sua própria forma ($a = a$) a torna verdadeira *a priori*. Por seu turno, a sentença (13) difere de (14) por ser verdadeira *a posteriori*. De acordo com Frege, (13) é verdadeira porque, quanto à referência dos termos singulares que compõe, há uma relação de identidade, mas há também, além disso, um ganho epistêmico²³ em relação à sentença (14), que se explica pelo fato de que termos singulares que compõem a identidade possuem sentidos diferentes.

Ao falar do conteúdo semântico dos termos singulares, Frege (1892) propõe que o conhecimento que se tem acerca da existência de um referente único e inequívoco para um termo singular é algo que não faz parte do conteúdo assertivo da sentença, mas é um pressuposto:

Quando se assere que “Kepler morreu na miséria”,
pressupõe-se que o nome “Kepler” designa algo; mas

²⁰ Frege não aborda o conceito de *particular*, mas o de *objeto*. Preferimos adotar *particular* para manter coerência com as seções anteriores do trabalho.

²¹ Termos singulares são expressões que denotam um particular extralinguístico. Contudo, há muita controvérsia na literatura linguística e filosófica sobre como esses termos, de fato, denotam e sobre quais são eles (cf. Basso, 2009). As investigações de Frege (1892) sobre os termos singulares recaem sobre as descrições definidas e os nomes próprios.

²² Exemplos adaptados de Frege (1892).

²³ Sabendo que sentença “a estrela da manhã é a estrela da tarde” é verdadeira, aprendem-se informações novas sobre um mesmo objeto do mundo. Por exemplo, antes das descobertas astronômicas, acreditava-se que ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’ eram corpos celestes diferentes, o que tornava então a sentença falsa.

disso não se segue que o sentido da sentença “Kepler morreu na miséria” encerre o pensamento de que o nome “Kepler” designa alguma coisa. Se esse fosse o caso, a negação não seria “Kepler não morreu na miséria”, mas “Kepler não morreu na miséria, ou o nome ‘Kepler’ carece de referência”. Que o nome “Kepler” designa algo é uma pressuposição tanto da asserção “Kepler morreu na miséria” quanto da asserção contrária. (FREGE, 1978 (1892), p. 75)

Desse modo, temos que as grandes contribuições do trabalho de Frege (1892) para a discussão das teorias descritivistas que se seguirão no Capítulo III são: 1) a tese de que termos singulares (que incluiu os sintagmas definidos) possuem sentido e referência; e 2) a intuição de que a existência e univocidade do particular referido por um termo singular é um conteúdo pressuposto.

Outro ponto importante a considerarmos sobre a teoria de Frege para a discussão que se segue é que ele enquadrando nomes próprios e descrições definidas dentro de uma mesma classe semântica, em que ambos são equivalentes a nomes e, por assim conceber sua tese, abre espaço para críticas de outros autores, que veremos a seguir.

1.2.2 A abordagem diretamente referencial

Essa abordagem é inaugurada especialmente pelos trabalhos de Kripke (1980[1970])²⁴, em que o autor lança mão dos conceitos de *designador rígido* e *designador não rígido* para apresentar sua tese sobre a diferença semântica entre nomes próprios e DDEFs.

Partindo de um modelo de semântica de mundos possíveis, Kripke define designador rígido como um termo que tem o mesmo referente em qualquer mundo possível em que esse referente exista; caso o referente não exista em determinado mundo possível, o termo não se refere a nada. Já um designador não rígido é aquele cujo referente pode mudar de acordo com diferentes mundos possíveis²⁵. Kripke defende

²⁴ De fato, a expressão “diretamente referencial” não é de Kripke, mas sim de Kaplan. A intuição por detrás do uso dessa expressão, no entanto, já estava presente nas considerações de Kripke.

²⁵ “Um mundo possível não é um mundo que coexista ao lado do mundo atual [...]. Não é assim uma realidade estranha que possamos descobrir [...] que tem uma existência autônoma, independente do conhecimento que dela se possa ter. [...] Um

que há uma diferença semântica entre nomes próprios e DDEFs, pois, para o autor, um nome próprio é designador rígido e não possui um sentido atribuído a ele, conforme a noção fregeana, enquanto que DDEFs são, geralmente, designadores não rígidos²⁶ e possuem o sentido como componente de seu significado. Essa hipótese pode ser defendida a partir de exemplos como:

- (15) O maior filósofo da antiguidade era um filósofo.
- (16) Platão era um filósofo.
- (17) Necessariamente, Platão é o autor de *República*.

A partir de (15) e (16), pode-se defender que o nome próprio ‘Platão’ não tem um sentido, apenas uma referência, enquanto que a DDEF ‘o maior filósofo da antiguidade’ tem um sentido como componente de seu significado.

A sentença (15) é analítica, devido ao fato de que o sentido da DDEFs ‘o maior filósofo da antiguidade’ sempre a levará a referir um indivíduo que pertence ao conjunto dos que são filósofos. O predicado da sentença, ‘um filósofo’, se aplicará a esse indivíduo em todos os mundos em que ele exista, tornando a sentença verdadeira *a priori*, mesmo que esse indivíduo não seja o mesmo em todos os mundos possíveis.

Já a sentença em (16) não é analítica, é uma contingência. Para Kripke, ‘Platão’ indica o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que ele existe, mas podem haver mundos em que Platão não foi um filósofo, pois não há nada no termo ‘Platão’ que indique isso. Desse modo ‘Platão’ se refere diretamente a Platão; não há intermédio de um sentido. Só podemos saber se Platão foi um filósofo observando como é o mundo em que a sentença está sendo avaliada. Se trocarmos, em (16), o predicado ‘um filósofo’ por qualquer outro, o resultado será o mesmo: uma sentença contingente. Desse modo, em oposição a (15), pode-se defender que ‘Platão’, um nome próprio, é um termo que não possui sentido, apenas referência.

mundo possível corresponde, em primeiro lugar, a um utensílio [...] O aparato dos mundos possíveis é assim uma forma de se poder pensar situações contrafactuais, *i.e.*, diferentes da do mundo atual.” (GRAÇA, 2003, p. 122)

²⁶ Há, na literatura, alguns exemplos de DDEFs que se comportam como designadores rígidos, a exemplo de ‘o menor número primo’. No entanto, também é consenso na literatura de que, na grande maioria das ocorrências, DDEFs são designadores não rígidos.

Por fim, a partir de (17), é possível mostrar que, enquanto nomes próprios são designadores rígidos, DDEFs não o são.

Temos que (17) é falsa. Para que uma sentença que está sob o escopo do operador modal ‘necessariamente’ seja verdadeira, é preciso que ela seja verdadeira em todos os mundos possíveis. Se (17) é falsa, é porque a sentença ‘Platão é o autor de *República*’, apesar de verdadeira no nosso mundo atual, não é verdadeira em todos os mundos possíveis: basta se imaginar uma situação em que foi descoberto que Platão não escreveu *República*, mas roubou a autoria de outrem; desse modo, tem-se um mundo possível em que ‘Platão é o autor de *República*’ é falsa. Entretanto, mesmo nesse mundo, Platão continua sendo Platão, o mesmo indivíduo.

Qualquer atribuição de uma DDEF a Platão pode ser falsa em diferentes mundos, no entanto, o indivíduo Platão continua sendo o mesmo. Já a DDEF ‘o autor de *República*’ pode ter diferentes referentes em diferentes mundos: no nosso mundo atual ela refere Platão, mas em qualquer ou mundo ela poderia ter outro indivíduo como referente. Esse é um argumento a favor da tese de Kripke de que um nome próprio como ‘Platão’ é um designador rígido, enquanto a DDEF é um designador não rígido.

Sendo assim, temos que as teorias diretamente referenciais defendem nomes próprios e DDEFs são diferentes semanticamente e devem ser enquadrados em classes diferentes de termos singulares. No Capítulo II, veremos como Kaplan (1989[1977]) estendeu a proposta de Kripke para os nomes próprios aos termos Indexicais, e iniciou um constructo teórico que influenciou todas as atuais teorias formais para a descrição semântica desses termos.

1.3 USOS LINGÜÍSTICOS DAS DDEMS

Em uma situação discursiva – uma conversa, a narração de uma história, a leitura de um texto, etc. –, os definidos são usados para remeter a entidades (concretas ou abstratas) que estão situadas no contexto desse discurso. Tais entidades podem fazer parte do espaço físico que é percebido pelos falantes, do conjunto de informações que os falantes possuem ou, até mesmo, da própria língua (i.e., do discurso ou da conversação em questão).

A partir do que vimos em nossa exposição de Frege (1892), podemos concluir que a interpretação de sentenças contendo definidos é

dependente da faceta referencial do significado linguístico. Sendo assim, para descrever a interpretação de uma sentença que contém um definido, é preciso entender primeiro o mecanismo²⁷ semântico envolvido no modo como essas palavras denotam. Desse modo, torna-se importante analisar os usos linguísticos para entender como a semântica de uma DDEM se relaciona com o contexto para estabelecer sua denotação, o que possibilita aprimorar a descrição linguística da semântica desse termo.

Nesta seção, veremos rapidamente os três principais usos linguísticos que as DDEMs podem assumir: (i) o uso referencial; (ii) o uso atributivo; e (iii) o uso anafórico.

1.3.1 Uso referencial vs uso atributivo

Donnellan (1966) atentou para uma propriedade muito interessante das DDEFs: elas podem ser ambíguas quanto ao modo como referem. Donnellan defende que uma sentença que contém uma DDEF, do tipo ‘O F é G’, pode (a) expressar um conteúdo sobre um objeto particular denotado pela DDEF ou então (b) expressar um conteúdo sobre qualquer objeto que satisfaça unicamente a DDEF. O autor chamou o uso da DDEF no caso (a) de *uso referencial* e no caso (b) de *uso atributivo*. Grosso modo, a diferença entre os dois usos está em se ter acesso à identidade do referente da DDEF (uso referencial) ou não se ter acesso à identidade do referente da DDEF (uso atributivo):

(18) O assassino do Smith é louco²⁸.

Na argumentação de Donnellan, a sentença (18) é ambígua, pois a DDEF ‘o assassino do Smith’ pode ter interpretação referencial ou atributiva. Imagine-se uma cena em que João está sendo julgado pelo assassinato de Smith e, de repente, o advogado de acusação aponta para João e diz (18). Nesse caso, tem-se um uso referencial da DDEF ‘o assassino do Smith’, pois o ato de apontar para João confere uma identidade ao referente da DDEF. Agora, suponha-se que Smith é encontrado assassinado brutalmente e que o investigador do caso afirma

²⁷Por ‘mecanismo semântico’ entendemos o conjunto de inferências lógico-linguísticas (acarretamento, pressuposição, implicatura) disparadas pelo significado de uma expressão.

²⁸Exemplo citado por Donnellan (1966).

(18). Nessa situação, o uso é atributivo, pois não está sendo exigida a informação de quem é o assassino do Smith, podendo a sentença ser proferida sem que se tenha a menor ideia de quem efetivamente assassinou Smith.

Para Donnellan, a ambiguidade atributivo/referencial não é sintática nem semântica. Trata-se, para ele, de uma questão pragmática que está ligada à intenção do falante para fazer referência a uma entidade da qual se conhece ou não a identidade, o que o poupa de assumir que a DDEF tem uma forma lógica para o uso referencial e outra para o uso atributivo, tornando sua tese mais econômica.

Podemos ter a mesma ambiguidade referencial/atributivo de (18) para DDEMs. Observe-se (19):

(19) Esse aluno é muito distraído.

A DDEM ‘esse aluno’ em (19) pode ter interpretação referencial ou atributiva em diferentes situações. Imaginem-se os seguintes contextos:

(19a) [CONTEXTO: Um professor aplica uma prova com consulta aos seus alunos, deixando-os instruídos a somente colocarem a prova numa caixa azul que está em cima de sua mesa. Há duas caixas em cima da mesa, uma azul e outra vermelha. O professor sai da sala antes que os alunos comecem a entregar a prova e retorna depois que todos já a entregaram. O professor percebe que uma prova foi colocada na caixa vermelha. O professor não reconhece a letra do aluno que colocou a prova na caixa vermelha e também verifica que o aluno não assinou a prova, o que o impossibilita saber de qual dos alunos é a prova em questão. Com a prova em mãos e olhando para ela, o professor diz (19)]:

Esse aluno é muito distraído.

(19b) [CONTEXTO: Um professor aplica uma prova com consulta aos seus alunos, deixando-os instruídos a somente colocarem a prova numa caixa azul que está em cima de sua mesa. Há duas caixas em cima da mesa, uma azul e outra vermelha. O professor sai da sala antes que os alunos comecem a entregar a prova e retorna depois que todos já a entregaram. O professor percebe que uma prova foi colocada na caixa vermelha. O professor verifica que o aluno assinou a prova. O aluno que assinou a prova é João. O professor aponta para João diz (19)]:

Esse aluno é muito distraído.

Em (19a), o uso da DDEM ‘esse aluno’ é claramente atributivo enquanto, em (19b), o uso é referencial. O uso referencial de ‘esse aluno’ em (19b) também pode ser tratado como um *uso dêitico*. Os usos dêíticos dos definidos são um tipo de uso referencial que se dá por meio da ostentação do referente do termo, ostentação que geralmente é dada por um apontamento ou demonstração. Mas nem todo uso referencial é dêitico. Nomes próprios são termos referenciais por excelência²⁹, ou seja, são quase sempre usados referencialmente, mas não requerem a ostentação do referente por meio de um apontamento ou demonstração, pois, quando se usa um nome próprio, a identidade do referente é dada automaticamente.

1.3.2 Uso anafórico e variável ligada

O uso anafórico é uma função discursiva que consiste em empregar um termo para retomar um antecedente linguístico. Quando usada anaforicamente, uma DDEM pode funcionar como uma variável que tem seu valor atribuído na interpretação do antecedente a que ela está coindexada, ou seja, o significado de uma DDEM usada anaforicamente passa a ser o significado do termo que ele retoma³⁰:

(20) A orquestra perdeu um músico muito bom(i). Esse músico(i) certamente fará falta.

No caso de (20), temos a DDEM ‘esse músico’ retomando o antecedente ‘um músico muito bom’, o que permite que a sentença de que a DDEM é sujeito (‘esse músico certamente fará falta’) possa transmitir um conteúdo acerca do indivíduo que é denotado por ‘um músico muito bom’.

²⁹ Há controvérsias sobre os nomes próprios serem ou não exclusivamente referenciais. Alguns exemplos sugerem que, em alguns casos, nomes próprios podem ser usados anaforicamente, como em: ‘Um homem, chamado Ernest, estava andando no parque as (sic) 15h00 de hoje. Ernest sentou-se neste banco’ (GEURTS, 1999, p. 204). A ideia, nesse exemplo, é de que o nome próprio ‘Ernest’ da segunda sentença é anafórico à expressão ‘um homem’, da primeira sentença.

³⁰ Essa é uma afirmação superficial, pois há o caso das anáforas indiretas em que o termo que é usado anaforicamente acrescenta mais informação ao significado do termo que retomado. Mas, levando em conta os propósitos deste trabalho, não aprofundaremos essa questão.

Muito simplificadamente, anáforas podem ser de dois tipos: *anáfora correferencial* ou *variável ligada*. A anáfora correferencial denota exatamente o mesmo indivíduo que seu antecedente, enquanto a variável ligada é aberta para ser preenchida por qualquer indivíduo que faça parte da denotação do seu antecedente:

(21) João deu um carro para Maria⁽ⁱ⁾, mas ela⁽ⁱ⁾ o bateu. Essa mulher⁽ⁱ⁾ é muito azarada.

(22) Todo time da segunda divisão⁽ⁱ⁾ tem um jogador ruim que afunda esse time⁽ⁱ⁾.

Em (21), ‘ela’ e ‘essa mulher’ são anáforas correferenciais de ‘Maria’, possuindo a mesma denotação. Em (22), ‘esse time’ pode ser interpretado como uma variável ligada ao sintagma quantificado ‘todo time da segunda divisão’, possuindo como denotação qualquer instanciamento do conjunto abrangido por essa quantificação. Quando ligadas a um sintagma quantificado, variáveis ligadas sempre terão leitura de escopo estreito em relação a esse sintagma.

Depois dessa variedade de interpretações possíveis, vejamos o que entendemos por significado ou forma semântica e uso linguístico.

1.4 SEMÂNTICA E USO LINGUÍSTICO

Buscamos, neste trabalho, uma teoria econômica, que consiga propor uma forma lógica para as DDEMs que dê conta de explicar usos referenciais, atributivos e anafóricos. Não almejamos uma teoria que proponha uma forma lógica diferente para cada um dos usos, pois isso seria o mesmo que dizer que DDEMs são semanticamente ambíguas, algo que gostaríamos de evitar a todo custo. Por isso, se faz necessária uma distinção entre semântica e uso linguístico.

Partindo da discussão de Pires de Oliveira e Basso (2007) sobre as relações entre semântica e pragmática, consideramos que à semântica corresponde o estudo da proposição e a determinação de sua forma lógica. O uso linguístico não faz parte da proposição, ele é determinado pelo falante no contexto. Entretanto, em alguns casos, o estabelecimento do uso é indispensável para que se possa determinar a forma lógica da proposição; tomemos um exemplo:

(23) Ele saiu.

Em (23), o pronome ‘ele’ atua, no nível semântico, como uma variável. Para que se possa determinar a proposição expressa por (23), é preciso atribuir um valor para essa variável. A atribuição do valor à variável partirá do uso de ‘ele’ que for feito: ‘ele’ pode ser uma anáfora e assumir um valor Ade seu antecedente, ou pode ser usado como dêitico e assumir um valor B, de acordo com o que ostentar. Uma vez estabelecido o uso e atribuído o valor da variável, pode-se então calcular a forma lógica de (23). No entanto, a determinação do uso de ‘ele’ em (23) não é totalmente despreendida da semântica, pois esse item lexical possui algumas pressuposições que devem ser consideradas na atribuição do valor à variável: o referente de ‘ele’ deve ser único e masculino, por exemplo.

Não há como determinar a proposição expressa por uma sentença, tarefa da semântica, sem a relação de referência (via convenção ou via relação causal) que se estabelece no uso (pragmática). Ou seja, a referência é pragmática e ela é pressuposta pela semântica. (PIRES de OLIVEIRA; BASSO, 2007, p. 9)

Desse modo, semântica e uso estarão frequentemente relacionados na análise das DDEMs nos próximos capítulos, pois, mesmo nosso foco estando na semântica, a observação do comportamento linguístico dos usos das DDEMs ajuda a determinar a semântica que os envolve. Mesmo que os usos referenciais, atributivos e anafóricos partam de diferentes intenções do falante para referenciar, defenderemos que eles têm como base a mesma forma lógica. Por isso, nossa análise busca uma teoria que incorpore esses três usos dentro da mesma descrição semântica. Caso se comprove que não é possível explicar os três usos dentro da uma mesma teoria, esperamos encontrar pelo menos uma teoria que demonstre que, de fato, as DDEMs constituem uma classe de elementos ambíguos dentro das línguas naturais, e que se faz necessário, entre outras coisas, elaborar duas ou mais teorias distintas para a semântica dos diferentes usos.

As teorias diretamente referenciais, que veremos em Kaplan (1989[1977]) e Dever (2001), consideram as DDEMs como semanticamente ambíguas. Tal medida é tomada por essas teorias pelo motivo de que elas não conseguem lidar com os usos anafóricos e os

usos atributivos dentro de suas explicações. Por sua vez, as teorias descritivistas, que veremos em Roberts (2002), Elbourne (2008) e Wolter (2006), tentam acomodar os três usos dentro de um mesmo escopo explicativo, mas as explicações encontradas nessas teorias são um tanto diversificadas, o que sugere que é preciso definir qual delas é mais consistente, e se, de fato, alguma delas consegue demonstrar que as DDEMs podem realmente receber um tratamento não ambíguo.

Antes de apresentar as teorias especificamente dedicadas aos DDEMs, consideramos, abaixo, duas tipologias possíveis dos definidos e o lugar específico que as DDEMs ocupam em cada uma delas, juntamente com considerações sobre sua composição semântica.

1.5 O LUGAR DAS DDEMS DENTRO UMA TIPOLOGIA PARA OS DEFINIDOS NO PB

Nesta dissertação, nossa proposta consistirá em defender que as DDEMs estão semanticamente mais próximas às DDEFs do que dos outros sintagmas definidos. Buscaremos situar as DDEMs dentro de uma tipologia para os definidos, apresentando uma representação que expressa os graus de proximidade semântica entre as DDEMs e os demais definidos.

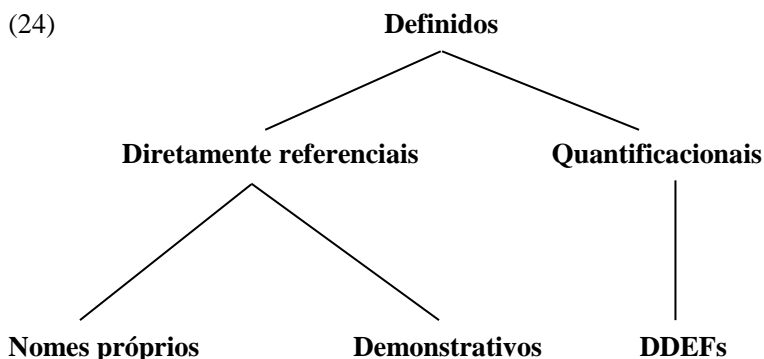
Ao longo da história das análises semânticas dos definidos (incluindo pronomes, nomes próprios e demonstrativos), encontramos três principais possibilidades de análises, que correspondem aos seguintes tipos semânticos apresentados na sequência:

- (i) Termos diretamente referenciais, que são automaticamente do tipo $\langle e \rangle$;
- (ii) Termos indiretamente referenciais, que são uma combinação entre um tipo $\langle \langle e, t \rangle, e \rangle$ e um tipo $\langle e, t \rangle$, resultando num tipo $\langle e \rangle$; ou
- (iii) Termos quantificacionais³¹, que são do tipo $\langle \langle e, t \rangle, \langle e, t \rangle, t \rangle$.

³¹ O trabalho mais famoso na literatura a tratar DDEMs como termos quantificacionais é o de King (2001). Contudo, por estar situado no âmbito da abordagem quantificacional para a semântica dos definidos, não apresentaremos em detalhes a proposta de King nesta dissertação, pelas mesmas razões que já alegamos para não apresentar a teoria de Russell (1905). Voltaremos aos contornos gerais da proposta de King (2001) no capítulo III.

Os diferentes autores que discutiremos ao longo desse trabalho divergem sobre como enquadrar os diferentes termos definidos nesses três tipos semânticos. Abaixo, apresentamos as tipologias semânticas dos definidos que decorrem das teorias de dois dos principais autores aqui avaliados: Kaplan (1989[1977]) e Wolter (2006).

Kaplan (1989[1977]), cuja teoria será apresentada no capítulo II, considera que os demonstrativos³² e os nomes próprios compõem o grupo dos termos diretamente referenciais, nos moldes da proposta de Kripke (1980), e defende uma proposta indiretamente referencial³³ para as DDEFs. Podemos esquematizar a tipologia dos definidos encontrada em Kaplan como na representação abaixo:



É importante notar que, para Kaplan, assim como para quase todos os filósofos da linguagem após Russell (1905), os termos da linguagem que podem ocupar a posição de sujeito de uma sentença são de apenas dois tipos: ou referenciais ou quantificacionais³⁴. Kaplan defende uma abordagem diretamente referencial para os indexicais³⁵, incluindo os demonstrativos e as DDEMs – por isso, para ele os demonstrativos são do tipo <e>, assim como as DDEMs que seriam <e>

³² DDEMs e demonstrativos são um mesmo termo para Kaplan.

³³ A proposta indiretamente referencial é também conhecida na literatura como descritivismo ou abordagem descritivista.

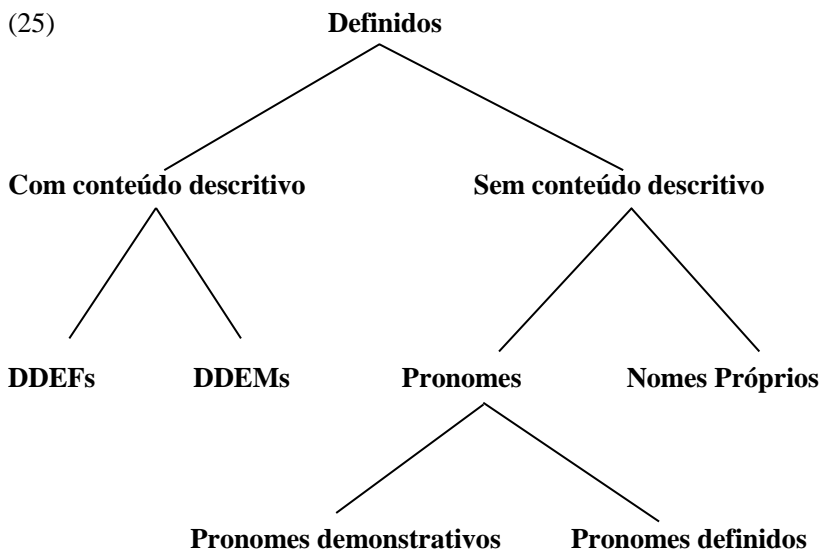
³⁴ É interessante notar que, entre os linguistas, apesar de haver certa divergência quanto ao estatuto dos nomes próprios, é quase consensual considerar que as descrições definidas são termos pressuposicionais, seguindo a intuição de Frege, diferentemente da maioria dos filósofos, que as consideram como termos quantificacionais.

³⁵ Ver definição na Seção 2.1.1 do Capítulo II.

sem ter nenhum tipo de composição interna, como apresentaremos adiante.

Iremos defender que DDEMs são um tipo de termo referencial, mas que o modo como referem não é direto, o que nos leva a considerar que elas estão situadas na categoria dos termos indiretamente referenciais.

Por exemplo, na proposta descritiva de Wolter (2006), a autora não separa os definidos em classes referenciais e quantificacionais. Em sua tipologia, ela aproxima os definidos em classes que os agrupam muito mais por suas características linguísticas do que por categorizações lógicas, como vemos abaixo:



Como podemos observar, a tipologia de Wolter (2006) aproxima radicalmente DDEMs e DDEFs, colocando-as em relação de irmandade dentro de uma mesma categoria, a categoria dos definidos com NP descritivo, expressões que possuem a configuração *det + N*. Para Wolter, DDEFs e DDEMs não são nem termos diretamente referenciais, nem expressões quantificadas, mas sim termos indiretamente referenciais (doravante, termos descritivos), em que o determinante (artigo definido ou demonstrativo) é do tipo semântico $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$ e atua sobre um NP $\langle e, t \rangle$ para denotar um indivíduo a partir de uma restrição no universo de discurso. Para estabelecer uma proposta

para um tratamento semântico das DDEMs, que é o objetivo principal deste trabalho, assumiremos a tipologia de Wolter (2006) para os definidos e argumentaremos, ao longo deste trabalho, que DDEFs e DDEMs devem compor uma mesma classe semântica, que se distingue dos demais definidos em diferentes graus, conforme a hierarquia apresentada na tipologia logo acima.

Finalmente, a abordagem quantificacional para esses itens – que também pode ser considerada descritivista ou indiretamente referencial – considera que os demonstrativos que compõem uma DDEM são de tipo de $\langle\langle e, t \rangle, \langle e, t \rangle, t \rangle$. Não investiremos nessa análise³⁶, que foi defendida, como dissemos, por King (2001), e nos limitaremos em apresentar seus contornos gerais.

³⁶ A razão para tanto tem a ver com economia teórica. Se queremos aproximar DDEMs e DDEFs e a grande maioria dos linguistas que consideram as DDEFs como sendo do tipo $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$, é mais interessante também investir numa análise das DDEMs que os considere como tal.

CAPÍTULO II – CARACTERÍSTICAS SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DAS DDEMs

Mas, alguém vai dizer, espera aí! Nós sabemos que ‘velho’ é um adjetivo! Como é que vamos agora rejeitar uma classificação que consta das gramáticas e dos dicionários? De onde veio essa nova classe de “ambivalentes”? Se não está nas gramáticas, não existe. A resposta é que, rigorosamente falando, nem os ambivalentes, nem os substantivos, nem os adjetivos realmente “existem” na língua: o que existe são os sons da fala (ou letras no papel) e os significados que a eles se associam. Entidades puramente gramaticais como “substantivos” etc., são hipotéticas. E uma hipótese pode ser mudada sempre que for necessário.

Mário A. Perini, 2006. Princípios de linguística descritiva. São Paulo: Parábola Editorial.

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar a teoria de Kaplan (1989) para as DDEMs e os indexicais em geral, tanto pelo seu pioneirismo quanto pelo seu alcance descritivo e sua elegância formal. Na sequência, apresentaremos algumas críticas ao modelo de Kaplan baseadas, principalmente, em importantes paralelos sintáticos e semânticos entre descrições definidas e DDEMs, que não podem ser ignorados por nenhuma teoria que tenha por objetivo explicar o funcionamento linguístico desses itens.

2.1 O TRABALHO PIONEIRO DE KAPLAN (1989[1977])

Nesta seção, apresentaremos uma breve descrição da teoria de Kaplan (1989[1977]) sobre indexicais e demonstrativos. Kaplan defende uma abordagem diretamente referencial para os demonstrativos, os quais ele descreve dentro de um modelo formal bastante rigoroso³⁷, mas que,

³⁷ Como o título do trabalho de Kaplan – *Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and other Indexicals* – deixa claro, o alcance de sua análise vai muito além da descrição de fatos da língua natural. Contudo, a nosso ver, o que Kaplan ganha em termos de alcance de suas implicações filosóficas ele perde em termos de descrição linguística. Essa crítica ficará mais clara ao longo deste capítulo.

como veremos mais adiante, leva em consideração apenas os usos dêiticos desses termos. Após uma releitura dos principais pontos dessa teoria, serão apresentadas algumas críticas pertinentes à maneira como ela lida com as DDEMs, críticas que se tornaram ponto de partida para as análises mais recentes dessas expressões, que serão então apresentados no terceiro capítulo deste trabalho.

2.1.1 A teoria de Kaplan sobre Indexicais

É comum definir os indexicais como palavras que são sensíveis ao contexto, ou seja, palavras que só podem ser interpretadas com base em algum parâmetro ou índice contextual. No espírito da teoria kaplaniana, pode-se dizer que um indexical é uma palavra dotada de uma regra linguística que, a partir de seu uso, recupera informações do contexto³⁸ que serão responsáveis por lhe atribuir um significado, como se pode averiguar nos exemplos abaixo:

- (1) Pelé é brasileiro.
- (2) Eu sou brasileiro.

Comparando as sentenças (1) e (2), podemos chegar a algumas constatações semânticas interessantes. As condições de verdade de (1) serão as mesmas, independentemente de quem profira essa sentença. Por sua vez, as condições de verdade de (2) dependem de quem profere essa sentença; se (2) for proferida por Pelé, suas condições de verdade serão as mesmas de (1); entretanto, se for proferida por João, suas condições de verdade irão mudar. Essa última observação vale também para uma fala sobre a proposição expressa por essas sentenças: (1) expressa a mesma proposição independente do contexto, ao passo que esse não é o caso para (2). Pode-se dizer, assim, que a palavra ‘eu’ é um indexical, pois depende de um parâmetro contextual – o agente do proferimento,

³⁸ Nem precisamos dizer que “contexto” é um termo técnico, que deve ser entendido de maneira particular no interior da teoria de Kaplan. Assim sendo, por “contexto” entendemos uma estrutura informativa, representada por uma ênupla ordenada, que contém informações como quem é o agente do contexto, o ouvinte, o lugar, o tempo e os objetos perceptuais presentes no contexto e que podem ser apontados (os *demonstrata* do contexto). Uma representação comum de contexto é como segue: $C = \langle c_a, c_o, c_l, c_t, c_d, c_w \rangle$, em que c_a = agente do contexto, c_o = ouvinte do contexto, c_l = lugar do contexto, c_t = tempo do contexto, c_d = *demonstrata* do contexto (i.e., os objetos que podem ser apontados) e c_w = mundo do contexto.

no caso – para que se possam estabelecer as condições de verdade da sentença de que ela é um constituinte. Outros exemplos de indexicais são: ‘aqui’, ‘agora’, ‘isso’, ‘ontem’ e ‘esse cachorro’³⁹, cada um com suas próprias regras de relação com o contexto.

É levando em consideração essas características dos indexicais que Kaplan (1989[1977]) tece uma teoria bastante original para descrever o comportamento semântico dessas expressões no que diz respeito à sensibilidade delas ao contexto e à sua rigidez referencial. Para um linguista, basta apenas olhar para os termos arrolados como indexicais para notar que há, entre eles, termos que podem ter tanto uso linguístico dêítico quanto anafórico. Kaplan explicitamente desconsidera a função anafórica dos indexicais e preocupa-se exclusivamente com seus usos dêíticos⁴⁰.

A teoria de Kaplan não adota a perspectiva fregeana segundo a qual todos os itens de uma língua contribuem com um sentido para a proposição na qual aparecem, mas afirma, com relação aos indexicais, que sua contribuição ou componente proposicional está em uma relação de identidade com o objeto referido, ou seja, o conteúdo proposicional de um indexical é o próprio indivíduo referido, sem nenhum tipo de mediação via o sentido fregeano. Kaplan desenvolve sua teoria partindo da noção de *designador rígido*, desenvolvida por Kripke (1980) para nomes próprios, e aplica-a aos indexicais, ou seja, uma vez fixada a referência de um indexical em um determinado contexto, essa referência é a mesma para qualquer mundo possível. Ao analisar os indexicais, Kaplan não apenas aplica a ideia kripkeana de designador rígido, mas também cunha os termos “referência direta”, afirmando que os

³⁹ Kaplan também trata as DDEMs como indexicais. Como podemos ver, os indexicais agrupam palavras que pertencem a diferentes classes gramaticais conforme definidas pelas gramáticas tradicionais. Uma ideia interessante seria pensar em agrupar, por exemplo, uma classe de indexicais.

⁴⁰ Em uma passagem de seu texto (1989, p. 489), Kaplan nota: “These words [i.e., indexicais] have uses other than those in which I am interested (or, perhaps, depending on how you individuate words, we should say that they have homonyms in which I am not interested). For example, the pronouns ‘he’ and ‘his’ are used not as demonstratives but as bound variables [...]”. Obviamente, para uma análise linguística, argumentar que temos palavras diferentes que são ora dêíticas ora anafóricas não é uma saída elegante, para dizer o mínimo. Além disso, esses diferentes usos dos indexicais são os mesmos para diferentes línguas, o que torna ainda mais incômoda a ideia de que estamos diante de ambiguidade e/ou homofonia: como explicar que esses mesmos fatos se repitam em línguas diferentes?

indexicais são expressões diretamente referenciais e rígidas⁴¹. Em termos lógicos, a teoria de Kaplan prevê que indexicais com uso bem-sucedido expressam *proposições singulares*, ou seja, indexicais nunca assumem o valor de uma variável, mas sempre de uma constante, como demonstrado abaixo:

(3) Todos os homens me amam. (Dito por Angelina Jolie)

(3a) $\forall x[\text{Homem}(x) \rightarrow \text{ama}(x, a)]$ ($a = \text{Angelina Jolie}$)

(3b) $\forall x[\text{Homem}(x) \rightarrow \text{ama}(x, c_a)]$

$C^{(3b)} = \langle c_a, c_o, c_t, c_l, c_d, c_w \rangle$ ($c_a = \text{Angelina Jolie} = a$)

$[[\text{me}]] = [[\text{eu}]] = [[c_a]]$

$\forall x[\text{Homem}(x) \rightarrow \text{ama}(x, a)]$

Segundo a teoria de Kaplan, o indexical ‘me’ em (3) tem seu uso bem-sucedido, pois ele encontra seu referente no parâmetro contextual de agente que é, para (3), Angelina Jolie, como representado na forma lógica em (3a) e, mais explicitamente, em (3b). Outro ponto importante a se destacar da teoria de Kaplan é que sempre nas relações lógicas entre universal (‘todo homem’) e contingente (‘me’ = $[[\text{Angelina Jolie}]]$) em sentenças que contém indexicais, como em (3), a única interpretação possível para o indexical é a de escopo inerte, ou seja, a interpretação em (3) tem de ser a de que “todo homem uma mesma mulher específica”, no caso, Angelina Jolie. De fato, para Kaplan, os indexicais não apresentam nenhum tipo de interação de escopo.

2.1.2 Caráter e Conteúdo

Para explicar como os indexicais adquirem conteúdo proposicional a partir de regras linguísticas que os relacionam com contextos, Kaplan desenvolve os conceitos de *caráter* e *conteúdo*. Para Kaplan, todos os itens de uma língua possuem esses dois componentes. *Caráter* pode ser entendido como uma função – uma regra linguística – que rastreia um contexto (domínio da função) e devolve um *conteúdo*

⁴¹ É sempre importante notar: designadores rígidos são termos que se referem a um mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que esse indivíduo existe e a nada em mundos em que ele não existe; termos diretamente referenciais são, como vimos, termos que se referem sem a mediação do sentido fregeano. Essas noções não são equivalentes; a descrição definida ‘o menor número par’ se refere a um mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis, mas não é diretamente referencial.

(contradomínio da função); já o *conteúdo* é outra função que tem como domínio circunstâncias de avaliação (mundos possíveis e tempo) e como contradomínio um valor semântico.

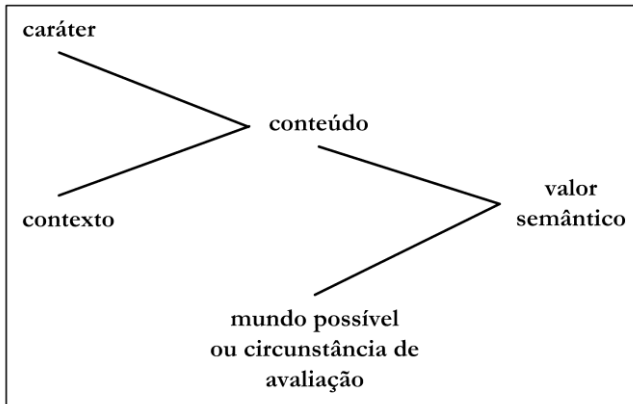
Como caráter e conteúdo são funções que se aplicam a todos os itens de uma língua, eles podem ser funções constantes ou variáveis, conforme resume Abbott (2010, p. 185) na tabela abaixo:

	Caráter constante	Caráter variável
Conteúdo constante	Nomes próprios: John Lennon	Indexicais puros: eu, amanhã
Conteúdo variável	Descrições definidas sem indexicais: o autor de “O Senhor dos Anéis”	Descrições definidas com indexicais: o atual presidente do Brasil

Ter caráter constante significa que o conteúdo será o mesmo em todo e qualquer contexto; ter caráter variável significa que o conteúdo não é necessariamente o mesmo para diferentes contextos; ter conteúdo constante significa que o valor semântico será o mesmo independentemente dos diferentes mundos possíveis (circunstâncias de avaliação⁴²); ter conteúdo variável significa que o valor semântico não é necessariamente o mesmo para diferentes mundos possíveis.

O esquema abaixo, adaptado de Schlenker (2010, p. 7), ajuda a visualizar as relações entre caráter, conteúdo, contexto e circunstâncias de avaliação:

⁴² Em seu trabalho, Kaplan (1989) evita falar em mundos possíveis e prefere falar em circunstâncias de avaliação, que são pares formados por um mundo e um tempo (w, t), em relação aos quais os itens têm um valor semântico.



Dado que Kaplan caracteriza os indexicais como *designadores rígidos*, temos que, uma vez computado, o *conteúdo* de um indexical é constante – o valor semântico é o mesmo para qualquer mundo possível – e, levando em conta que indexicais são sensíveis ao contexto, eles acabam tendo *caráter* variável – o *conteúdo* não é necessariamente o mesmo para diferentes contextos. É importante ressaltar que o *caráter* é apenas uma função que designa o *conteúdo* dentro de um contexto sem fazer parte desse conteúdo, ou seja, o *caráter* não faz parte da proposição, é um componente pré-proposicional para Kaplan, e essa é uma das razões para os indexicais não serem alvos de operadores modais, por exemplo, pois esses operadores atuam no nível do conteúdo. A distinção entre *caráter* e *conteúdo* e sua aplicação pode ser esclarecida por meio de exemplos, como abaixo:

- (4) (João diz:) Eu sou mulher.
 (5) (Maria diz:) Eu sou mulher.

O *caráter* das duas sentenças acima é o mesmo: o agente do proferimento está na extensão do predicado ‘ser mulher’ ($\langle c_a, \langle \text{ser mulher} \rangle \rangle$). Quando se computa o contradomínio do contexto c , o *conteúdo*, chega-se ao nível proposicional das sentenças e então temos que: (4) é falsa, pois o conteúdo de ‘eu’ nessa sentença é ‘João’, e a aplicação do predicado ‘ser mulher’ a João resulta em falso; (5), por sua vez, é verdadeira, pois o conteúdo de ‘eu’ nessa sentença é ‘Maria’ e o predicado se aplica de maneira bem-sucedida. O contradomínio do *conteúdo* de ‘eu’ em (4) e (5) é João e Maria, respectivamente, o que

torna essas proposições uma *proposição singular*, ou seja, uma sentença que expressa uma proposição que tem como componente um indivíduo (<Maria, <ser mulher>>). Formalmente⁴³:

$$\begin{aligned}
 (4) \text{ (João diz:)} \text{ Eu sou mulher} &= S \\
 \langle c_a, c_t, c_l, c_w \rangle &= \langle \text{João}, 2013, \text{Tóquio}, c_w \rangle = c^@ \\
 \text{Caráter}(S) &= [\lambda c [\lambda w \langle c_a, \text{ser mulher} \rangle]](c^@)(w^@) \\
 \text{Conteúdo}(S) &= \text{caráter}(S)(c^@)(w^@) = \\
 &[\lambda c [\lambda w \langle c_a, \text{ser mulher} \rangle]](c^@)(w^@) = \\
 &[\lambda w \langle \text{João}, \text{ser mulher} \rangle](w^@)
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 (5) \text{ (Maria diz:)} \text{ Eu sou mulher} &= S \\
 \langle c_a, c_t, c_l, c_w \rangle &= \langle \text{Maria}, 2013, \text{Tóquio}, c_w \rangle = c^@ \\
 \text{Caráter}(S) &= [\lambda c [\lambda w \langle c_a, \text{ser mulher} \rangle]](c^@)(w^@) \\
 \text{Conteúdo}(S) &= \text{caráter}(S)(c^@)(w^@) = \\
 &[\lambda c [\lambda w \langle c_a, \text{ser mulher} \rangle]](c^@)(w^@) = \\
 &[\lambda w \langle \text{Maria}, \text{ser mulher} \rangle](w^@)
 \end{aligned}$$

2.1.3 Indexicais puros e demonstrativos

Kaplan também estabelece uma diferença entre duas classes de indexicais que ele classifica como: a) *indexicais puros* e b) *demonstrativos* ou *indexicais impuros*⁴⁴. A grande distinção entre esses dois grupos está no fato de que, enquanto os indexicais puros são capazes de fixar seu conteúdo apenas a partir de seu caráter, os demonstrativos exigem sempre o uso de um apontamento (demonstração) para fixar sua referência. Essa diferença, bem como a rigidez referencial dos indexicais em geral, é elegantemente capturada na teoria de Kaplan pelos dois princípios que a caracterizam:

Principle 1: The referent of a pure indexical depends on the context, and the referent of a demonstrative depends on the associated demonstration. [...]

⁴³ A formalização apresentada aqui não é a de Kaplan, mas sim aquela proposta por Schlenker (2010) e apresentada em Teixeira (2012). Algumas simplificações foram feitas e @ indica que o modelo de mundo e contexto usado se baseia no mundo real.

⁴⁴ Na verdade, essa não é a terminologia de Kaplan, mas sim a que é usada correntemente na literatura. Kaplan falava em “indexicais” e “demonstrativos verdadeiros”.

Principle 2: Indexicals, pure and demonstrative alike, are directly referential (Kaplan, 1989[1977], p. 492)

Na grande maioria dos casos, para Kaplan, indexicais puros e demonstrativos costumam não se confundir, como nos casos (6) e (7):

(6) Ontem Maria viajou.

(7) Aquilo [apontando para o sol] é uma estrela.

Em (6) temos um exemplo claro de indexical puro, ‘ontem’, enquanto que em (7) temos ‘aquilo’ funcionando como um demonstrativo, segundo os postulados de Kaplan. Entretanto, Kaplan faz uma ressalva para o fato de que alguns indexicais como ‘aqui’, podem ser usados tanto como um indexical puro quanto como um demonstrativo, dependendo da situação de uso:

(8) João esteve aqui.

(9) João esteve aqui. [apontando para um ponto em um mapa]

Enquanto em (8) temos um evidente uso de ‘aqui’ como indexical puro, em (9) temos o mesmo item sendo usado como demonstrativo. Para Kaplan, o que vai caracterizar os demonstrativos é o fato de que eles sempre estarão acompanhados de um apontamento, o “algo a mais” que os demonstrativos possuem em relação aos indexicais puros. Mas o que é o apontamento/demonstração? Nas palavras de Kaplan é “normalmente, mas não invariavelmente, uma apresentação (visual) de um objeto local discriminado por um apontador” (KAPLAN, 1989(1977), p. 490); o apontamento é também às vezes caracterizado como uma “intenção demonstrativa”, o que salienta o caráter geral e amplo dessa noção. Frequentemente, a definição de apontamento varia de autor para autor, mas, independentemente desta discrepância, sabemos que o apontamento é um elemento presente no uso dos demonstrativos.

O mais importante a se considerar com relação ao apontamento é o fato de que ele, como um componente extralinguístico, parece modificar sistematicamente a maneira como uma indexical busca seu referente no contexto, como nos casos em (8) e (9). Fugindo um pouco à teoria de Kaplan – que desconsidera os usos anafóricos dos demonstrativos – podemos averiguar que os demonstrativos clássicos ‘este’, ‘esta’, ‘isto’, ‘esse’, ‘essa’, ‘isso’, ‘aquele’, ‘aquela’ e ‘aquilo’ têm sua função linguística mudada, com certa sistematicidade,

dependendo da presença ou não do apontamento: se há apontamento, o demonstrativo estará desempenhando, geralmente, um *uso referencial*; se não há apontamento, estará em *uso anafórico*⁴⁵.

2.1.4 A análise das DDEMs segundo a teoria de Kaplan

O ponto central e comum a qualquer teoria que lide com as DDEMs é o de que elas são *termos singulares*. Portanto, a análise semântica desses termos deve sempre estar de acordo com a representação de que uma DDEM está sempre por um único indivíduo nas sentenças, assim como para as descrições definidas, os nomes próprios e indexicais puros. A segunda consideração importante é com relação à sua estrutura sintática: DDEMs são as expressões que têm a forma [DP [NP]]: a composição sintática de uma DDEM é mais complexa do que a de um indexical puro ou um nome próprio, fato que leva alguns autores a considerá-las como sendo da mesma ordem das descrições definidas, ou seja, termos singulares complexos, em que um sintagma como ‘este F’ é uma expressão que segue a mesma composição de ‘o F’.

Entretanto, o trabalho de Kaplan (1989[1977]) desconsidera, assim como todas as análises diretamente referenciais para DDEMs, que elas sejam expressões da mesma ordem que as descrições definidas. A ideia de que indexicais, bem como demonstrativos, são termos diretamente referenciais está em total contradição com a ideia de que uma DDEM tem qualquer estrutura interna, como, por exemplo, [DP [NP]]; por isso, Kaplan e seguidores devem dar alguma explicação para a presença e interpretação do NP que compõe uma DDEM. Outra saída, num outro extremo, é abandonar a teoria kaplaniana e a ideia de que DDEMs são termos diretamente referenciais⁴⁶; essa alternativa será avaliada mais adiante.

Desde o trabalho de Kaplan, os argumentos contra a hipótese de que DDEMs são termos descritivos ganharam muita força. No trabalho

⁴⁵ Não são poucos os autores que defendem que dêixis e anáfora são, na verdade, duas faces da mesma operação, que se dá no contexto perceptual ou no contexto linguístico, respectivamente (cf., Heim e Kratzer, 1998). Seja como for, ainda que em última instância seja possível reduzir um fenômeno a outro (para argumentos contra essa posição, ver Basso (2009)), usaremos esses termos por conta de seu caráter descritivo.

⁴⁶ Note que abandonar essa ideia não significa necessariamente abandonar a ideia de que DDEMs são designadores rígidos.

de Kaplan, as DDEMs não recebem nenhum tratamento diferenciado dos termos que o autor chama de demonstrativos – ‘ele’, ‘aqui’, ‘este’ (todos com apontamento), por exemplo – já que o autor considera que DDEMs e esses demonstrativos pertencem a um mesmo grupo. O enquadramento das DDEMs dentro da proposta de Kaplan é explicado da seguinte forma: o DEM – que é o demonstrativo genuíno dentro do constituinte do DDEM – é o item lexical que carrega consigo a “regra” que computa o *caráter* do termo, devolvendo um *conteúdo*. Como a teoria de Kaplan afirma que indexicais expressam *proposições singulares*, logo, uma vez computado o conteúdo do DDEM, seu valor semântico final não participa de mais nenhuma interação proposicional com outros elementos do eixo sintagmático, incluindo o próprio NP que compõe o DDEM, ou seja, para a teoria de Kaplan, o NP que faz parte do constituinte de um DDEM não contribui em nada para a proposição expressa pelo termo.

Há, em síntese, conforme Roberts (2002), duas considerações em Kaplan (1989[1977]), descritas em (A) e (B) abaixo, que expressam como a sua teoria tenta capturar os usos dos demonstrativos e situá-los como termos singulares diretamente referenciais:

(A) Demonstratives are incomplete expressions which must be completed by a demonstration... Thus each demonstrative, *d*, will be accompanied by a demonstration, δ , thus: $d[\delta]$. (KAPLAN 1977, Seção XV, apud ROBERTS 2002, p. 6)

(B) “Demonstratives are directly referential: ‘I intend to use *‘directly referential’* for an expression whose referent, once determined, is taken as fixed for all possible circumstances, i.e., is taken *being* the propositional component.” For such expressions, “The rules do not provide a complex wick together which a circumstance of evaluation yields an object. They just provide an object”. “The semantical rules... provid[e] a way of determinig the *actual* referent and no way of determinig any other propositional component.” (KAPLAN 1977, Seção IV, apud ROBERTS 2002, p. 6)

É preciso deixar claro que Kaplan reconhece, como vimos anteriormente, que há tanto usos anafóricos quanto usos referenciais para os demonstrativos, mas o faz considerando que temos aqui diferentes termos linguísticos homófonos, o que justifica sua teoria semântica considerar o uso dêitico separado do uso anafórico. Para a

teoria de Kaplan, DDEMs jamais podem ter composição interna, o que prevê: (i) a inexistência de usos atributivos⁴⁷ das DDEMs, pois, nesses usos, o NP desempenha um papel fundamental; (ii) a impossibilidade de DDEMs serem interpretadas no escopo estreito de um operador, a exemplo de (10):

(10) Todo francês ama aquele rei da França.

(10a) $\forall x[\text{Francês}(x) \rightarrow \text{ama}(x, a)]$ ($a = [[\text{rei da França}]]$)

(10b) Todo francês ama aquele rei da França. = S

$\langle c_a, c_t, c_l, c_d, c_w \rangle = \langle \text{João}, 2013, \text{Paris}, \langle a, b, c, d, e, f, \dots \rangle^{48}, c_w \rangle = c^@$
 $[[\text{aquele rei da França}]] = c_d$

$\text{Caráter}(S) = [\lambda c [\lambda w \langle \text{todo}, \langle x \text{ é francês} \rangle, \langle x \text{ ama } c_d \rangle \rangle]](c^@)(w^@)$

$\text{Conteúdo}(S) = \text{caráter}(S)(c^@)(w^@) =$

$[\lambda c [\lambda w \langle \text{todo}, \langle x \text{ é francês} \rangle, \langle x \text{ ama } c_d \rangle \rangle]](c^@)(w^@) =$

$[\lambda w \langle \text{todo}, \langle x \text{ é francês} \rangle, \langle x \text{ ama } a \rangle \rangle](w^@)$

(11) Todas as pessoas se amam.

(11a) $\forall x[\text{Pessoa}(x) \rightarrow \text{ama}(x, x)]$

Em (10), a sentença só tem uma única leitura, em que a DDEM é interpretada em escopo amplo: existe um único rei da França e ele é amado por todos. A DDEM ‘aquele rei da França’ é interpretada por uma constante (‘a’, em (10a)), como no caso do indexical ‘me’ em (3). Essa impossibilidade que as DDEMs têm de assumir uma leitura de escopo estreito é prevista pela teoria de Kaplan. Outra previsão da teoria de Kaplan é que nenhuma DDEM pode estar ligada por um sintagma quantificacional, como em (11), justamente porque nessa teoria DDEMs são simplesmente constantes (i.e., indivíduos).

Porém, como já adiantamos, a teoria de Kaplan não leva em

⁴⁷ Retomando a discussão apresentada no capítulo I, reafirmamos que usos atributivos de um definido não são de ordem dêitica nem anafórica, o que se torna um grave problema para a teoria de Kaplan, pois ela não considera que haja uma terceira forma homófona para uma suposta “DDEM atributiva”. Pelo contrário, a teoria de Kaplan prevê que não existe, para DDEMs, uma ambiguidade do tipo referencial/atributivo, a exemplo do que propôs Donnellan (1966) para as DDEFs.

⁴⁸ Kaplan não é explícito quanto à representação dos *demonstrata* do contexto, mas sugere que eles podem ser representados como uma ênupla ordenado pelos apontamentos (por exemplo, objetos mais próximos ao agente ou mais salientes aparecem nas primeiras posições dessa ênupla). Como no caso de (10a), consideraremos que ‘aquele rei da França’ tem como correlato o indivíduo representado por ‘a’.

conta dados cruciais que violam suas restrições e precisam ser, no mínimo, revistos se forem usados para descrever a semântica dos itens e expressões indexicais, puros e impuros.

Com isso, apresentamos a teoria de Kaplan (1989[1977]) para as DDEMs, mostrando que as análises do autor descrevem apenas uma parte do conjunto de dados que envolvem essas expressões, os dados referentes aos usos dêiticos das DDEMs. Nas próximas seções, apresentaremos alguns problemas que se seguem das previsões da teoria de Kaplan e apresentaremos novos conjuntos de características sintático-semânticas das DDEMs que acreditamos que devam ser completadas conjuntamente em uma mesma teoria.

2.1.5 Outras propostas para a o tratamento semântico das DDEMs

A proposta de Kaplan, no entanto, não é a única proposta diretamente referencial que analisa os DDEMs. Diversos outros trabalhos que também lidam com DDEMs apenas em usos referenciais tratam esses termos de maneiras variadas, especialmente no que se refere à contribuição do NP que compõe o DDEM para o conteúdo proposicional do termo. Apenas citando alguns trabalhos, temos Braun (1994, 2008), Borg (2000) e Salmon (2002), que assumem que o NP expresso DDEM ajuda a determinar o referente, mas ressaltam que esse NP *não atua* como um componente do conteúdo proposicional da DDEM, pois auxilia apenas na determinação do *caráter*⁴⁹.

Essas explicações são problemáticas e bastante sujeitas a críticas, porque, ao proporem que o NP atua apenas no *caráter* do DDEM, parecem violar o princípio da *inocência semântica*⁵⁰, já que

⁴⁹ Braun (2012) argumenta que há, na verdade, três grupos de teorias para lidar com o NP e que compõem uma DDEM, que são por ele chamadas de “teorias mínimas”, “teorias intermediárias”, e “teorias maximais”. Os defensores das teorias mínimas argumentam que o NP de uma DDEM não desempenha papel algum na determinação do valor da DDEM; aqueles que advogam por uma teoria intermediária defendem que o NP auxilia na determinação do referente, mas não faz parte da proposição (Kaplan pode ser enquadrado aqui); finalmente, as teorias maximais argumentam que os NPs das DDEMs funcionam do mesmo modo que os NPs das DDEFs.

⁵⁰ Princípio que afirma que os significados dos termos de uma língua nunca mudam e dão sempre a mesma contribuição. É interessante notar, de passagem, que a abordagem fregeana clássica das sentenças encaixadas claramente viola a inocência semântica ao afirmar que a referência de um termo encaixado num contexto de

existem outras construções em que NPs contribuem para o conteúdo da proposição expressa, ou seja, essas teorias sugerem que ora o NP tem um funcionamento semântico, ora tem outro (o NP ‘homem’, por exemplo, atuaria apenas como um elemento do *caráter* do DDEM em ‘esse homem’, e em ‘o homem’ atuaria como componente da proposição expressa). Também há o trabalho de Dever (2001), que consegue elaborar uma teoria que não enfrenta o problema da violação do princípio da inocência semântica, mas que, em troca, acaba postulando uma estrutura sintática para a DDEM que está em desacordo com a noção de DP mais consolidada nas teorias sintáticas atuais.

Não é nossa proposta analisar, neste trabalho, todas essas teorias, mas é importante esclarecer que nem sempre uma teoria que lide apenas com usos referenciais dos DDEMs irá descartar a contribuição do NP para a semântica do termo, a exemplo de Dever (2001). No capítulo III, apresentaremos a teoria de Dever (2001), com o objetivo de mostrar os tipos de problemas que as teorias que defendem uma abordagem diretamente referencial enfrentam ao descrever a semântica das DDEMs e mostrar como é bastante difícil para elas contornar esses problemas.

Apesar de a ideia de um tratamento diretamente referencial para a semântica das DDEMs ser muito corrente e famoso devido à forte influência, elegância e abrangência do trabalho de Kaplan, há outras abordagens que desconsideram a ideia de referência direta e tratam os DDEMs do tipo ‘este F’ como termos indiretamente referenciais (ou descritivos). Nessas abordagens, os demonstrativos recebem um tratamento bastante contrário aos postulados de Kaplan, pois se assume que os demonstrativos não são *termos diretamente referenciais*, mas termos que possuem denotação por meio de funções que indicam a referência através de relações com parâmetros contextuais ou situacionais por meio de descrições. Alguns exemplos dessas teorias são as de Roberts (2002), Elbourne (2008) e Wolter (2006), que serão vistos no capítulo III.

2.1.6 Limites da análise das DDEMs pela teoria de Kaplan

A teoria de Kaplan (1989[1977]) descreve apenas os usos referenciais das DDEMs. O autor reconhece, por exemplo, a existência

crença não é sua referência usual, mas sim seu sentido. Tudo somado, é sempre interessante, por razões metodológicas e empíricas, preservar a inocência semântica.

de usos anafóricos das DDEMs e enfatiza que sua teoria nunca se propôs a tratá-los. Nesta seção, visando a uma descrição linguística mais ampla dos usos das DDEMs, levantamos alguns limites da teoria de Kaplan por não considerar usos anafóricos e atributivos dessas expressões.

Em Vogt (2011), apresentamos duas críticas pertinentes que podem ser feitas aos postulados da teoria de Kaplan (1989 [1977]) no que confere a uma descrição que envolva todos os usos das DDEMs: (i) a assunção de que demonstrativos são *designadores rígidos* e por isso são interpretados sempre em escopo inerte; e (ii) a suposição de que não há diferença entre demonstrativos simples ('aqui', 'ele' (ambos com apontamento)) e DDEMs ('esse cachorro', 'aquela casa'), pois o NP que compõe a DDEM não faz parte do conteúdo proposicional do termo, para o autor. Em oposição a essas duas afirmações da teoria de Kaplan, podem-se averiguar evidências contrárias encontradas no uso ordinário de DDEMs nas línguas naturais.

Primeiramente, a ideia de que demonstrativos são sempre *designadores rígidos* entra em contradição com a evidência de que existem *usos descritivos* dos DDEMs, como no caso das sentenças abaixo:

(12) Aquele aluno que terminar a prova primeiro pode sair.

(13) (João ouve do professor que somente um aluno tirou 10 e diz:)

Puxa, esse cara é um gênio!

Nas sentenças em (12) e (13), o referente das DDEMs 'aquele aluno' e 'esse cara'⁵¹ podem mudar em diferentes mundos possíveis *w*, o que viola o conceito de *designador rígido*.

O outro tipo de contraexemplo para as proposições de Kaplan são os casos em que as DDEMs são interpretadas em escopo estreito, como na sequência abaixo:

⁵¹ Há uma interessante diferença no uso de 'esse' ou 'aquele' em contextos não referenciais (i.e., descritivos), como mostra o contraste entre (12) Aquele aluno que terminar a prova primeiro pode sair vs (12a) ?Esse aluno que terminar a prova primeiro pode sair. Num primeiro olhar, o demonstrativo que marca maior distância, 'aquele', parece ser mais aceitável nesse tipo de contexto. Uma possível explicação pode ter a ver com a exploração de sua distância maior em contexto nos quais não se pode falar de uso referencial; nesses casos, a distância passa a ser interpretada como um valor não referencial e/ou modal (cf. Roberts, 2002; Wolter, 2006). Não exploraremos essa diferença nesta dissertação, mas ela certamente merece ser investigada.

(13) (Charlie diz:)

Alan, para cada mulher gostosa desse mundo tem um homem(x) cansado de transar com ela.

(Alan responde:)

Mas esse cara(x) nunca sou eu!

(exemplo retirado de *Two and a Half Men*)

Em (13), a DDEM ‘esse cara’ é uma anáfora que retoma a variável x introduzida pela expressão ‘um homem’, que está sob o escopo do sintagma quantificado ‘cada mulher gostosa’. Como um termo anafórico sempre está subordinado a seu antecedente, ou seja, o escopo de uma anáfora é igual ao escopo de seu antecedente (cf. Roberts, 1996; Wolter, 2006), tem-se que a DDEM ‘esse cara’, em (13), também está no escopo do quantificador universal presente no sintagma ‘cada mulher gostosa’ de (13), o que vai em direção contrária às previsões feitas pela teoria de Kaplan.

A proposição de o NP que compõe a DDEM não faz parte do conteúdo proposicional é contra intuitiva, pois ela está em desacordo com a seguinte comparação entre sentenças que contêm DDEMs:

(14) Esse whisky é falsificado.

Não nos parece plausível alegar que, em (14), o N ‘whisky’, encabeçado pelo NP que compõe a DDEM, não participe do conteúdo proposicional da sentença, pois o predicado ‘ser falso’ está interagindo com esse NP, negando-o (i.e., negando que sua aplicação resulte verdadeira). Dessa forma, pode-se entender que a teoria de Kaplan está equivocada ao propor que não há diferenças semânticas entre demonstrativos e DDEMs, pois apenas a DDEM tem um NP como integrante do constituinte e, como se pode observar, esse NP parece de fato interagir com o conteúdo proposicional da sentença que contém a DDEM.

Apesar de seus fortes argumentos, a teoria de Kaplan não é suficiente para lidar com algumas construções linguísticas que surgem como contraexemplos claros e diretos a suas proposições, construções em que as DDEMs parecem não serem designadores rígidos e construções em que as DDEMs possuem, aparentemente, escopo estreito. Além disso, Kaplan (1989 [1977]) nada diz a respeito dos usos

atributivos das DDEMs ou como variáveis ligadas e anáfora, que são usos linguísticos recorrentes. Sendo assim, ou essa teoria sugere que os demonstrativos são termos ambíguos dentro das línguas naturais (como de fato Kaplan faz) ou ela precisa ser revista de modo a englobar todos os usos desses termos. Na próxima seção, discutiremos melhor os problemas que envolvem as propriedades das DDEMs que não são previstas pela teoria de Kaplan (1989[1977]).

2.2 OS PARALELOS ENTRE DDMES E DDEFS

Em seu trabalho, Kaplan deixa bem claro que qualquer tentativa de assimilar indexicais a descrições (definidas), de qualquer natureza, está fadada ao fracasso. Não é possível, por exemplo, dizer que ‘eu’ significa o mesmo que ‘o falante’, pela simples razão de que as sentenças abaixo diferem em termos de condições de verdade e interpretações modais:

(15) (João diz:)

Eu estou falando.

(16) O falante está falando.

Ao falar (15), João refere-se a si mesmo usando ‘eu’ e, em português, não é possível que João use essa palavra para se referir a outras pessoas – salvo em contextos de citação⁵². Por outro lado, ‘o falante’ em (16) pode se referir a João ou a qualquer outra pessoa que esteja falando.

Kaplan e os demais defensores de teorias diretamente referenciais para os indexicais demonstram sistematicamente que, não apenas ‘eu’, mas nenhum indexical, nem mesmo as DDEMs, podem ser entendidas como descrições. Se parece razoável fazer essa afirmação com relação a itens como ‘eu’, ‘hoje’, ‘atual’, parece menos razoável para os DDEMs, que têm uma estrutura sintática muito próxima à das DDEFS.

Com relação à composição sintática, já vimos nessa teoria que o NP é desprezado ou tratado de maneira não canônica. Ao lado do argumento sintático, há também um argumento semântico que tem por objetivo dizer que esses dois tipos de descrição não podem ser

⁵² Para uma problematização dessa ideia, ver Basso e Teixeira (2011) e Teixeira (2012).

assimilados. Imagine o seguinte contexto: João e Maria estão sentados um lado do outro; apontando para João, e alguém diz:

(17) Se João e Maria trocassem de lugar, a pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

(18) Se João e Maria trocassem de lugar, essa pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

(17) claramente tem uma leitura verdadeira que (18) não tem, e os teóricos que advogam por teorias diretamente referenciais têm uma explicação precisa para tanto: no caso de (18), o próprio João faz parte da proposição e ele não pode vir a ser mulher; no caso de (17), a descrição definida não se refere rigidamente a ninguém e pode então se referir à pessoa depois da troca de lugar. Nem precisamos dizer que qualquer teoria que queira lidar com DDEMs, ainda mais as assimilando a DDEFs, tem de dar conta dessa diferença semântica – chamaremos este problema de “o problema da troca de lugar”.

No que segue, exploraremos paralelos sintáticos e semânticos entre DDEMs e DDEFs que colocam em cheque as concepções diretamente referenciais. O problema semântico colocado por (17) e (18) será tratado no capítulo III, no âmbito de cada teoria em particular.

2.2.1 O paralelo sintático

2.2.1.1 DDEFs e DDEMs como sintagmas encabeçados por determinantes

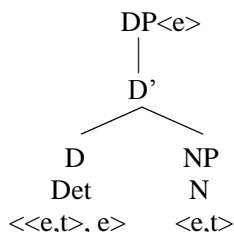
Antes de iniciarmos comparações entre a natureza sintática de DDEFs e DDEMs, precisamos estabelecer alguns princípios gerais que guiarão nossa investigação. Esses princípios se seguem da proposta de Teoria X-Barra apresentada em Mioto *et al* (2004), incrementada pela notação de *tipos semânticos* oriunda do sistema formal da Gramática de Montague:

(19) PRINCÍPIO 1: Todo termo definido no PB é analisado como um DP.

(20) PRINCÍPIO 2: DPs definidos são constituintes linguísticos de tipo semântico <e>.

(21) PRINCÍPIO 3: Todo DP possui um nódulo intermediário D' que projeta um núcleo D e uma categoria lexical NP como complemento.

(22) PRINCÍPIO 4: Em todo DP, de forma det + N, det – um determinante de tipo semântico $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$ – se projeta em D e N – um nome comum de tipo semântico $\langle e, t \rangle$, que é argumento de D – se projeta em NP, representando-se da seguinte forma:



Partindo desses princípios, trataremos de analisar, a seguir, se os demonstrativos ‘esse(a)’ e ‘aquele(a)’ são como o det na representação em (22). Para isso, analisaremos as DDEMs sempre em paralelo às DDEFs, pois partimos do pressuposto de que o artigo definido já está consolidado como det nas análises mais correntes da atual literatura em sintaxe.

Um primeiro paralelo sintático que podemos estabelecer entre DDEMs e DDEFs parte do fato de que os demonstrativos ‘esse(a)’ e ‘aquele(a)’ e o artigo definido ‘o(a)’ parecem estar em distribuição complementar no PB, como outros determinantes⁵³:

- (23) O aluno tirou 10,0 na prova.
- (24) Este aluno tirou 10,0 na prova.
- (25) Os meus alunos tiraram 10,0 na prova.
- (26) Estes meus alunos tiraram 10,0 na prova.
- (27) Os três alunos tiraram 10,0 na prova.
- (28) Estes três alunos tiraram 10,0 na prova.
- (29) Os belos alunos tiraram 10,0 na prova.
- (30) Estes belos alunos tiraram 10,0 na prova.
- (31) *Os estes meus alunos tiraram 10,0 na prova.
- (32) *Estes os meus alunos tiraram 10,0 na prova.
- (33) Todos os meus alunos tiraram 10,0 na prova.

⁵³ Para o que segue, usamos como exemplo de demonstrativo o item ‘esse/este’; contudo, o mesmo argumento que aqui fazemos se sustentaria caso usássemos o item ‘aquele’.

(34) Todos estes meus alunos tiraram 10,0 na prova.

A primeira hipótese que surge ao avaliarmos o conjunto de sentenças (23)-(30) é de que o artigo definido e o demonstrativo são sempre projetados no núcleo D do DP, que é a primeira posição desse constituinte. Desse modo, outros itens que podem aparecer em um DP, além de *det* e *N*, como o pronome possessivo, em (25)-(26), o numeral, em (27)-(28), e o adjetivo, (29)-(30), nunca serão pronunciados antes de um artigo definido ou demonstrativo, dentro de um DP.

Por sua vez, as sentenças agramaticais (31)-(32) reforçam a ideia de que artigos definidos e demonstrativos são *det* e se projetam sempre em D, sendo impossível que eles coocorram no DP, pois, nesse constituinte, há somente um núcleo D que permite alojar apenas um *det*, justificando assim a agramaticalidade das sentenças (31)-(32). Em (33)-(34), podemos observar o quantificador ‘*todos*’ sendo projetado à esquerda dos determinantes ‘*os*’ e ‘*estes*’, respectivamente. Para explicar essas ocorrências, consideramos que quantificadores são termos que não fazem parte da estrutura sintática de DP, mas que se estabelecem numa categoria QP acima desse constituinte, numa projeção mais alta da sentença⁵⁴.

Outra constatação a favor da hipótese de que o demonstrativo que encabeça uma DDEM é um determinante pode ser encontrada no argumento apresentado por Johnson e Lepore (2002) para a análise dos dados dos possessivos - ‘*s*’ do inglês⁵⁵:

(36) This dog’s collar is blue.

(37)*This’s collar is blue.

(38) Lecy’s collar is blue.

Os autores alegam que (37) é agramatical porque a partícula possessiva - ‘*s*’ só pode ser combinada com um NP (como vemos em (36)), o que leva a crer que ‘*this*’ é outra coisa nessa sentença; um determinante, provavelmente. Dando sequência à análise dos dados, em (38), percebe-se que a partícula possessiva se combina com nome próprio ‘*Lecy*’, o que, em contraste com (37), anda na contramão de qualquer proposta sintático-semântica que alegue que ‘*this*’,

⁵⁴ Sobre essa discussão, ver Othero (2009), cap. 4, seção 4.1.

⁵⁵ Os exemplos (36) e (37) foram retirados de Johnson e Lepore (2002). O exemplo (38) foi acrescentado de nossa parte, para reforçar a argumentação.

semanticamente, seja mais próximo a um nome do que a um determinante.

Analisando-se o NP que compõe uma DDEF ou DDEM, nota-se que ele pode ser apagado, mantendo, contudo, a estrutura sintática original da expressão, sendo possível recuperar a informação do N elidido no discurso:

- (39) Pergunta: Qual copo você quebrou?
 (40) Resposta: O \emptyset que caiu no chão.
 (41) Resposta: Esse \emptyset que caiu no chão.
 (42) DP[o/esse NP[\emptyset] CP[que caiu no chão]]

Tanto para a DDEF em (40), quanto para a DDEM em (41), temos um caso de apagamento do NP que compõe o constituinte. No entanto, defendemos que a estrutura sintática desses DPs, representada em (42), permanece a mesma, como representada no PRINCÍPIO 4, apresentado no início desta subseção. É necessário que NP continue sendo projetado, mesmo que lexicalmente elidido, para que se possa justificar o modo como a informação introduzida pelo N ‘copo’, em (39), é recuperada anaforicamente pelas sentenças (40)-(41), em que ocorre o apagamento. Desse modo, passa-se a entender que os determinantes ‘o(a)’ e ‘esse(a)’ são expressões insaturadas que possuem como argumento um NP, que pode ser pronunciado ou não.

Podemos formular outro argumento a favor da hipótese de que há um NP elidido em (40)-(41), partindo da análise de Miotto e Negrão (2007) para as orações relativas nominais. Os autores mostram, por meio de uma bateria de exemplos, que orações relativas nominais restritivas são adjungidas apenas a NPs de sintagmas nominais definidos que têm essa categoria NP em sua estrutura sintática, ou seja, orações relativas nominais restritivas só podem ser adjungidas a DDEFs e DDEMs por meio dos NPs que as compõem. Os demais sintagmas nominais definidos só podem ser adjungidos por orações relativas apositivas, como se pode ver abaixo⁵⁶:

- (43) O menino que beijou Maria saiu da cidade. (relativa restritiva)
 (44) O menino, que beijou Maria, saiu da cidade. (relativa apositiva)
 (45) Esse menino que beijou Maria saiu da cidade. (relativa restritiva)
 (46) Esse menino, que beijou Maria, saiu da cidade. (relativa apositiva)

⁵⁶ Os exemplos (45), (46), (49) e (50) não constam em Miotto e Negrão (2000), mas achamos necessário acrescentá-los para tornar mais claro o que se está propondo.

- (47) *João que beijou Maria saiu da cidade. (relativa restritiva)
 (48) João, que beijou Maria, saiu da cidade. (relativa apositiva)
 (49) *Ele que beijou Maria saiu da cidade. (relativa restritiva)
 (50) Ele, que beijou Maria, saiu da cidade. (relativa apositiva)

A interpretação da relativa nominal ‘que beijou Maria’ como restritiva torna as sentenças (47) e (49) agramaticais para essa leitura, pois os definidos ‘João’ e ‘ele’ não têm um NP expresso em seu constituinte para que a eles possa ser adjungida a oração relativa restritiva. Voltando às sentenças (40)-(41), podemos, agora, reforçar a argumentação de que há um NP apagado nos DPs dessas sentenças, pois, em ambas, a oração relativa nominal restritiva ‘que caiu no chão’ está adjungida aos sintagmas definidos encabeçados por ‘o’ e ‘esse’. Se, para poderem se combinar com um definido, orações relativas nominais restritivas exigem a presença de uma categoria NP na estrutura sintática desses termos para a ela se adjungirem, então é necessário que os DPs de (40)-(41) tenham uma projeção NP que está lexicalmente elidida.

Outra observação importante deve ser feita comparando-se as sentenças (40), (41) e (49). Desconsideramos totalmente a possibilidade de se considerar ‘o’ e ‘esse’ pronomes nos exemplos (40) e (41), pois orações relativas nominais adjungidas a pronomes verdadeiros, como ‘ele’, não aceitam interpretação restritiva, por isso a agramaticalidade de (49). Essa impossibilidade se dá, como já mencionamos anteriormente, pelo fato de pronomes não terem, assim como os nomes próprios, um NP na configuração sintática do seu constituinte no qual a oração relativa restritiva se adjunge. Dessa maneira, acreditamos não haver possibilidade de artigos definidos e demonstrativos atuarem como pronomes em casos como (40)-(41).

2.2.1.2 Adotando uma análise em que demonstrativos são determinantes

A partir da análise dos conjuntos de dados sintáticos apresentados até aqui, acreditamos que o PRINCÍPIO 4, apresentado no início da seção 2.2.1.1, se sustenta enquanto descrição da estrutura sintática das DDEMs, mostrando que elas têm uma estrutura paralela à das DDEFs. Mediante tal constatação, concluímos, para fins de nossa análise, que os demonstrativos ‘este(a),’ ‘esse(a)’ e ‘aquele(a)’ são sempre determinantes, enquanto termos integrantes de uma DDEM estão sendo projetados no núcleo D do DP. O demonstrativo projetado

no núcleo D sempre terá como argumento um NP que pode projetar um predicado descritivo N ou ser nulo, em alguns casos.

Dessa forma, encerramos esta seção propondo que DDEFs e DDEMs são expressões que possuem a mesma estrutura sintática. Sendo assim, defenderemos que a diferença entre elas está apenas no nível semântico. Na próxima seção (2.2.2), mostraremos algumas proximidades semânticas entre DDEFs e DDEMs que devem ser levadas em consideração por uma teoria que pretenda descrever a semântica das DDEMs⁵⁷.

2.2.2 O paralelo semântico

2.2.2.1 A propriedade de restrição

Como vimos na seção anterior, DDEFs e DDEMs podem ser adjungidas por uma oração relativa restritiva ou um predicado restritivo. Essa possibilidade de adjunção parece ser exclusiva desses dois termos, não se aplicando aos demais definidos:

- (51) O menino que está mais ao canto é o namorado da Maria.
- (52) Esse menino que está mais ao canto é o namorado da Maria.
- (53) *João que está mais ao canto é o namorado da Maria.
- (54) *Ele que está mais ao canto é o namorado da Maria.
- (55) *Eu que estou aqui ao canto sou o namorado da Maria.

Não há como interpretar o predicado ‘que está(ou) mais ao canto’ como restritivo em (53), (54) e (55). Possivelmente, a interpretação restritiva está ligada à configuração sintática [DP [NP]] das DDEFs e DDEMs, mas, por agora, vamos nos ater a discutir somente algumas consequências semânticas da relação dessas expressões com as restrições.

⁵⁷ Obviamente, a discussão sintática sobre os demonstrativos é muito mais complexa do que isso, e aqui nos limitamos apenas a argumentar que analisá-los como determinantes, do ponto de vista sintático, é uma estratégia interessante. Entre os problemas em aberto, podemos citar a representação sintática, e também a semântica, de estruturas como ‘o rapaz aquele de quem falamos’ ou ‘o carro esse que o João quer’. Deixaremos esse tipo de estrutura de lado neste trabalho, mas acreditamos que, mesmo aqui, os demonstrativos ainda podem ser tratados como itens linguísticos que apresentam composição interna no nível proposicional, *contra* Kaplan.

Indicamos, até aqui, que a semântica de uma DDEF ou DDEM consiste em denotar um único indivíduo que possui uma determinada propriedade x , que é expressa pelo NP do termo. Se, no universo discursivo em que for usada a expressão, existir apenas um único indivíduo que possui tal propriedade x , os pressupostos para o uso adequado dessa expressão estarão satisfeitos:

(CONTEXTO: existe um único quadro na parede da sala e ele está sujo.)

(56) O quadro está sujo. (apontando ou não para o quadro)

(57) Esse quadro está sujo. (apontando ou não para o quadro)

Tanto (56) quanto (57) são sentenças adequadas dentro desse contexto. Entretanto, para muitos casos, dentro de um universo discursivo, pode haver mais indivíduos que possuam a propriedade x , fazendo-se necessário especificar de qual dos indivíduos, que possui a propriedade x em questão, está se falando:

(CONTEXTO: existem dois quadros na parede da sala, mas apenas o quadro da direita está sujo.)

(58) O quadro da direita está sujo.

(59) Esse quadro está sujo. (apontando para o quadro da direita)

A proposição expressa por (58) e (59) é, em certo sentido, a mesma informação expressa por (56) e (57)⁵⁸, mas, para se tornarem adequadas, nesse contexto, tiveram de ser rearranjadas: (58) foi acrescida do predicado restritivo ‘da direita’ e (59) passou a precisar do acréscimo de um apontamento. Diferentemente dos outros termos definidos, as DDEFs e as DDEMs parecem denotar seu referente por meio da explicitação de um número suficiente de suas propriedades, para assim o distinguir dos demais indivíduos do universo discursivo⁵⁹.

⁵⁸ A proposição expressa em (56), (57), (58) e (59) é a mesma no sentido de que as quatro estão falando de um mesmo indivíduo e atribuindo a ele um mesmo predicado. Por outro lado, elas obviamente não são as mesmas pelo menos porque em (58) ‘da direita’ (i.e., ‘que está à direita de algo’) é uma propriedade (ou relação) que é constituinte da proposição expressa, mas não das outras.

⁵⁹ Há um problema para essa afirmação: os pronomes ‘ele’ e ‘ela’, outros definidos, carregam, no seu morfema de gênero, a informação sobre seu referente ter a propriedade de ser do gênero masculino ou feminino. Tal informação é, em geral, caracterizada como uma pressuposição que esses itens carregam; seriam funções parciais de identidade cujo domínio é o conjunto de indivíduos (cf. Heim, 2008).

Nossa intuição é de que a diferença entre DDEFs e DDEMs está no fato de que as DDEMs, em sua configuração elementar (DEM N/‘esse livro’), já possuem, ou codificam, como veremos no próximo capítulo, uma informação restritiva sobre o conjunto denotado pelo NP que compõe a expressão e projeta N, enquanto nas DDEFs essa informação não está na sua configuração elementar (ARTD N/‘o livro’):

(CONTEXTO: há dois livros em cima de uma mesa, um livro azul e um livro vermelho; o livro azul foi emprestado da biblioteca central.)

(60) ?O livro é da biblioteca central. (sem apontamento)

(61) ?O livro é da biblioteca central. (apontando para o livro azul)

(62) O livro azul é da biblioteca central.

(63) ?Esse livro é da biblioteca central. (sem apontamento)

(64) Esse livro é da biblioteca central. (apontando para o livro azul)

(65) Esse livro azul é da biblioteca central.⁶⁰ (sem apontamento)

O questionamento mais pertinente a se fazer com relação ao conjunto de sentenças acima é: por que o ato de apontar para o livro azul torna (64) adequada ao contexto, mas não torna (61)⁶¹? A intuição básica é de que o apontamento faz alguma coisa em relação à DDEM que não faz em relação à DDEF. Como podemos ver nos exemplos acima, os usos adequados de DDEFs não precisam de apontamento, apenas os usos das DDEMs, o que nos leva a crer que DDEMs são termos semanticamente insaturados, enquanto DDEFs são termos semanticamente saturados, no sentido de que uma DDEFs, em uso dêitico/referencial, não necessita de apontamento, e esse gesto pouco ou nada acrescenta ao conteúdo veiculado, ao passo que isso não é verdade para as DDEMs, construções para as quais o apontamento desempenha, de fato, um papel semântico. Essa ideia, aqui apresentada bastante intuitivamente, é desenvolvida por Wolter (2006) em sua análise das DDEMs. Voltaremos a essa discussão no capítulo III.

⁶⁰ Uma observação muito importante a respeito do exemplo (65): ele nos mostra que DDEMs podem ser usadas adequadamente sem o acompanhamento de um apontamento. No caso de (65), o adjetivo ‘azul’ restringe o contexto, especificando qual dos dois livros desse em questão está sendo denotado pela DDEM, o que torna desnecessário o uso do apontamento. Sendo assim, o uso do apontamento não é obrigatório em DDEM, pois sempre que houver expressões restritivas suficientes no sintagma de uma DDEM, de modo a especificar inequivocamente seu referente, o uso do apontamento pode ser descartado.

⁶¹ Mesmo que (61) seja aceitável, há um claro contraste entre (61) e (64), sendo (64) muito melhor no contexto usado.

2.2.2.2 Os contextos intencionais

Os contextos intencionais são um dos principais problemas para qualquer análise descritivista das DDEMs. Não é de graça que a grande força da argumentação de Kaplan para o tratamento diretamente referencial da semântica dos demonstrativos está nesses contextos, i.e., na aparente ausência de interpretações de DDEMs em que elas estejam sob o escopo de algum operador modal e/ou num contexto intencional. Seja pronome demonstrativo ou DDEM, ambos parecem ter sempre escopo inerte quando aparecem em sentenças com operadores modais – lembramos que a explicação para esse fato dado por teorias de inspiração kaplaniana é simples: dados que as DDEMs são designadores rígidos, não teriam interpretação variável para diferentes mundos possíveis ou circunstâncias de avaliação.

A ausência de interpretações que chamaremos de interpretações modais para as DDEMs é um problema sério para o estabelecimento do paralelo semântico entre DDEMs e DDEFs, pois, ao contrário das DDEMs, é muito comum as DDEFs apresentarem interação de escopo com operadores modais, como vemos abaixo (as paráfrases lógicas são simplificações extremas cujo objetivo é simplesmente mostrar que essas diferentes interpretações podem ser alcançadas através de variações do escopo da descrição definida e do operador modal):

(66) Necessariamente, o número de planetas do sistema solar é maior que sete⁶².

(66a) Paráfrase 1: o número de planetas do sistema solar, que é oito, é necessariamente maior que sete. (proposição verdadeira)

$(\lambda x.\text{número_de_planetas_do_sistema_solar}(x) \sqcap (x) > 7)$

(66b) Paráfrase 2: necessariamente, o número de planetas do sistema solar, qualquer que ele seja, é maior que sete. (proposição falsa)

$(\sqcap \lambda x.\text{número_de_planetas_do_sistema_solar}(x) (x) > 7)$

(67) Necessariamente, esse/aquele número de planetas do sistema solar é maior que sete.

(67a) Paráfrase única: esse/aquele número de planetas do sistema solar, que é oito, é necessariamente maior que sete.

⁶² Exemplo adaptado de Quine (1960).

Enquanto a sentença (66) é ambígua, como vemos nas paráfrases (66a) e (66b), a sentença (67) só possui uma interpretação, parafraseada em (67a).

Para Kaplan (1989[1977]), como vimos anteriormente, a sentença (67) só possui uma leitura porque o escopo da DDEM ‘esse/aquele número de planetas do sistema solar’ é inerte em relação ao operador modal ‘necessariamente’. A sentença (66) é ambígua porque a DDEF pode ser interpretada como quando usamos os termos sugeridos por Quine (1960), *de re* (66a) ou *de dicto* (66b)⁶³.

A interpretação referencial parece ser dominante para as DDEMs, sendo muito difícil encontrar leituras atributivas para essas expressões nos contextos modais – na verdade, segundo Kaplan, a interpretação referencial seria a única possível. Contudo, encontramos alguns exemplos em que temos uma DDEM interagindo em escopo com operadores modais:

(68) [Apontando para os novos aprovados no concurso]

Esses funcionários **podiam** ser mais de esquerda.

(68a) Esses funcionários (a, b, c, d...) podiam ser mais de esquerda.

(i.e., os funcionários que passaram no concurso podiam ser, em sua variação modal, mais de esquerda)

(68b) Esses funcionários (não necessariamente esses, mas qualquer um que tivesse passado no concurso agora) podiam ser mais de esquerda.

(i.e., podia ser o caso que outros funcionários, que passaram num concurso de mesma natureza, para o mesmo cargo, fossem mais de esquerda)

(69) [Apontando o primeiro colocado no vestibular]

Esse calouro **tem que** ser bem recebido.

(69a) Esse calouro (o João) tem que ser bem recebido.

(69b) Esse calouro (o que passa em primeiro no vestibular a cada ano) tem que ser bem recebido.

(70) Geralmente, se um atleta profissional sofre uma lesão no tornozelo, essa lesão é tratada imediatamente⁶⁴.

⁶³ Há, obviamente, importantes paralelos entre as interpretações *de re/de dicto* e referencial/atributivo (cf. Wolter, 2006; Elbourne, 2008), mas não entraremos nesses paralelos neste trabalho.

⁶⁴ Exemplo adaptado de Roberts (2002).

Em (68) e (69), temos sentenças claramente ambíguas. À (68a) corresponde a paráfrase de (68), em que a DDEM ‘esses funcionários’ assume escopo amplo sobre o operador modal ‘podiam’; e à (68b) corresponde a paráfrase em que a DDEM ‘esses funcionários’ é interpretada em escopo estreito ao operador modal ‘podiam’ – no primeiro caso, a variação modal é nas propriedades que caracterizam os funcionários que efetivamente passarem. No segundo caso, a variação se dá nos próprios funcionários que passaram. O mesmo se dá para a sentença ambígua em (69): em (69a) temos a DDEM ‘esse calouro’ interpretada em escopo amplo ao operador modal ‘tem que’ e em (69b) essa mesma DDEM é interpretada em escopo estreito ao modal ‘tem que’⁶⁵. Em (70), temos a DDEM ‘essa lesão’ como anafórica ao sintagma ‘uma lesão’. O sintagma ‘uma lesão no tornozelo’ está em escopo estreito com relação ao operador modal ‘geralmente’, fazendo com que ‘essa lesão’ também seja interpretada em escopo estreito à ‘geralmente’, pois uma expressão anafórica sempre tem sua interpretação subordinada ao sintagma que a antecede.

Desse modo, pode-se alegar que, apesar dos casos mais raros para DDEMs, tanto DDEFs quanto DDEMs podem apresentar interação de escopo com operadores modais, mostrando-se paralelas nesse aspecto e refutando a alegação de Kaplan (1989[1977]) de que DDEMs e demonstrativos apresentam apenas escopo inerte⁶⁶. Cabe ainda justificar porque a interação de escopo com modais das DDEMs é menos comum, explicação que se tentará dar na apresentação da teoria de Wolter (2006), no capítulo III.

2.2.2.3 A composicionalidade de NP

Outra importante similaridade entre DDEFs e DDEMs está no modo como o NP descritivo que compõe essas expressões interage com a composicionalidade da sentença. Em ambas as expressões, o NP que as compõe parece dar a mesma contribuição semântica para o significado da sentença de que elas fazem parte:

⁶⁵ Note-se que temos aqui uma interpretação que podemos chamar de atributiva.

⁶⁶ Uma saída para Kaplan, que já argumentamos não ser muito razoável, é dizer que os demonstrativos que apresentam interação de escopo são outras palavras e não os demonstrativos dêiticos a que Kaplan dedica seu trabalho.

(71) (CONTEXTO: Suponha-se uma sala de aula que tenha doutorandos e mestrando fazendo uma prova. O professor que está aplicando a prova pretende propor deixar que o primeiro mestrando que terminar a prova saia da sala, e diz:)

(71a) O mestrando que terminar a prova primeiro pode sair.

(71b) ?O que terminar a prova primeiro pode sair.

(71c) Aquele mestrando que terminar a prova primeiro pode sair.

(71d) ?Aquele que terminar a prova primeiro pode sair.

(72) Todo pai(x, i) que tem uma filha caçula(j, x) e uma filha mais velha(k, x) paparica a caçula(j, x).

(73) Todo pai(x, i) que tem uma filha caçula(j, x) paparica essa caçula(j, x).

Nas sentenças em (71a)-(71d), temos exemplos de usos atributivos de DDEF e DDEM, respectivamente. Note-se que, nas sentenças (71a) e (71c), o N ‘mestrando’, que se projeta em NP, dá o mesmo tipo de contribuição semântica para a composicionalidade dessas sentenças: ele estabelece o (sub)domínio de indivíduos, referente ao universo discursivo em que as sentenças foram usadas, sobre o qual os determinantes ‘o’ e ‘aquele’ disparam suas pressuposições de existência e univocidade para determinar que um único referente extralinguístico que satisfaça a denotação da DDEF, em (71a), e da DDEM, em (71c), tornando a interpretação dessas sentenças adequadas à intenção do professor.

Por sua vez, nas sentenças (71b) e (71d), apesar de serem sentenças gramaticalmente bem construídas, a ausência do N ‘mestrando’ impossibilita uma interpretação adequada à intenção referencial do professor, pois o fato de apagar N faz com que a projeção NP estabeleça um domínio maior de indivíduos – mestrando e doutorandos (i.e., todos os que estão fazendo a prova) – do qual se pode estabelecer o referente que satisfaça a DDEF e a DDEM dessas sentenças. Há, assim, a possibilidade de um doutorando ser a denotação da DDEF ou da DDEM presentes nas sentenças usadas pelo professor, o que vai contra a sua intenção no contexto descrito para os exemplos.

Finalmente, nas sentenças em (72)-(73), respectivamente, temos exemplos em que a DDEF ‘a caçula’ e a DDEM ‘essa caçula’ são variáveis presas ao sintagma ‘uma caçula’. Nesses casos, a presença do N ‘caçula’ é indispensável para que a coindexação da variável seja realizada adequadamente. O papel de NP é estabelecer, tanto na DDEF

em (72) quando na DDEM em (73), a coindexação entre as variáveis *j* de ‘uma filha caçula’ e ‘a caçula’, em (72), e ‘uma filha caçula’ e ‘essa caçula’, em (73). A forma como o NP estabelece a coindexação da variável *j*, nos exemplos (72)-(73), dá-se pelo mesmo mecanismo semântico que ele desempenha nas sentenças (71a)-(71d): ele restringe o domínio de variáveis que introduzem indivíduos que podem ser retomadas pela DDEF ou pela DDEM para uma única variável, satisfazendo as pressuposições de existência e univocidade do artigo definido e do demonstrativo⁶⁷.

Tanto os exemplos (71a)-(71d) quanto os exemplos (72)-(73) são favoráveis ao argumento de que o NP presente em DDEFs e DDEMs contribui para a composicionalidade da sentença sempre da mesma maneira, delimitando o domínio de indivíduos no qual as pressuposições de existência e univocidade do artigo definido e do demonstrativo encontrarão uma denotação que as satisfaça.

2.2.2.4 A leitura genérica

Desde o trabalho de Carlson (1977), têm-se tornado recorrentes na literatura as discussões a respeito de sintagmas nominais com leitura genérica. Uma das conclusões do panorama geral dessas discussões chega à tese de que há leitura genérica de um DP quando este denota *espécie*⁶⁸:

(74) A baleia está em extinção.

A sentença (74) é ambígua, pois a DDEF ‘a baleia’ pode estar se referindo a indivíduo ou espécimen (uma única baleia) ou à espécie baleia_k (leitura genérica). O mesmo tipo de ambiguidade pode se obter com DDEMs, a exemplo de (75):

(75) Essa baleia está em extinção.

⁶⁷ A única diferença, para os que defendem que dêixis e anáfora são fenômenos de mesma natureza, entre os casos de (71a)-(71d) e (72)-(73), é o contexto em que a interpretação das sentenças é avaliada. Para (71a)-(71d) temos um uso atributivo, e, para (72)-(73), um uso anafórico.

⁶⁸ Espécie ou *kind*, categoriza Carlson (1977), refere-se a uma classe ontológica que é a maximalidade de um conjunto de indivíduos que compartilham uma mesma propriedade. Por exemplo, o *kind* “baleia” refere-se ao conjunto máximo de indivíduos que são baleias.

A diferença entre (74) e (75) é que, em (75), na leitura genérica, a DDEM ‘essa baleia’ não está denotando a espécie “baleia”, mas uma subespécie de baleias (baleias orcas, por exemplo). Rosch et al. (1976) distinguem três níveis de categorização de espécie que podem ser denotados por DPs: o nível superordenado, o nível básico e o nível subordinado:

Superordinate level categories are the most general, and are comprised of relatively heterogeneous sets of items. For example, the superordinate category ‘animal’ includes members as diverse dogs, birds, and fish. Basic level categories exhibit an intermediate degree of inclusiveness. The basic level has been claimed to represent the most efficient level of categorization, as it maximizes within-category similarity and minimizes between-category similarity. For example, members of the basic level category ‘dog’ tend to be relatively similar to each other, but quite different from members of others kinds of animals, such as bird or fish. Finally, subordinate level categories are the most specific, and are comprised of relatively homogeneous sets of items. For example, members of the subordinate category ‘Labrador’ are far more similar to each other than members of the basic level category ‘dog’. (ROSCH et al., 1976, apud BOWDLE & WARD, 1995, p. 4)

Bowdle & Ward (1995) adotam a categorização de níveis de denotação de espécie de Rosch *et al.* para explicar a diferença entre a DDEF genérica e a DDEM genérica: a DDEF genérica denota a espécie referente ao nível de categorização mais alto expresso pelo NP descritivo que a compõe, e a DDEM, por sua vez, denota a espécie referente ao nível de categorização que está logo abaixo ao nível mais alto expresso pelo NP descritivo que a compõe:

- (76) O animal deve ser respeitado.
- (77) O cachorro deve ser respeitado.
- (78) O labrador deve ser respeitado.
- (79) Este animal (o cachorro) deve ser respeitado.
- (80) Este cachorro (o labrador) deve ser respeitado.

Grosso modo, podemos concluir que a DDEM sempre denota uma subespécie da espécie a que se refere o NP descritivo que a compõe. Poucos trabalhos sobre DDEMs genéricas são encontrados na literatura, o que implica que ainda há muito a ser investigado para que se compreenda seu funcionamento semântico. Entretanto, consideramos que apresentar brevemente a discussão a respeito desse fenômeno é importante para se perceber ainda mais algumas características semânticas importantes das DDEMs como, por exemplo, a importância da contribuição de NP para o conteúdo proposicional que expressa a categoria de (sub)espécie que o termo denota.

Seria interessante investigar por que, afinal, a DDEM parece ter acesso a um nível de generalização menor do que aquele à qual a DDEF tem acesso (subespécie e espécie, respectivamente). Contudo, o que nos interessa aqui, como salientamos, é simplesmente mostrar que, também nesses casos, não parece possível sustentar que o NP presente nas DDEM não atua em sua composição; mais que isso, ele parece atuar de modo semelhante tanto nas DDEFs quanto nas DDEM, contra Kaplan e a praticamente todas as teorias referenciais de DDEMs.

Até agora, nossas considerações sintático-semânticas apontaram, contra Kaplan, para um grande paralelo entre DDEFs e DDEMs. Isso não quer dizer, obviamente, que essas construções sejam sinônimas ou que expressam a mesma coisa, mas, por outro lado, sugerem que elas formam uma classe e, como tal, pode ser alvo de um mesmo tipo de teoria – uma teoria descritivista. E é para teorias como essas que nos voltamos no próximo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO III – OS TRATAMENTOS SEMÂNTICOS DAS DDEMs

Um termo geral impõe uma divisão de referência que, uma vez conquistada, pode ser, assim, explorada em um sem fim de casos particulares, para fixar as abrangências pretendidas de aplicação de termos singulares. “Este é o Nilo”, com um gesto acompanhante, mas sem o termo geral “rio”, pode ser mal compreendida como identificando uma curva no rio; “Esta é Nadejda” pode ser mal compreendida como identificando o material do autêntico vestuário rudimentar da criatura; mas “Este rio é o Nilo”, “Esta mulher é Nadejda” resolvem as questões.

*Willard Van Orman Quine, 1960. **Word and object**. In: Palavra e objeto. Tradução. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.*

Neste capítulo, nosso objetivo será apresentar diferentes teorias sobre a semântica das DDEMs⁶⁹. O objetivo final desta dissertação, como já dissemos, é defender que uma abordagem indiretamente referencial é, se não a melhor saída para o tratamento das DDEMs, pelo menos uma saída viável.

Este capítulo se estrutura da seguinte maneira: na seção 3.2, veremos a teoria proposta por Dever (2001) – uma elaborada alternativa referencial, mas que, como argumentaremos, esbarra em grandes dificuldades descritivas; na seção 3.3, analisaremos as teorias descritivistas. Sendo assim, na seção 3.3.1, nosso objetivo será apresentar a teoria proposta por Roberts (2002); o trabalho de Elbourne (2008) será o tema de seção 3.3.2; e, finalmente, na seção 3.3.3, apresentaremos a proposta de Wolter (2006). Podemos agrupar esses autores de acordo com sua filiação teórica sobre o estatuto das DDEMs e, assim, teríamos, de um lado, Dever como um defensor sofisticado de abordagem referencial, e, do outro lado, o restante dos autores como defensores de alternativas descritivistas. Roberts (2002) trata as DDEMs como definidos no quadro das semânticas dinâmicas, ao passo que Wolter (2006) e Elbourne (2008) tratam o determinante das DDEMs

⁶⁹ As apresentações das teorias de Dever (2001) e Elbourne (2008), desenvolvidas neste capítulo, recuperam, de maneira mais elaborada, a discussão que fizemos desses autores em Vogt (2011).

como artigos definidos fregeanos (i.e., pressuposicionais) dentro do quadro da semântica de situações.

Essas não são as únicas abordagens sobre a semântica das DDEMs após o trabalho pioneiro de Kaplan, contudo, são algumas das mais abrangentes e originais encontradas na literatura. Antes de passar a análise de cada uma delas, vamos citar, na seção seguinte, algumas análises com que lidamos, mas que não serão apresentadas de modo aprofundado.

Uma nota sobre terminologia: em geral, os defensores de abordagens indiretamente referenciais se reservam o termo “descrição demonstrativa” (como viemos fazendo ao lançar mão de DDEM), ao passo que os defensores de abordagens diretamente referenciais utilizam o termo “demonstrativo complexo”.

3.1 AS ABORDAGENS ALTERNATIVAS PARA AS DDEMs

King (2001) apresenta uma defesa de uma abordagem quantificacional para as DDEMs, considerando-as muito semelhantes ao artigo definido russelliano. Em sua teoria, King (2001, p. 43) diz que a contribuição básica do demonstrativo numa DDEM, presente numa estrutura como DEM NP VP, pode ser capturada pela proposição abaixo:

(1) ____ e ____ são unicamente ____ em um objeto x e x é ____.

A primeira e a última posição seriam preenchidas, respectivamente, pelo NP e VP, e por isso, nesse sentido, um demonstrativo seria como qualquer outro quantificador que se satura com duas propriedades. A diferença interessante, na teoria de King, aparece quando temos usos referenciais ou dêiticos e usos descritivos; nesses casos, o que muda são as posições intermediárias.

Consideremos primeiramente um uso referencial. Imagine uma situação na qual alguém aponta para um gato (Mimi) e diz:

(2) Esse gato [apontando para Mimi] é lindo.

A análise oferecida por King seria então como abaixo, na qual o que temos é uma intenção perceptual por parte do falante:

(2a) **gato** e = **Mimi** são unicamente **simultaneamente instanciados em w e t** em um objeto x e x é **lindo**.

Por outro lado, se tivéssemos uma sentença com uma DDEM com interpretação atributiva, o resultado seria outro:

(3) Aquele hominídeo que descobriu o fogo devia ser um gênio.

(3a) **ser um hominídeo que descobriu o fogo** e **ser um hominídeo que descobriu o fogo** foram unicamente **simultaneamente instanciados** em um objeto x e x é **um gênio**.

A teoria de King (2001) tem ferramentas para lidar com diversos tipos de problemas que inviabilizam as teorias referenciais, mas é bastante custosa e esbarra em diversos problemas (cf. Elbourne, 2008, pp. 453-457). Para nós, o que interessa é que unificar os demonstrativos e definidos seria muito mais interesse se isso pudesse ser feito numa teoria pressuposicional e não quantificacional. Por essa razão, apenas notamos aqui a existência dessa teoria como uma alternativa não referencial de análise dos demonstrativos e das DDEMs.

Do lado dos referencialistas, Braun (1994) e Borg (2000) apresentam sofisticadas teorias que propõem, cada uma a seu modo, que o NP que aparece nas DDEMs atua no caráter, mas não na proposição. Essas teorias têm a vantagem de serem mais explícitas que os postulados de Kaplan (1989[1977]) sobre o papel do NP nas DDEMs, mas elas ferem o princípio da inocência semântica e têm de assumir que o NP ‘gato’, nas duas sentenças abaixo, tem contribuições proposicionais muito diferentes. Para esses autores, somente na primeira dessas sentenças o NP aparece na proposição, ou seja, somente na proposição veiculada por (4) figura a propriedade de ‘ser gato’, por exemplo:

(4) O gato tá comendo.

(5) Esse gato tá comendo.

Em outras palavras, o NP ora contribui para a proposição (caso de (4)), ora não contribui (caso de (5)). Devido a isso, acreditamos ser melhor uma teoria mais econômica neste aspecto e que preserve a inocência semântica, considerando que os itens de uma língua dão sempre a mesma contribuição e atuam sempre no mesmo nível de composição semântica (sempre no caráter ou sempre no conteúdo).

Depois dessa rápida apresentação de teorias presentes na literatura, passemos, então, à análise das outras teorias citadas e que nos parecem mais em consonâncias com as pesquisas realizadas atualmente na semântica das línguas naturais.

3.2 DEVER (2001): UMA PROPOSTA REFERENCIALISTA DIFERENCIADA

3.2.1 A teoria de Dever (2001) para DDEMs

Dever (2001), em seu artigo *Complex Demonstratives*, propõe-se a descrever os casos de uso referencial das DDEMs⁷⁰ e apenas destes, pois assume que os usos referenciais e os usos anafóricos não seguem os mesmos padrões de comportamento semântico, o que não possibilita tratá-los sob a mesma teoria. O autor busca elaborar uma teoria que descreva e explique os usos referenciais das DDEMs, defendendo uma abordagem referencialista para esses termos. Para isso, Dever tem de enfrentar o principal problema encontrado na teoria formulada por Kaplan: dizer qual é o papel do NP que compõe a DDEM quanto à sua contribuição para o conteúdo da proposição expressa pelo constituinte. Ou seja, qual é, se é que há alguma, contribuição proposicional do NP que compõe a DDEM? A busca pela resposta para tal pergunta talvez seja o centro que move a discussão de Dever e o faz refletir sobre a natureza do mecanismo de referência das DDEMs em línguas naturais.

Dever inicia uma discussão que toma como ponto de partida a proposição estabelecida pela chamada *Hipótese do Dilema*⁷¹ (DEVER, 2001, p. 271):

⁷⁰ Dever (2001) segue a tradição diretamente referencial e chama as expressões DEM + NP de *demonstrativos complexos*. Para todos os efeitos, como descrição superficial, tanto demonstrativos complexos quanto DDEMs recortam o mesmo conjunto de expressões, e por isso, por vezes, usaremos esses termos um pelo outro.

⁷¹ Essa hipótese é encontrada, mas de modo implícito, em diversos trabalhos de filosofia da linguagem de vertente analítica. A formulação explícita de tal princípio, bem como uma investigação de suas consequências pode ser encontrada em Neale (1993).

Hipótese do Dilema:

“Every term⁷² in natural language is either referential or quantificational”

Seguindo esse postulado, o autor verifica as evidências semânticas para enquadrar as DDEMs ou como termos referenciais ou como termos quantificacionais. Tipicamente, constituintes formados apenas por indexicais puros e nomes próprios são termos referenciais, ao passo que constituintes compostos por um quantificador/determinante + um componente nominal (‘todo homem’, ‘a mulher’, ‘muitas pessoas’) são termos quantificacionais⁷³. Essa separação reflete uma assunção comum em filosofia da linguagem segundo a qual os termos diretamente referenciais não têm composição interna, e os termos descritivos e quantificacionais, sim.

Termos referenciais são aqueles que, segundo Dever, caracterizam-se por possuir uma sintaxe simples e por serem diretamente referenciais, sendo assim por estarem sempre na dependência de um objeto para significarem. Desse modo, proposições que contêm um termo referencial serão sempre proposições singulares, que se estabelecem na dependência (às vezes perceptiva) do objeto a que se refere um dado termo referencial. Por sua vez, os termos quantificacionais são caracterizados como termos complexos sintaticamente e tipicamente não rígidos, ou seja, não dependem de um objeto extralinguístico para terem algum significado atribuído. O dilema para a análise das DDEMs, segundo Dever, está justamente no fato de que elas são, simultaneamente, aparentes designadores rígidos que possuem uma estrutura sintática complexa, que se torna visível na presença de um NP, ou seja, possuem características tanto de termos referenciais quanto de termos quantificacionais. O autor defenderá, em última instância, que a melhor alternativa é contornar os problemas colocados pela presença do NP e tratar as DDEMs como termos referenciais.

Para definir o papel semântico do NP que compõe a DDEM, a investigação de Dever se preocupa em esclarecer, primeiramente, se na estrutura de uma DDEM (DEM + NP) o DEM é, de fato, um

⁷² Dever define *termo* como qualquer constituinte sintático capaz de ocupar a posição de sujeito ou objeto de um verbo, conforme (2001, p. 271).

⁷³ Lembrando que para vários filósofos, incluindo Dever, as descrições definidas são tratadas segundo a proposta de Russell (1905). E, sendo assim, se um demonstrativo que compõe um DC não for um termo referencial, será então um quantificador.

quantificador, ou se o conjunto DEM + NP é referencial como um todo. Para isso, ele toma como fundamento de sua investigação as seguintes asserções:

(F1) Complex demonstratives contain singular terms, in the guise of (simple) demonstratives, as proper parts.

(F2) Complex demonstratives exhibit the same syntactic structure as quantified terms, combining a determiner with a descriptive phrase serving as the restrictor on the quantifier. (DEVER, 2001, p. 275)

Primeiramente, são analisadas as dificuldades para se enquadrar as DDEMs como termos referenciais. Dever explica que a grande dificuldade para essa categorização se encontra nos problemas com que as teorias diretamente referenciais se deparam ao ter de explicar qual é a contribuição do material descritivo (NP) da DDEM para a semântica da sentença. Como já visto, para Kaplan e alguns outros autores, o NP que compõe a DDEM não tem nenhuma importância para a denotação do termo, pois ela depende apenas do demonstrativo que compõe a expressão e da demonstração associada a ele num dado uso particular.

Dever mostra que há um problema nessa acepção formulando a seguinte generalização existencial (DEVER, 2001, p. 277):

Generalização Existencial:

“The proposition that that F is G logically implies the proposition that some F is G”.

Ou seja, não é possível simplesmente desprezar o NP (representado acima por F), dizendo que ele atua somente no caráter, e não tem, portanto, contribuição proposicional, ou que ele nem isso faz. Partindo desse princípio, a generalização existencial para as DDEMs, Dever consegue mostrar que as considerações a respeito do papel deste NP em sentenças que contêm DDEMs não pode ser encarado de uma maneira simplista, como vemos na comparação entre as sentenças (6) e (7):

(6) Aquele homem lá na esquina está bebendo água.

(7) Algo é ao mesmo tempo um homem lá na esquina e algo está bebendo água.

Dever considera que (6) acarreta (7), e esse acarretamento precisa ser capturado e explicado pelas teorias que têm por alvo as DDEMs. Para Dever, as teorias dos autores que defendem a irrelevância do NP descritivo, como Kaplan, não são boas para explicar a relação entre as sentenças em (6) e (7), pois essas teorias preveem que não existe o evidente acarretamento de (6) para (7). Portanto, defende Dever, uma boa teoria sobre DDEMs deve levar em consideração o princípio da generalização existencial e suas consequências, ao mesmo tempo assumindo que as DDEMs são termos referenciais – tudo isso sem ferir o princípio da inocência semântica.

Em seguida, são mostradas as dificuldades para se considerar as DDEMs como termos quantificacionais. Dever mostra que as estruturas de uma DDEM ('este cachorro') e de um sintagma quantificado ('um cachorro') são semelhantes e análogas sintaticamente – pelo menos na superfície –, entretanto, ambas diferem severamente quanto a um aspecto semântico tipicamente próprio de termos quantificacionais: a interação de escopo. Sentenças que possuem dois quantificadores interagindo possuem sempre duas leituras, como vemos no exemplo abaixo:

(8) Todo cineasta gosta de uma cena com Robert de Niro.

(8a) $\forall x[\text{cineasta}(x) \rightarrow \exists y[\text{cena-com-Robert-de-Niro}(y) \ \& \ \text{gosta-de}(x, y)]]$

(8b) $\exists y[\text{cena-com-Robert-de-Niro}(y) \ \& \ \forall x[\text{cineasta}(x) \rightarrow \text{gosta-de}(x, y)]]$

A sentença (8) é ambígua devido à interação de escopo de seus quantificadores. As leituras em (8a) e (8b) são possíveis por que o sintagma quantificado pelo quantificador existencial ('uma cena com Robert de Niro') pode assumir uma interpretação tanto em escopo estreito (8a) como uma interpretação em escopo amplo (8b) em relação a 'todo'. Mas o mesmo não ocorre com DDEMs:

(9) Todo cineasta gosta daquela cena com Robert de Niro.

(9a) $*\forall x[\text{cineasta}(x) \rightarrow \text{AQUELA}y[\text{cena-com-Robert-de-Niro}(y) \ \& \ \text{gosta-de}(x, y)]]$

(9b) $\text{AQUELA}y[\text{cena-com-Robert-de-Niro}(y) \ \& \ \forall x[\text{cineasta}(x) \rightarrow \text{gosta-de}(x, y)]]$

Como já visto ao apresentar a teoria de Kaplan, por meio de

uma sentença semelhante, a sentença (9) só pode ter uma leitura, que é aquela na qual a DDEM ‘aquela cena com Robert de Niro’ é interpretado em escopo amplo (9b). Uma leitura desse constituinte em escopo estreito (9a) é simplesmente inexistente. Partindo desse fato, Dever levanta a questão de que, se as DDEMs fossem sintagmas quantificados, eles deveriam possuir também, em sentenças com a estrutura de (9), leituras de escopo estreito, o que, de fato, não ocorre – simplesmente não temos a leitura (9a).

Sendo assim, Dever trata de elaborar sua teoria sobre DDEMs visando a uma descrição que se aproprie corretamente das consequências do material descritivo da DDEM para a proposição. Para ele, uma teoria que se propõe a isso só é boa se estiver de acordo com dois fatores: o princípio da generalização existencial e o fato de as DDEMs não possuírem interação de escopo com quantificadores. Assim sendo, o resultado é uma teoria que a um só tempo explique o padrão visto em (6)-(7) e o contraste entre as possibilidades de escopo entre (8)-(9). Devemos também ter em mente que tal teoria se faz apenas para o tratamento referencial (ou dêitico, ostensivo) das DDEMs, deixando de lado seus usos anafóricos e seus usos descritivos.

Dever propõe que a solução para o problema da relação do NP descritivo com o conteúdo proposicional de uma sentença que contém uma DDEM se deve à complexidade da estrutura sintática dessa estrutura, que é apenas superficialmente DEM NP. Sua teoria defende que DDEMs possuem, na verdade, uma estrutura sintática semelhante à dos apositivos. Essa comparação se deve ao fato de os apositivos serem uma estrutura complexa que expressa duas proposições dentro de uma mesma aparente sentença, como mostrado abaixo:

(10) Aristóteles, o homem do povo, gostava de cães.

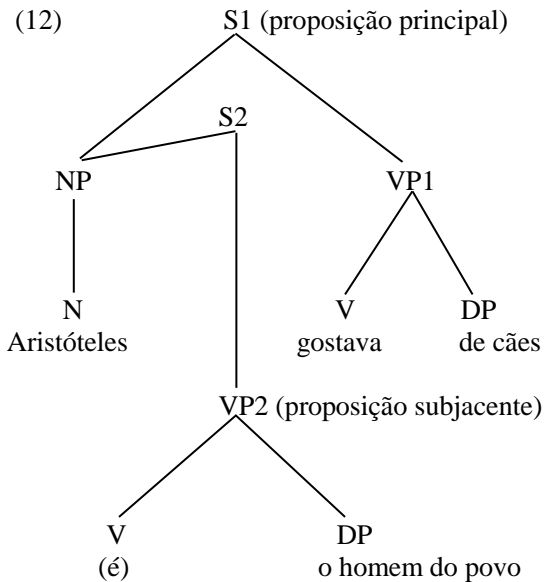
A sentença em (10) expressa duas proposições⁷⁴: uma principal,

⁷⁴ Há diversos testes e argumentos que mostram que as duas proposições expressas por sentenças como (10) não estão unidas por algo como a conjunção ‘e’, ou seja, a sentença “Aristóteles é o homem do povo e Aristóteles gostava de cães” não é uma paráfrase razoável para (10). É por isso que aqueles que estudam apositivos em geral advogam por estruturas sintáticas complexas, que refletem o fato de apositivos contribuírem com informação proposicional, mas de forma diversa do que aquilo será chama de proposição principal. Uma possibilidade é, por exemplo, a que defende Dever, e que veremos na sequência. Não entraremos, contudo, na discussão mais profunda sobre qual é a representação sintático-semântica mais adequada para apositivos, e nos limitaremos a apresentar as ideias de Dever.

que expressa que Aristóteles gostava de cães; e uma subjacente, que expressa que Aristóteles é o homem do povo. Esse fato pode se comprovar pela negação da sentença em (10):

(11) Não é verdade que Aristóteles, o homem do povo, gostava de cães.

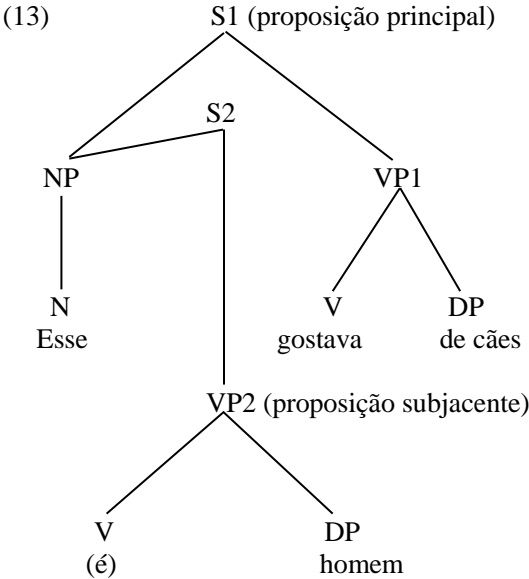
Em (11), o que é negado é apenas que Aristóteles gostava de cães, sendo assim, continua verdadeira a proposição expressa pelo aposto: Aristóteles é o homem do povo. Desse modo, para Dever, a sequência ‘Aristóteles, o homem do povo, gostava de cães’ expressa, na verdade, duas sentenças dentro de uma mesma árvore sintática: uma S1 principal ‘Aristóteles gostava de cães’; e uma S2 subjacente, ‘Aristóteles (é) o homem do povo’. Dessa maneira, o autor estabelece que a sentença em (10) possui a seguinte estrutura sintática:



O próximo passo de Dever é mostrar que o mesmo fenômeno ocorre para as DDEMs; conforme diz o autor:

A sentence with a complex demonstrative of the form That F is G thus expresses two propositions: the proposition that that is G e the proposition that that is F. (DEVER, 2011, p. 306).

Sendo assim, a representação de uma sentença que contém uma DDEM na posição de sujeito, ‘Esse homem gostava de cães’, é similar à representação em (12):



Dever mostra que considerar que DDEMs possuem uma estrutura sintática como a dos apositivos soluciona os dois problemas levantados por ele em relação à necessidade de se preservar o princípio da generalização existencial e o fato de as DDEMs não possuírem interação de escopo com quantificadores. Vejamos como ele soluciona os problemas colocados para uma teoria referencial das DDEMs.

Quanto à generalização existencial, exemplificada pelo padrão visto em (6)-(7), a proposta de Dever prevê que estamos, de fato, autorizados a realizar a inferência de que, por exemplo, se é verdade que

(14) Esse cachorro é magro.

então é verdade que

(15) Algo é magro e algo é um cachorro⁷⁵.

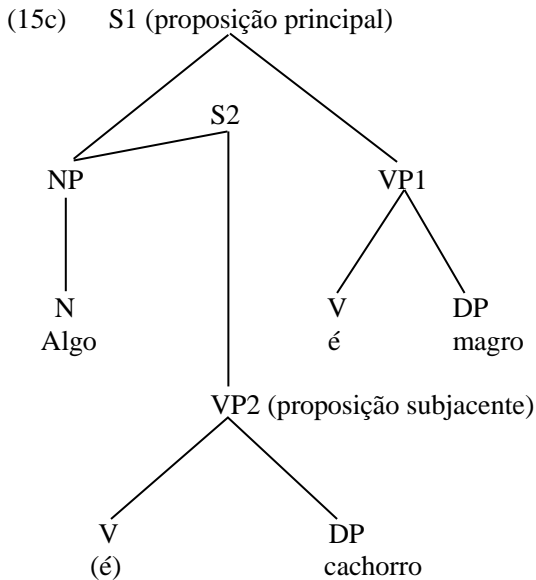
⁷⁵ Como já notamos, usar a conjunção ‘e’ não é a maneira mais adequada de representar a paráfrase relevante, mas é mais transparente.

A garantia dada pela teoria está justamente no fato de que essas duas informações são veiculadas de fato por (15), não porque estamos diante de uma estrutura quantificacional, mas porque (15) expressa, ao mesmo tempo, duas sentenças e, portanto, proposições diferentes:

(15a) Algo é magro.

(15b) Algo é um cachorro.

A estrutura sintática (15c) revela ainda que se trata do mesmo “algo” porque ele é um constituinte compartilhado pelas sentenças relacionadas em (15a) e (15b). Assim sendo, é possível dar conta da generalização existencial:



Em relação ao problema da interação de escopo das DDEMs com quantificadores, a explicação de Dever segue, *grosso modo*, as seguintes linhas: o NP que compõe a DDEM aparece num proposição subjacente ou secundária, do mesmo modo que acontece com apostos, e, novamente, como é o caso com os apostos, não interage com o material expresso na proposição primária. Vimos isso, por exemplo, quando negamos (10) e chegamos a (11): o aposto fica intacto com relação à aplicação da negação. Devemos esperar o mesmo comportamento para o

caso das DDEMs, ou seja, podemos, a princípio, negar o NP e mesmo assim termos, ao fim, uma sentença ainda verdadeira (ou por não termos julgamentos muito claros sobre o valor de verdade da sentença – uma das características dos apostos); de modo semelhante, podemos negar o predicado principal da sentença e deixar intacto o aposto. Vejamos isso com os exemplos abaixo:

(16) Aquele homem bebendo vinho está feliz.

Pela teoria de Dever, a sentença (16) expressa o seguinte:

(16a) Algo está feliz → proposição principal

(16b) Algo é homem bebendo vinho → proposição subjacente

A ideia, então, é que podemos negar a proposição principal apenas:

(16c) Não é verdade que aquele homem bebendo vinho está feliz.

(16c) veicula efetivamente que não é verdade que algo é feliz, e esse algo deve ser ‘homem bebendo vinho’.

Além disso, se negarmos a proposição subjacente não temos uma intuição clara sobre se a sentença como um todo é verdadeira ou falsa. Suponha, para tanto, que alguém aponte para um homem feliz bebendo água e diga (16). Nesse contexto, (16) é verdadeira ou falsa? Nossa intuição não é muito segura aqui, repetindo o que temos para algo como:

(17) Platão, filósofo romano, escreveu *República*.

Princípios semelhantes explicariam a falta de interação de escopo com outros operadores, como quantificadores e operadores modais.

Dessa forma, Dever defende que sua teoria é mais robusta que a dos autores que defendem a irrelevância do NP descritivo para o conteúdo da sentença que contém uma DDEM, pois ela dá conta desses dois fatos semânticos bastante pertinentes – a generalização existencial, que mostra que o NP é, de fato, “processado”; e o fato de o NP não interagir com quantificadores e outros operadores – que não são contemplados por essas outras teorias que falam sobre DDEMs.

3.2.2 Críticas à teoria de Dever (2001)

A teoria de Dever (2001) não aceita, assim como a de Kaplan (1989[1977]), que DEM NP seja um DP do tipo det + NP (det = determinante), pois, para os autores, em DEM NP, DEM é semanticamente equivalente a um nome próprio e não a um determinante (ou a um quantificador). Um determinante é um operador que atua sobre um NP, não possuindo denotação por si só. Uma teoria que considera que, em DEM NP, DEM é um determinante, irá defender que DEM opera sobre NP por meio de uma restrição; por exemplo, em ‘este homem fuma’, a denotação de ‘este homem’, *grosso modo*, é um único indivíduo entre vários do subconjunto ‘homem’ que está dentro do conjunto dos fumantes. Dever (2001) dá outra solução para a função semântica do NP, em DEM NP, dizendo que DEM denota sozinho um indivíduo e NP é um aposto de DEM.

Dentro das teorias de referência direta das DDEMs, a proposta de Dever (2001) é a mais bem elaborada para descrever a contribuição do NP que compõe a DDEM – ela é, na verdade, explicitamente desenvolvida para tanto –, pois consegue preservar o princípio da inocência semântica. Apesar disso, acreditamos que ela não se sustente sintaticamente, pois consideramos implausível que NP seja um aposto, como propõe o autor.

Mostraremos, agora, como a teoria de Dever apresenta complicações a partir do ponto de vista sintático. Para isso, precisamos, primeiramente, retomar a discussão sobre orações relativas nominais de Mioto e Negrão (2007), já iniciada no capítulo II. Mioto e Negrão (2007) mostram como as orações relativas apositivas e as orações relativas restritivas não se combinam do mesmo modo com nomes próprios e DDEFs. Enquanto que com as DDEFs podem se combinar tanto relativas apositivas quanto restritivas, com os nomes próprios apenas podem ser combinadas relativas apositivas, como mostrado nos exemplos abaixo:

- (18) O menino que beijou Maria saiu da cidade. (relativa restritiva)
- (19) O menino, que beijou Maria, saiu da cidade. (relativa apositiva)
- (20) João, que beijou Maria, saiu da cidade. (relativa apositiva)
- (21) *João que beijou Maria saiu da cidade. (relativa restritiva)

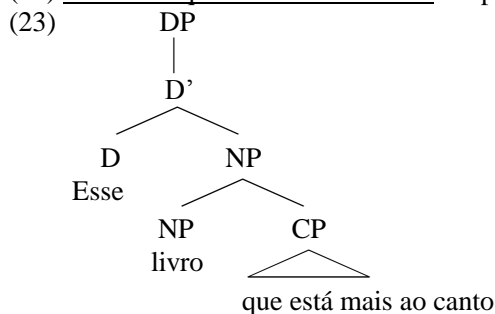
Os autores mostram que as interpretações de (18) e de (19) são diferentes. Em (18), a interpretação é: “existe um único menino, no

universo do discurso, com a propriedade de ter beijado Maria, e esse menino saiu da cidade”; a interpretação de (18) infere que possa haver, no universo discursivo em questão, outros indivíduos que são meninos. Em (19), a interpretação é: “existe um único menino no universo discurso, e esse menino beijou Maria e saiu da cidade”; interpretação de (19) infere que não há outros meninos (relevantes e/ou salientes) no universo discursivo. Essas duas interpretações são possíveis porque, como vimos anteriormente, a DDEF ‘o menino’ pode estar ou não estar atrelada ao conhecimento da identidade do referente, de acordo com a constituição da situação discursiva.

Para o caso das relativas atuando sobre nome próprio, nos casos (20) e (21), só é válida a interpretação de (20) “existe um único indivíduo – que é João – no universo discurso, e esse indivíduo beijou Maria e saiu da cidade”, sendo impossível atribuir uma interpretação a (21), o que torna a sentença agramatical. A agramaticalidade de (21) se dá pelo fato de que o nome próprio, como vimos no argumento de Kripke (1980[1970]), está conectado diretamente com o conhecimento da identidade do referente, não podendo existir nenhuma situação (mundo possível) em que o nome ‘João’ não esteja pelo indivíduo [[João]]. Assim sendo, a interpretação restritiva é impossível porque ela infere que, no universo discursivo em questão, podem existir outros indivíduos (salientes/relevantes) que estejam pelo nome ‘João’.

Para o caso das DDEMs, com relação à adjunção de orações relativas restritivas, o paralelo parece se dar com as DDEFs e não com os nomes próprios, conforme podemos constatar nos exemplos abaixo:

(22) Esse livro que está mais ao canto é o preferido da Maria.



A sentença (22) é ambígua. O adjunto ‘que está mais ao canto’ pode ter interpretação tanto restritiva quanto apositiva, dependendo do contexto em que é usada. Aqui, para argumentarmos contra a proposta

sintática de Dever (2001), nos interessa mais especificamente a interpretação restritiva da sentença (22), que é: “existe um único livro, no universo do discurso, com a propriedade de estar mais ao canto e ser o preferido da Maria”. A interpretação restritiva de (22) indica que o NP ‘livro’ é adjungido por ‘mais ao canto’, formando um único predicado restritivo [livro mais ao canto], como representado na árvore sintática em (23); ‘livro’ não é um aposto, como propõe Dever (2001), pois tem escopo sobre todo o constituinte ‘livro mais ao canto’, e a interpretação desse constituinte não é apositiva. Poderia se fazer uma tentativa de salvar a teoria de Dever alegando que ‘livro’ é um aposto e ‘mais ao canto’ é um predicado adjungido a ‘esse’, porém essa postulação é implausível, porque, para Dever (2001), a semântica de ‘esse’ é equivalente a de um nome próprio e, como já mostraram Mioto e Negrão (2002), nomes próprios não podem ser adjungidos por orações ou predicados restritivos.

Outra crítica pertinente a Dever é o fato de ele desconsiderar os usos descritivos e os usos anafóricos das DDEMs sem ao menos mostrar a razão de fazer essa opção, ou seja, partir, assim como Kaplan, de um pressuposto injustificado de que DDEMs estão hipoteticamente divididos em duas classes distintas (a dos dêiticos e a dos anafóricos), o que leva então a tratá-los como termos ambíguos dentro das línguas naturais. Tal ambiguidade estaria presente em todas as línguas que possuem demonstrativos, pois, em princípio, todas essas línguas usam os demonstrativos referencialmente (deiticamente) e anaforicamente – essa constatação por si só enfraquece sobremaneira a postulação de uma ambiguidade. Uma boa teoria semântica deveria tentar englobar todos esses usos dentro de uma mesma explicação. Caso se mostre uma teoria capaz de tal feito, resta dizer, aplicando-se o *princípio do Ocam*, que a teoria de Dever (2001) não é a melhor para explicar a semântica/sintaxe das descrições definidas.

Além disso, vimos no capítulo II que, sob certas condições, as DDEMs apresentam interações com operadores modais, o que enfraquece ainda mais, agora do ponto de vista semântico, a argumentação de Dever. É certo que é necessário explicar quais as condições que possibilitam interpretações modais (e também as descritivas/atributivas) das DDEMs, mas sua própria existência é um grande problema à teoria de Dever (2001)⁷⁶.

⁷⁶Um outro argumento contra a teoria de Dever (2001), que apenas esboçaremos, tem a ver com a aquisição da linguagem. Sabemos que as crianças adquirem demonstrativos simples e DDEMs muito cedo, mas demoram muito mais para

Passemos então à apresentação e apreciação de teorias descritivas sobre as DDEMs.

3.3 TEORIAS DESCRITIVISTAS

A nosso ver, o grande atrativo das teorias descritivistas é, por um lado, propor uma análise para as DDEMs (e também para os demonstrativos simples) que não (i) apela para nenhum tipo de ambiguidade, dizendo que temos um item presente nos usos referenciais/dêiticos e outro nos usos anafóricos, e, por outro lado, (ii) preserva a intuição sintático-semântica de que DDEMs e DDEFs têm algo em comum. Com relação a esse último ponto, todas as teorias descritivistas têm de responder ao desafio colocado por Kaplan no famoso exemplo da “troca de lugar”, que no vimos no capítulo II com os exemplos (17) e (18) daquele capítulo, e que retomaremos mais abaixo.

Neste trabalho, analisaremos três teorias descritivistas, com dois intuitos: em primeiro lugar, o de mostrar a viabilidade dessas teorias e, em segundo lugar, argumentar que algumas são mais interessantes que outras. A primeira que veremos foi proposta por Roberts (2002) e procura analisar as DDEMs e os demonstrativos simples como definidos numa semântica dinâmica, ou seja, como termos que retomam referentes familiares e únicos para um dado discurso. As duas outras abordagens se encontram na semântica de situações, e foram propostas por Elbourne (2008) e Wolter (2006) – na sequência, apesar da diferenças de datas, veremos, depois de Roberts (2002), primeiramente a teoria de Elbourne (2008) e depois a de Wolter (2006).

3.3.1 A teoria de Roberts (2002)

Roberts (2002), em seu artigo *Demonstratives as Definites*, talvez tenha lançado a primeira análise em semântica contemporânea a propor que os demonstrativos são, na verdade, um tipo de determinante, mais precisamente, um tipo de artigo definido, entendido no espírito fregeano. Desse modo, Roberts analisa os demonstrativos como termos

apresentar estruturas com apositivos. Esse fato é surpreendente para a teoria de Dever, pois tanto os DDEMs quanto outros apositivos teriam a mesma estrutura, logo, em princípio, na aquisição da linguagem, deveríamos encontrar ambas as construções ocorrendo nos mesmos momentos ou fases. Como notamos, esse é só um esboço de argumento que precisa ser mais bem elaborado e investigado.

que carregam pressuposições, modelando sua análise nos termos das semânticas dinâmicas. Na análise de Roberts, de fato, a diferença entre esses dois itens (i.e. determinantes demonstrativos e artigos definidos) se faz presente nas pressuposições que esses itens carregam. Como toda teoria de base linguística, e não estritamente filosófica, o intuito de Roberts é chegar a uma explicação ampla e livre de ambiguidades para os demonstrativos e seus diferentes usos.

Sua teoria se desenvolve levando em conta que há mais de um tipo de familiaridade. Portanto, para podermos entender a teoria de Roberts (2002), é necessário apresentar os ingredientes básicos das semânticas dinâmicas e a tipologia de familiaridade usada pela autora.

3.3.1.1 *As semânticas dinâmicas e seus elementos*

Usamos o termo semânticas dinâmicas⁷⁷, no plural, para nos referirmos a qualquer uma das implementações possíveis dessa teoria. Veremos aqui somente os elementos mais distintivos delas para então apresentarmos a proposta de Roberts para as DDEMs.

Talvez as duas ideias principais por trás desse tipo de semântica sejam as de que os referentes discursivos e as sentenças de uma conversação atualizam o fundo conversacional em que se dá essa conversação.

Por referentes discursivos, seguindo o trabalho pioneiro de Karttunen (1976), podemos entender as entidades que, uma vez introduzidas no discurso, em geral por indefinidos, podem ser retomadas anaforicamente e são alvos de predicações. Essas entidades, contudo, não precisam corresponder a nenhuma entidade do mundo real, mas precisam ser algo sobre o que se fala e que, como dissemos, foi introduzido no discurso ou fundo conversacional. Do ponto de vista de sua implementação semântica, como veremos adiante, podemos entender os referentes discursivos como variáveis numeradas (ou com índices) sobre as quais podem se realizar diferentes predicações.

Com relação à ideia de que a contribuição de uma sentença é atualizar o fundo conversacional (i.e., seu potencial de mudança de

⁷⁷ Há três correntes principais de semântica dinâmica, com diversas ramificações, são elas: *Discourse Representation Theory* ou DRT (Kamp, 1981); *File Change Semantics* (Heim, 1982); e *Dynamic Predicate Logic* (Groenendijk and Stokhof 1991). O trabalho de Roberts (2002) está mais alinhado com a *File Change Semantics*.

contexto (cf. Chierchia, 2003, cap. 10)), ela pode ser capturada através de restrições impostas à função de atribuição de valor (referencial) às variáveis de um dado discurso, de modo que se garanta que uma mesma variável, de uma sentença à outra, “carregue” as predicções que já incidiram sobre ela no discurso. O fundo conversacional, por sua vez, pode ser entendido como um conjunto de proposições que tanto o(s) falante(s) quanto o(s) ouvinte(s) consideram verdadeiras.

Os referentes discursivos presentes no discurso são chamados de “familiares” e se contrastam com os referentes discursivos introduzidos no discurso, por exemplo, por indefinidos. Como nessa teoria os NPs⁷⁸ carregam índices, uma maneira de capturar a diferença entre referentes discursivos familiares e não familiares pode se dar como abaixo (Roberts, 2003, p. 296):

(F1) Para uma forma lógica ϕ ser feliz num contexto C, é necessário para cada NP_i⁷⁹ em ϕ que:

- (I) se NP_i é [– definido], então $i \notin \text{Dom}(C)$;
- (II) se NP_i é [+ definido], então
 - (a) $i \in \text{Dom}(C)$, e
 - (b) se NP_i é uma fórmula, C acarreta NP_i.

Em outras palavras, “ser familiar” significa satisfazer a linha (II) e seus subitens (a) e (b). Todos os definidos, por definição, são familiares (i.e., pressupõem familiaridade).

Como já adiantamos, Roberts (2002, 2003) propõe uma tipologia de familiaridade na qual distingue familiaridade forte e fraca. Elbourne (2008) oferece uma sucinta explicação do que vem a ser essa distinção:

[...] strong familiarity obtains when a discourse referent has been introduced by the utterance of a preceding DP, typically an indefinite; and weak familiarity obtains when the existence of the entity referred to is evident to the participants in the discourse, for example by direct perception or deduction from things that have been said, even

⁷⁸ Talvez o mais correto seja usar aqui DP e não NP; seguiremos, contudo, a formulação de Roberts (2003).

⁷⁹ ‘i’ refere-se aqui a um índice, um item do conjunto dos números naturais que cada uma dessas expressões, segundo a teoria, carrega.

though it has not been mentioned. (ELBOURNE, 2008, p. 457)

Como podemos observar na citação acima, um apontamento para um dado objeto é suficiente para torná-lo fracamente familiar e assim satisfazer a fórmula (F1)⁸⁰. Ainda mais explicitamente, a autora oferece a seguinte formulação:

- (a) strong familiarity: the NP has as antecedent a discourse referent introduced via the utterance of a (usually) **preceding NP**
- (b) weak familiarity:
 - (i) **the entity referred to is globally familiar in the general culture or at least among the participants in the discourse** (e.g. through perceptual acquaintance), although not mentioned in the immediate discourse
 - (ii) introduction of the NP's discourse referent is licensed by **contextual entailments alone**
 - (iii) weak familiarity is guaranteed by **giving a functional interpretation to the definite description** (which function may have to be accommodated). (ROBERTS, 2002, p. 24; grifos nossos)

Dado que Roberts trata as DDEMs como um definido, que carrega pressuposições semelhantes, nosso próximo passo é entender, dentro do modelo usado por ela, como são tratadas as pressuposições comumente associadas aos definidos, as de familiaridade e unicidade. No que segue, nos baseamos no trabalho de Roberts (2003), conforme traduzido e adaptado por Basso (2009):

Dado:

- um modelo $M = \langle W, A, Int \rangle$, em que W é um conjunto de mundos (possíveis), A um conjunto de indivíduos, e Int uma função de expressões básicas para funções de mundos a extensões;
- o conjunto N dos números naturais; e
- G , um conjunto de funções de atribuição de N para A ,

⁸⁰ Para completar essa teoria, seria necessário explorar os conceitos de “acomodação de pressuposição” e de “projeção de pressuposição”. Creemos, no entanto, que para os nossos propósitos imediatos podemos deixar de lado essas noções – ainda que certamente fundamentais – para entendermos, em seus contornos gerais, a proposta de Roberts para os demonstrativos.

C é um Contexto (relativo a M) sse $C = \langle \text{Dom}, \text{Sat} \rangle$, e:

- $\text{Dom} \subseteq N$ é o Domínio, o conjunto de referentes discursivos familiares; e
- $\text{Sat} \subseteq W \times G = \{ \langle w, g \rangle : \text{para todos os } i \in \text{Dom}, g(i) \text{ é um indivíduo que satisfaz em } w \text{ todas as informações que os interlocutores compartilham sobre } i \}$ ⁸¹ (BASSO, 2009, pp. 104).

Começemos por tomar a seguinte formalização, oferecida para as descrições definidas, para então explicá-la e exemplificá-la:

Pressuposições de Familiaridade e Univocidade para Definidos:

Para o contexto $C = \langle \text{Dom}, \text{Sat} \rangle$, um NP_i definido com o conteúdo descritivo Desc é feliz em C apenas se

$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(w)(g(i))] \ \& \ (i)$

$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\text{Desc}(w)(g(k))] \rightarrow k = i]$,
(ii)

e $\text{Desc}(w)(g(i))$ é verdadeiro sse o indivíduo atribuído a i por g tem a propriedade denotada por Desc no mundo w. (iii)

(BASSO, 2009, p. 105)

A linha (i) corresponde à pressuposição de familiaridade, a linha (ii) à de unicidade, e o conteúdo assertivo é dado pela linha (iii)⁸².

Como podemos ver, com essa fórmula garantimos que as informações associadas a um referente discursivo i sejam mantidas quando houver uma nova predicação sobre ele, assegurando assim o dinamismo dessa semântica. Vejamos uma sentença simples analisada com esse modelo:

(24) O carro-forte enguiçou.

(24) pressupõe:

$i \in \text{Dom} \ \& \ \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda x. \text{carro-forte}(x)\|(w)(g(i)) \ \&$

$\forall k \in \text{Dom}[\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}[\|\lambda x. \text{carro-forte}(x)\|(w)(g(k)) \rightarrow k = i]]]$

(24) asserta: $\text{Enguiçou}(w)(g(i))$

⁸¹ Trata-se do conjunto de Satisfação para C.

⁸² Como podemos ver, há um claro paralelo entre essa fórmula e a proposta de Russell (1905), considerando, claro, que as linhas (i) e (ii) são também asserções para Russell e a linha (i) é existência, e não familiaridade.

Há muito mais a ser dito sobre semântica dinâmica e sobre o modelo de Roberts, mas esperamos que o que apresentamos até aqui seja suficiente para entender sua proposta para as DDEMs, para a qual nos voltamos na sequência.

3.3.1.2 *Análise das DDEMs*

Assim que começa a tratar dos demonstrativos, Roberts (2002, p. 28) deixa que claro que:

The theory I offer gives a unified account of all the types of demonstratives considered above: pronominal and descriptive, accompanied by canonical demonstrations or textual deixis, and, with only minor variation discourse deixis, as well.

Essa consideração está de acordo com o que esperamos para uma teoria descritivista de demonstrativos. Sendo assim, a fórmula oferecida pela autora é a seguinte:

[...] **Presuppositions of Demonstrative NPs (formal):**

Given a context of evaluation C , with common ground CG , s.t. $Dom_{CG} \subseteq Dom_C$, and discourse referent S s.t. $\forall i \in Dom_{CG} \forall \langle w, g \rangle \in Sat_{CG} [speaker(w)(g(i)) \leftrightarrow i = S]$, if a $[+(-)proximal]$ demonstrative NP_i with (possibly liberalized⁸³) descriptive content $Desc$ is felicitous in C , then

- (i) $\exists \delta \quad [\delta \in Dom_{CG} \& \forall \langle w, g \rangle \in Sat_{CG} [demonstration(w)(g(\delta))] \& accompanies(w)(g(\delta), utterance(NP_i))] \&$
- (ii) $\exists j \in Dom_{CG} \quad [\forall \langle w, g \rangle \in Sat_{CG} [+(-)proximal(w)(g(j), g(S)) \& demonstratum(w)(g(j), g(S), \delta)] \& \forall k \in Dom_{CG} [\forall \langle w, g \rangle \in Sat_{CG} [+(-)proximal(w)(g(k), g(S)) \& demonstratum(w)(g(k), g(S), \delta)] \rightarrow k = j \& Desc(w)(g(j))] \&$
- (iii) $j = i]$

⁸³ Um conteúdo que pode ser maior ou ligeiramente diferente daquele efetivamente veiculado pelo material linguístico superficial.

where $\text{Desc}(w)(g(j))$ is true iff the individual assigned to j by g has the property denoted by Desc in world w ; and
 $+(-)\text{proximal}(w)(g(j), g(S))$ & $\text{demonstratum}(w)(g(j), g(S), \delta)$ is true iff the individual assigned to j by g is in the set of entities (non-)proximal to speaker $g(S)$ and is the demonstratum intended by $g(s)$ for the demonstration $g(\delta)$. (ROBERTS, 2002, p. 30)

A grande novidade no trabalho de Roberts é reificar a demonstração – notada por δ –, tornando-a um constituinte da fórmula e um elemento imprescindível para o entendimento das DDEMs (e dos demonstrativos simples). A autora faz uma grande defesa dessa reificação, argumentando que povoar a ontologia com demonstrações não é algo mais complexo e nem diferente de levar em conta referentes discursivos e entidades claramente abstratas, como estados ou fatos. Considerando que sua argumentação é procedente, vejamos como interpretar cada uma das linhas dessa fórmula.

A linha (i) da formalização de Roberts afirma que há uma demonstração familiar no contexto discursivo (ou *common ground*, CG), δ , que acompanha um dado proferimento; a linha (ii) diz que há um único referente discursivo familiar no contexto do discurso que é o *demonstratum* de δ que satisfaz o conteúdo descritivo Desc ; finalmente, a linha (iii) diz que “the discourse referente for this demonstratum, j , is the same as that for the demonstrative NP, i ” (Roberts, 2002, p. 31). Essa manobra assegura a rigidez referencial dos usos dêiticos. Tudo isso pode ser colocado de maneira informal, como abaixo:

Presuppositions of Demonstrative NPs (informal):

Given a context C , use of a (non-)proximal demonstrative NP_i presupposes (a) that there is an accompanying demonstration δ whose unique demonstratum, correlated with a weakly familiar discourse referent by virtue of being demonstrated, lies in the direction indicated by the speaker at a (non-)proximal distance to the speaker, and (b) that the weakly familiar discourse referent for the demonstratum is the unique familiar discourse referent contextually entailed to satisfy the (possibly liberalized) descriptive content of NP_i . (ROBERTS, 2002, p. 29)

De fato, Roberts não oferece nenhuma análise de uso de DDEMs através de sua fórmula em seu texto, mas podemos entender como isso se daria por meio do seguinte exemplo:

(25) [CONTEXTO: alguém aponta para um gato e diz:]

Esse gato está machucado.

(25a) Dado um contexto de avaliação C, com um fundo conversacional CG, tal que $\text{Dom}_{\text{CG}} \subseteq \text{Dom}_C$, e um referente discursivo S tal que $\forall i \in \text{Dom}_{\text{CG}} \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[\text{falante}(w)(g(i)) \leftrightarrow i = S]$, se um NP_i demonstrativo [+ próximo] com o conteúdo descritivo (possivelmente liberado) Desc é feliz em C, então

- (i) $\exists \delta [\delta \in \text{Dom}_{\text{CG}} \& \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[\text{demonstração}(w)(g(\delta))] \& \text{acompanha}(w)(g(\delta), \text{proferimento}(\text{'gato'}_i))] \&$
- (ii) $\exists j \in \text{Dom}_{\text{CG}} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[+\text{próximo}(w)(g(j), g(S)) \& \text{demonstratum}(w)(g(j), g(S), \delta))] \&$
 $\forall k \in \text{Dom}_{\text{CG}} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[+\text{próximo}(w)(g(k), g(S)) \& \text{demonstratum}(w)(g(k), g(S), \delta)] \rightarrow k = j \& \text{Desc}(w)(g(j))] \&$
- (iii) $j = i]$

Como podemos ver, a demonstração leva a um referente familiar que deve carregar uma série de predicções (se for o caso), e sobre o qual algo é asserido; no caso, ‘está machucado’.

Para o caso de usos anafóricos das DDEMs, Roberts (2002, p. 35) propõe o seguinte:

[...]Pressupositions of Discourse Deictic Demonstrative NPs (formal):

Given a context of evaluation C, with common ground CG, s.t. $\text{Dom}_{\text{CG}} \subseteq \text{Dom}_C$, and discourse referent S s.t. $\forall i \in \text{Dom}_{\text{CG}} \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[\text{speaker}(w)(g(i)) \leftrightarrow i = S]$, if a [+(-) proximal] demonstrative NP_i with (possibly liberalized) descriptive content Desc is felicitous in C, then

- (i) $\exists \delta [\delta \in \text{Dom}_{\text{CG}} \& \forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[\text{demonstration_in_discourse}(w)(g(\delta))] \& \text{accompanies}(w)(g(\delta), \text{utterance}(\text{NP}_i))] \&$
- (ii) $\exists j \in \text{Dom}_{\text{CG}} [\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[+(-)\text{proximal}(w)(g(j), g(S)) \& \text{demonstratum}(w)(g(j), g(S), \delta))] \&$

$\forall k \in \text{Dom}_{\text{CG}}[\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[+(-)\text{proximal}(w)(g(k), g(S)) \ \& \ \text{demonstratum}(w)(g(k), g(S), \delta)] \rightarrow k = j \ \& \ \text{Desc}(w)(g(j))]$ &

(iii) $\forall \langle w, g \rangle \in \text{Sat}_{\text{CG}}[\text{discourse-referent}(w)(g(j)) = i]$,

where:

demonstration_in_discourse is true of an individual at a world just in case that individual is a constituent (e.g., NP) in the linguistic structure of the discourse in question;

$\text{Desc}(w)(g(j))$ is true iff the individual assigned to j by g has the property denoted by Desc in world w ;

$+(-)\text{proximal}(w)(g(j), g(S)) \ \& \ \text{demonstratum}(w)(g(j), g(S), \delta)$ is true iff the individual assigned to j by g is in the set of entities (non-)proximal to speaker $g(S)$ and is the demonstratum intended by $g(s)$ for the demonstration $g(\delta)$, and

discourse-referent is a function which maps a world and a linguistic constituent to the discourse referent whose introduction into $\text{Dom}(\text{CG})$ the constituent licenses in the discourse that world, so that $\text{discourse-referent}(w)(g(j)) = i$ is true iff the entity assigned to j by g is constituent which has triggered the introduction of the discourse referent i into CG in w .

Informalmente, o que temos é:

Presuppositions of Discourse Deictic Demonstrative NPs⁸⁴:

Given a context C , use of o (non-)proximal demonstrative NP_i presupposes (a) that there is an accompanying linguistic constituent δ that é (non-)proximal to the occurrence of NP_i , and (b) that the discourse referent introduced into the semantics by δ is the unique familiar discourse referent contextually entailed to satisfy the (possible liberalized) descriptive content of the NP_i . (ELBOURNE, 2006, p. 458)

Novamente, a autora não oferece nenhum exemplo de como a teoria funcionaria nesses casos, mas, como a fórmula revela, seria muito próximo ao que vimos com os casos de usos dêiticos, com a ressalva de

⁸⁴ Pressuposições do uso anafórico da DDEM.

que a demonstração δ incidiria agora no discurso (i.e., no material linguístico).

Com isso, encerramos nossa exposição das ideias essenciais da teoria de Roberts (2002) sobre demonstrativos. Trata-se, como adiantamos, de uma tentativa de análise para os demonstrativos que tem por objetivo unificar os seus usos como derivados de uma mesma forma, sem ambiguidades. Na sequência, apresentaremos como Roberts lida com o problema da “troca de lugar” e o que ela tem a dizer sobre demonstrativos simples. Depois disso, teceremos algumas críticas possíveis a seu trabalho antes de passar à exposição e análise de Elbourne (2008).

3.3.1.3 Demonstrativos simples e o problema da “troca de lugar” para a teoria de Roberts (2002)

Apenas como recapitulação, o problema da “troca de lugar” pode ser reproduzido com as sentenças abaixo, tomadas do capítulo II, dito com um apontamento para o João num contexto no qual ele está sentado ao lado da Maria:

(26) Se João e Maria trocassem de lugar, a pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

(27) Se João e Maria trocassem de lugar, essa pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

Há duas perguntas a serem respondidas aqui: (i) por que (27) não tem a interpretação verdadeira disponível para (26)?; e como garantir que essa interpretação não surja?

A solução de Roberts (2002, pp. 37-42), em resumo, é dizer que a determinação do referente de um demonstrativo dêitico se dá no mesmo mundo em que ocorre o apontamento, ou seja, nesses casos não há variação modal dos referentes e eles se comportam como designadores rígidos, dando conta de responder às perguntas que vimos acima. Como as descrições definidas não funcionam necessariamente através de apontamentos e/ou demonstrações, elas podem ter uma interpretação verdadeira em (26).

Sobre a relação entre os demonstrativos simples e os demonstrativos presentes nas DDEMs, Roberts (2002) é muito pouco clara. Podemos, contudo, inferir, a partir de sua explicação para os

pronomes pessoais (pp. 22-24), que o NP não realizado de um demonstrativo simples será preenchido por traços- ϕ ⁸⁵. Outra opção, também não explicitada pela autora, é que esse NP seja preenchido por uma propriedade qualquer, sem realização linguística, e que não altera o valor de verdade do restante da expressão. Em qualquer um dos casos, a estrutura sintática de uma DDEM e de um demonstrativo simples seria a mesma, com a diferença de que no último caso a posição N do NP não seria preenchida por material superficialmente realizado.

Vejamos alguns pontos que consideramos problemáticas no trabalho de Roberts (2002).

3.3.1.4 Possíveis críticas ao trabalho de Roberts (2002)

Acreditamos que o grande mérito da teoria de Roberts (2002) esteja em conseguir reunir diferentes usos da DDEM dentro de uma explicação relativamente enxuta. DDEMs e DDEFs são analisadas em proximidade, respeitando suas semelhanças semânticas e propondo que a diferença entre ambas está nas pressuposições que elas carregam, indo de encontro às intuições que apresentamos no capítulo II. Entretanto, talvez por seu pioneirismo, acreditamos que há alguns problemas na teoria com relação aos fatos empíricos e a maneira como ela é elaborada; alguns deles provavelmente podem ser contornados com manobras simples e outros nem tanto.

Em primeiro lugar, vimos que a autora defende que a demonstração faz parte do conteúdo semântico da DDEM, tendo de haver uma demonstração e um *demonstratum* relacionado a ela para que o uso da DDEM seja adequado. A demonstração está presente tanto nos usos dêiticos, indicando o *demonstratum* no espaço perceptual, quanto nos usos anafóricos, indicando o *demonstratum* no texto ou discurso. Roberts (2002) reconhece que postular e reificar uma demonstração não é um movimento dos mais simples e tem um peso ontológico. Mesmo argumentando que isso não torna o modelo necessariamente menos parcimonioso, tudo somado, é mais interessante uma saída que atribui um papel para a demonstração na determinação do conteúdo de uma DDEM de modo orgânico, sem postular sua existência e simplesmente encaixá-la na forma lógica. Tal teoria, a nosso ver, seria mais explícita e mais econômica.

⁸⁵ Roberts (2002) fala também em saliência, mas apenas para o caso dos pronomes pessoais.

Outro problema está no alcance descritivo da teoria, pois ela, aparentemente, não prevê os usos atributivos das DDEMs. Chegamos a essa conclusão porque a teoria inclui a demonstração como parte do conteúdo semântico da DDEM, tornando necessário haver sempre um *demonstratum* (um referente discursivo familiar) para o uso feliz da DDEM. No caso de uma descrição definida com uso atributivo, a familiaridade está garantida, pois no universo de discurso há somente uma entidade que satisfaça o conteúdo descritivo da descrição. Porém, no caso das DDEMs, não apenas se exige que haja uma demonstração, mas também que o *demonstratum* seja familiar, e é difícil enxergar como isso pode se dar num uso atributivo – o que seria aqui o *demonstratum*? Talvez haja alguma saída disponível para Roberts, como, por exemplo, enfraquecer a definição *demonstratum*; mas, seja como for, a autora não discute esse problema com clareza.

Ainda do ponto de vista do alcance empírico, é difícil vislumbrar como essa teoria poderia dar conta dos indexicais descritivos. Veremos esse tipo de fenômeno ao analisarmos o trabalho de Elbourne (2008), na sequência, mas notamos desde já que se trata de um uso em princípio não previsto pela teoria de Roberts (2002); na próxima seção, ao tratarmos desse fenômeno, remeteremos à teoria de Roberts (2002).

Finalmente, vemos também um problema nessa teoria no modo como ela concebe as pressuposições das DDEMs. Em uso dêitico, há a pressuposição de uma demonstração no espaço perceptual, e no uso anafórico há a pressuposição de uma demonstração no discurso. Nossa leitura é a de que a teoria de Roberts coloca distinções de uso dentro do conteúdo semântico da DDEM (forma lógica) – se esse for o caso, a economia buscada pela autora e que motiva sua teoria é perdida, pois a cada uso associa-se um conjunto diferente de pressuposições: como então defender que temos um mesmo demonstrativo nos dois casos? Acreditamos que uma teoria seria mais adequada ao dar conta dos diferentes usos de uma expressão a partir de um conjunto fixo de pressuposições estabelecido na forma lógica dessa expressão.

Como dissemos, talvez essas críticas possam ser contornadas, mas elas não recebem respostas claras no trabalho de Roberts (2002). Passemos agora à segunda teoria descritivista que analisaremos: Elbourne (2008).

3.3.2 Elbourne (2008)

3.3.2.1 O modelo usado I: a semântica de situações

Elbourne (2008), em seu artigo *Demonstratives as individual concepts*, desenvolve uma teoria para DDEMs que difere radicalmente das teorias de referência direta descritas nos parágrafos anteriores, pois se trata de uma teoria que aproxima os demonstrativos dos artigos definidos, assumindo que eles introduzem pressuposições de existência e univocidade. Como os outros autores que chamamos de descritivistas, Elbourne rompe com a ideia proposta em Kaplan (1989[1977]) de que demonstrativos são *designadores rígidos* para defender que DPs que possuem um demonstrativo como seu determinante são interpretados como *conceitos individuais*. *Conceitos individuais* são funções de situação para indivíduo; essa noção pode ser exemplificada através de uma formalização para a semântica dos nomes próprios:

[...] proper names are syntactically simplex lexical items whose denotations are individual concepts of a certain kind, those that map situations directly to individual, as it were, without the mediation of a descriptive condition. So we will have the lexical entry in (5) for *Mary*.

(5) $[[\text{Mary}]] = \lambda s. \text{Mary}$ (ELBOURNE, 2008, p. 411)

Como podemos ver, a teoria de Elbourne se situa dentro do quadro de uma semântica de situação (*situation semantics*). Na teoria defendida por Elbourne, situações devem ser entendidas como parte de um mundo possível, e um mundo possível como uma situação máxima. Nessa semântica, dado que nomes próprios, por exemplo, são conceitos individuais, verbos intransitivos seriam funções de conceitos individuais para funções de situação para valores de verdade, como ilustra a formalização para o predicado ‘correr’ abaixo:

$[[\text{correr}]]: \lambda u_{\langle s, e \rangle} \lambda s. u(s) \text{ corre em } s$

Uma sentença como ‘Maria corre’ seria analisada como:

(28) $[[\text{Maria corre}]] = \lambda s. \text{Maria corre em } s$

O mesmo tipo de formalização seria atribuído a predicados com mais lugares. O ponto importante agora é analisar como Elbourne (2008) trata as descrições definidas, pois as DDEMs seriam um tipo de descrição. O autor oferece a seguinte formalização para o artigo definido:

$$[[o]] = \lambda f_{\langle se, st \rangle} . \lambda s. \lambda x f(\lambda s'. x)(s) = 1$$

Nessa formalização, a expressão “ $\lambda x f(\lambda s'. x)(s) = 1$ ”, se definida, será de tipo e, e se referirá ao único indivíduo x, na situação relevante, que é f. Considerando as entradas lexicais para ‘cachorro’ e ‘latir’, como abaixo, podemos ver que a forma lógica para (29) é (29a):

[[cachorro]]: $\lambda u_{\langle s, e \rangle} \lambda s. u(s)$ é cachorro em s

[[latir]]: $\lambda u_{\langle s, e \rangle} \lambda s. u(s)$ late em s

(29) O cachorro late.

(29a) [[o cachorro late]] = $\lambda s. \lambda x x$ é cachorro em s e x late em s

Através desse tipo de formalização, continuando seu trabalho de 2005 (cf. Elbourne, 2005), o autor propõe lidar com pronomes, *donkey-sentences*, interações com operadores, como, por exemplo, no caso da ambiguidade *de dicto* e *de re*. Vejamos como ele captura esta última distinção como mais uma ilustração de seu modelo; para tanto, seguiremos os passos apresentados em Elbourne (2008, p. 414-417). Considere então a seguinte sentença e as paráfrases sugeridas, lembrando que mundos possíveis (w) são situações máximas e w_0 se refere ao mundo real (ou de proferimento):

(30) Maria acredita que o presidente é um alienígena.

(30a) *De dicto*: todos os mundos w, compatíveis com as crenças da Maria em w_0 , são tais que o presidente em w é um alienígena em w.

(30b) *De re*: todos os mundos w, compatíveis com as crenças da Maria em w_0 , são tais que o presidente em w_0 é um alienígena em w.

Como podemos ver, a diferença entre as duas interpretações é capturada através da manipulação do parâmetro de mundo: na leitura *de dicto*, ‘o presidente’ é avaliado nos mundos das crenças de Maria (w); na leitura *de re*, ‘o presidente’ é avaliado no mundo real (w_0) ou no mundo em que a sentença é proferida.

Para que surja a leitura *de re*, Elbourne (2008, o. 415) propõe um operador, s_0 , cujo papel é tomar um NP e devolver esse NP relativizado a uma situação contextualmente saliente⁸⁶:

$$[[s_0]]^g = \lambda f_{\langle se, st \rangle}. \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. f(u)(g(0)) = 1$$

Teremos então duas versões de ‘presidente’, com e sem o operador s_0 :

$$[[\text{presidente}]]: \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) \text{ é presidente em } s$$

$$[[\text{presidente } s_0]]^{[0 \rightarrow w_0]}: \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(w_0) \text{ é presidente em } w_0$$

Se considerarmos agora as seguintes entradas lexicais para ‘é um alienígena’ e ‘acredita’, podemos derivar as interpretações sugeridas em (30a) e (30b):

$$[[\text{é um alienígena}]]: \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) \text{ é alienígena em } s$$

$$[[\text{acredita}]]: \lambda p_{\langle st \rangle}. \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. \text{ todos os mundos } w \text{ compatíveis com as crenças de } u(s) \text{ em } s \text{ são tais que } p(w) = 1$$

(30a) *De dicto*:

- (i) [Maria acredita que [o presidente é uma alienígena]]
- (ii) A proposição verdadeira do mundo w_0 se todos os mundos w , compatíveis com as crenças da Maria em w_0 são tais que o único x tal que x é presidente em w é um alienígena em w .

(30b) *De re*:

- (i) [Maria acredita que [o presidente s_0 é uma alienígena]]
- (ii) A proposição verdadeira do mundo w_0 se todos os mundos w , compatíveis com as crenças da Maria em w_0 são tais que o único x tal que x é presidente em w_0 é um alienígena em w .

Antes de analisarmos a teoria de Elbourne para os demonstrativos e as DDEMs, resta dizer que esse autor, assim como Roberts (2002, 2003, 2004) considera que todos os pronomes são também descrições definidas. Essa concepção tem uma série de

⁸⁶Outra alternativa, citada pelo autor, é distribuir variáveis de situação para cada predicado. A saída por um operador é extensamente defendida em Elbourne (2005), e não entraremos aqui no mérito de discutir qual solução é mais adequada ou econômica; nosso intuito é simplesmente apresentar seu modelo para as DDEMs.

consequências que não exploraremos aqui, mas servem para ilustrar o tipo de teoria sobre os nominais que Elbourne almeja. Passemos então às suas considerações sobre os demonstrativos.

3.3.2.2 O modelo usado II: a teoria de Nunberg (1993)

Elbourne argumenta veementemente que as propriedades semânticas de um termo que pode ser enquadrado como um *designador rígido* não são compatíveis com alguns usos das DDEMs, como mostrado nos exemplos abaixo (p. 410):

(31) Maria não conversou com nenhum senador antes que esse senador fosse incriminado.

(31a) Não existe um indivíduo x tal que x é um senador e Maria conversou com x antes que x fosse incriminado.

O conceito de *designador rígido* prevê que esses termos nunca podem assumir o valor de uma variável em forma lógica; entretanto, a paráfrase da forma lógica da sentença em (31), expressa em (31a), mostra que a DDEM ‘esse senador’ assume o valor de uma variável que, similarmente às variáveis da Teoria das Descrições Definidas de Russell (1905) ou das abordagens pressuposicionais das descrições, é interpretada independentemente do estabelecimento de um referente fixo. Dado que as teorias de referência direta não têm meios para lidar com esses usos linguísticos das DDEMs, Elbourne abandona os conceitos dessas teorias para desenvolver um aparato nocional e formal capaz de descrever os três tipos de uso das DDEMs – usos referenciais, usos descritivos e usos anafóricos – mediante aos mesmos critérios semânticos, ou seja, sem dizer que os demonstrativos são ambíguos ou que têm contrapartes homófonas.

A proposta de Elbourne, como vimos, além de lançar da noção de *conceito individual* e se inserir no quadro das semânticas situacionais, se baseia na teoria de Nunberg (1993), uma teoria geral sobre indexicais formulada para descrever seus usos com relação às situações contextuais. Trata-se de uma teoria bastante original e ainda pouco explorada, cuja motivação inicial são os chamados “indexicais descritivos”, ou seja, usos de indexicais nos quais sua contribuição proposicional não pode ser simplesmente um indivíduo, mas também

uma propriedade ou descrição (daí o termo usado para se referir a esse fenômeno).

Vejamos, na sequência, como se arquiteta a teoria de Nunberg através de seus componentes e de um exemplo; é através de uma implementação formal dessas ideias que Elbourne fará sua explicação para a semântica dos demonstrativos.

Nunberg considera que a semântica dos indexicais envolve três componentes para alcançar, por fim, sua interpretação ou referente: um *índice*, um *componente relacional* e um *componente classificatório*. O *índice* corresponde a um objeto ou indivíduo (extralinguístico) selecionado num determinado contexto situacional – é o que diferencia os indexicais das demais expressões linguísticas. O *componente relacional* é uma função que estabelece a relação entre o *índice* e o valor semântico final. O *componente classificatório* é o elemento que inclui o conjunto de *traços* Φ ⁸⁷ que restringem o *índice*. A interpretação final de um termo indexical se dá pelo estabelecimento de um *índice*, juntamente com o *componente classificatório*, e o valor semântico do indexical é dado pelo *componente relacional* a partir do *índice*.

Mobilizando esses três elementos estabelecidos na teoria de Nunberg (1993), Elbourne (2008) elabora uma formalização que captura os usos dos indexicais que não são previstos pelas teorias diretamente referenciais como, por exemplo, o caso do *uso descritivo* do pronome ‘ele’, como no exemplo abaixo, no qual ‘ele’ é claramente usado como um demonstrativo, mas sua contribuição não pode ser simplesmente um indivíduo:

(31) (Alguém aponta para Bento XVI e diz:)

Ele costuma ser italiano.

Uma teoria como a de Kaplan simplesmente não tem nada a dizer sobre esse uso do pronome ‘ele’, pois, segundo essa teoria, a única paráfrase possível para (31) seria:

(31a) Bento XVI costuma ser italiano.

⁸⁷Mais uma vez, *traços* Φ são tomados aqui como o conjunto de traços gramaticais e semânticos como, por exemplo, animacidade, proximidade, pessoa gramatical, gênero gramatical, etc., que são em geral codificados como um tipo de informação pressuposicional associada aos itens em questão.

Essa é uma paráfrase que claramente está em desacordo com nossa intuição. Uma paráfrase mais fiel seria como a abaixo:

(31b) O Papa costuma ser italiano.

É interessante notar, antes de mais nada, que a interpretação da sentença em (31), expressa na sua paráfrase em (31b), não pode ser explicada via pragmática. Se houvesse alguma implicatura ocorrendo nessa sentença, ela deveria ocorrer da mesma maneira em (31a), considerando-se uma visão como a de Kaplan para o uso demonstrativo do pronome ‘ele’, pois ‘ele’ apenas estaria pelo indivíduo Bento XVI, e as sentenças deveriam ser semanticamente equivalentes. Se pensarmos que temos uma implicatura, nesse caso, ela deveria ocorrer devido à incompatibilidade entre Bento XVI e o predicado ‘costuma ser italiano’.

Na abordagem kaplaniana para o contexto em questão, o uso de ‘ele’ expressa a seguinte proposição (com simplificações) <**Bento XVI, costuma ser italiano**>. Quando um ouvinte está diante de tal interpretação, por ela ser desviante, lança mão de um raciocínio pragmático que “resgata” a sentença e gera a interpretação sugerida em (31b), qual seja, ‘O Papa costuma ser italiano’. O ponto importante, e que desencoraja uma análise via implicatura, é a sentença (31a), que, como dissemos, também veicula <Bento XVI, costuma ser italiano>; porém, diferentemente de (31), não é possível resgatar, via pragmática, essa sentença.

Logo, o fato das interpretações de (31) e (31a) serem diferentes é um indício de que as semânticas dos constituintes ‘ele’ e ‘Bento XVI’ afetam diferentemente a composicionalidade do significado das sentenças em questão.

Para explicar como chegamos à paráfrase (31b) a partir de (31), Elbourne (2008, p. 421) sugere a fórmula abaixo:

(32) [ele [R i]]

Na estrutura em (32), podemos identificar os componentes propostos por Nunberg (1993). ‘i’ está pelo índice, que é um objeto apontado no contexto; ‘R’ está pelo componente relacional, que tem como função estabelecer uma dada relação entre o índice e o valor final, ou interpretação do indexical; finalmente, ‘ele’ está pelo componente classificatório que carrega informações sobre o qual é o índice possível: no nosso caso, o índice deve ser classificado (linguisticamente) como

masculino, singular e terceira pessoa. Mais do que isso, conforme argumenta Elbourne e outros, os pronomes seriam, na verdade, descrições definidas.

Os tipos semânticos mobilizados, considerando uma semântica de situações, são como abaixo (o tipo $\langle se \rangle$ é um conceito individual e o tipo $\langle e \rangle$ é um indivíduo):

$i \rightarrow$ o índice contextual; um objeto extralinguístico; uma expressão do tipo $\langle e \rangle$;

$R \rightarrow$ uma relação que toma como argumento i e resulta em uma expressão do tipo $\langle se, st \rangle$; é, portanto, do tipo $\langle e, \langle se, st \rangle \rangle$;

$ele \rightarrow$ que tem o mesmo tipo de um determinante, $\langle se, \langle se, st \rangle \rangle$, e toma uma propriedade ($\langle se, st \rangle$) para resultar num conceito individual, tipo $\langle se \rangle$

Como podemos ver, o resultado da fórmula será então uma expressão do tipo $\langle se \rangle$, o mesmo que teríamos para uma descrição definida como ‘o NP’. É importante notar que a contraparte da propriedade ‘NP’ de uma descrição definida na fórmula em (32) é o resultado da composição de R e i , como indicam os colchetes.

Dado que o ‘ele’, segundo a da fórmula em (32), e o ‘o’ tem o mesmo tipo semântico, é preciso saber qual é a diferença entre esses dois itens. Uma possibilidade interessante é apelar para os traços- ϕ desses itens, ou seja, as informações responsáveis pela concordância nominal de gênero, número etc., presentes nos pronomes e determinantes. Conforme viemos salientando, podemos entender esses traços- ϕ como pressuposições (que seriam funções parciais de identidade aplicadas ao conjunto de indivíduos) carregadas pelos próprios itens; sendo assim, o item ‘ele’ teria como traços- ϕ os seguintes (cf. Heim, 2008, p. 37):

[[singular]]: λx_e : x é um átomo. x

[[masculino]]: λx_e : x é um masculino. x

[[terceira pessoa]]: λx_e : x exclui o falante e o ouvinte (do contexto). x

Na fórmula em (32), os traços- ϕ são responsáveis por delimitar o que pode servir como índice i ; ora, dado que ‘ele’ pressupõe que o índice seja [[singular]], [[masculino]] e [[terceira pessoa]], o único candidato possível para i será algo que não envolve o falante, o ouvinte, que seja singular e categorizado como masculino. Além disso, como

para o caso do artigo definido, o ‘ele’ contribuirá também com a informação de unicidade.

Qual seria, por fim, a relação R? Baseados numa sugestão de Recanati (2005), Elbourne (2008) consideram que R pode expressar duas relações diferentes, e a escolha entre elas é uma manobra pragmática:

- (i) R expressa identidade ($[[R]] = \lambda x. \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) = x$; note que a identidade se dá entre um elemento extralinguístico (x), de tipo <e> (que é o índice i), e um conceito individual (u), de tipo <se>); ou
- (ii) R expressa o papel (“role”) desempenhado pelo índice (neste caso, $[[R]] = \lambda x. \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s)$ desempenha em s o papel que x tem em s; mais uma vez, x é o índice i), e nesse caso, temos o seguinte: $i \in R$.

É importante notar que não se trata de dizer que R é ambíguo e que pode expressar duas coisas; na verdade, R simplesmente está por uma relação que, a depender de considerações pragmáticas, pode ser identidade (como em (i), acima) ou pode ser papel (como em (ii), acima). Isso ficará mais claro nas próximas seções, em que a fórmula expressa em (32) será aplicada a exemplos.

Vejamos então o que acontece com o caso de (31).

Ao apontarmos para Bento XVI usando ‘ele’, estabelecemos um índice, que é justamente Bento XVI. A partir desse índice, chegamos ao valor final ou interpretação do indexical, tomando R como sendo uma função que devolve o papel desempenhado pelo índice na situação em questão. Ora, na situação em questão o índice, Bento XVI desempenha o papel de Papa, que será então justamente a interpretação do indexical e chegamos assim à paráfrase (31b), ‘O Papa costuma ser italiano’.

É importante notar que essa mesma teoria dá conta dos usos referenciais dos indexicais. Tomemos a seguinte sentença:

(33) (Alguém aponta para Bento XVI e diz:)

Ele nasceu na Alemanha.

Nessa sentença, a interpretação de ‘ele’ é de fato Bento XVI, mas como chegamos, com a fórmula (32), nessa interpretação que damos à (33)? O índice é Bento XVI, e dado que a interpretação do indexical também é Bento XVI, podemos postular que a função do componente relacional, R, nesse caso, é a identidade, ou seja, a interpretação do indexical é a mesma do seu índice. Deve-se ressaltar

que o índice mobilizado em (31) e (33) é o mesmo, Bento XVI, mas a interpretação do indexical, mediada por R, é diferente, justamente porque em (31) R nos dá o papel desempenhado pelo índice, e em (33) R nos dá a identidade entre a interpretação e o índice.

3.3.2.3 A análise dos demonstrativos

Veamos, finalmente, como se dá análise das DDEMs. Baseando-se no aparato formal que acabamos de apresentar, Elbourne desenvolve sua formalização específica para as DDEMs, através da qual é possível dar conta, segundo o autor, de todos dos diferentes usos desses indexicais:

(34) [DP[[DEM i] R] NP]

Na fórmula em (34), além dos já vistos ‘i’ e ‘R’, temos o NP⁸⁸. Segundo Elbourne (2008), o valor do DP, um *conceito individual*, como um todo será dado da seguinte forma:

To be precise, the individual concept is the smallest function that takes a situation *s* and maps it to the unique individual *z* [...] such that *z* satisfies the NP-property in *s* and also satisfies in *s* the property obtained by composing the relational component with the index [...]. (ELBOURNE, 2008, p. 430)

As formas lógicas oferecidas para os demonstrativos próximo e distante são muito semelhantes ao que temos com o artigo definido. Abaixo, repetimos a fórmula para o artigo definido e apresentamos as dos demonstrativos (Elbourne, 2008, p. 429):

$$\begin{aligned} [[o]] &= \lambda f_{\langle se, st \rangle} . \lambda s. \iota x f(\lambda s'. x)(s) = 1 \\ [[esse]]^{w, h, a, t} &= \lambda x. \lambda f_{\langle e, sest \rangle} . \lambda g_{\langle se, st \rangle} \lambda s. \iota z (f(x)(\lambda s'. z)(s) = 1 \& g(\lambda s'. z)(s) = 1 \& \text{próximo}(x, w, a, t) \\ [[aquele]]^{w, h, a, t} &= \lambda x. \lambda f_{\langle e, sest \rangle} . \lambda g_{\langle se, st \rangle} \lambda s. \iota z (f(x)(\lambda s'. z)(s) = 1 \& g(\lambda s'. z)(s) = 1 \& \text{distante}(x, w, a, t) \end{aligned}$$

⁸⁸ Diferentemente do caso dos pronomes, ‘i’ e ‘R’ não estão juntos. Elbourne os separa no caso dos demonstrativos para poder lidar com os traços de proximidade e distância. Como esses traços não são alvo deste trabalho, deixaremos essas questões para outro momento.

Essas são bastante complexas e tentaremos expô-las em passos, comparando-as com o esquema em (34). Segundo esse esquema, vemos que:

$$[[\text{esse}]]^{w,h,a,t} = \lambda x. \lambda f_{\langle e, \text{sest} \rangle} \lambda g_{\langle \text{se}, \text{st} \rangle} \lambda s. \lambda z (f(x)(\lambda s'.z)(s) = 1 \& g(\lambda s'.z)(s) = 1 \& \text{próximo}(x,w,a,t)$$

Ou seja, ‘i’ é uma relação que toma como argumento um índice ‘i’ e resulta numa propriedade, por isso seu tipo lógico é $\langle e, \text{sest} \rangle$; ‘g’ é uma propriedade nominal qualquer. O símbolo ‘i’ corresponde às pressuposições normalmente associadas ao artigo definido. Finalmente, temos também a informação sobre a distância do referente do demonstrativo, calculada em relação ao objeto que é o índice (x), um ponto de referência (a), um mundo possível (w) e um tempo (t)⁸⁹.

Como no caso do exemplo (31), em que temos um indexical descritivo em ‘ele’, o componente R pode ser tomado como uma identidade, em usos referenciais, ou como representando o papel (*role*) que o índice desempenha, em casos de uso descritivo e/ou atributivo.

Vejamos, então, através de usos referenciais e descritivos, como funciona a teoria proposta por Elbourne.

Quando a DDEM está sendo usada referencialmente (uso que o autor chama de “canonicamente referencial”), para Elbourne, trata-se de um caso em que o componente relacional estabelece uma identidade entre o objeto referido e o conteúdo proposicional veiculado pela DDEM – essa manobra pode explicar como se apreende o mesmo objeto em todos os mundos possíveis *w* sem a necessidade de postularmos um *termo diretamente referencial* – a rigidez referencial vem do fato de a proposição conter, nesses casos, um indivíduo (extralinguístico). A derivação num caso como esse segue os seguintes passos:

- (35) (dito por alguém apontando para um cachorro):
Esse cachorro é magro.

⁸⁹ Não é nosso foco discutir as diferenças de distância entre os demonstrativos; é fato que o inglês e o português não têm exatamente o mesmo comportamento, mas seria preciso dedicar todo um outro trabalho para determinar com precisão as nuances entre ‘esse’ e ‘aquele’ em português. Aqui, notamos apenas a maneira como Elbourne faz isso.

Usando a fórmula em (34) para lidar com o DP ‘esse cachorro’, temos o seguinte, em que ‘c’ está pelo cachorro particular sendo apontado (o objeto) – esse componente é o índice ‘i’; a relação R será de identidade e o NP é ‘cachorro’, representado por ‘C’, como podemos ver abaixo:

(35a) [DP [[essec] =]C]

Como já dissemos, o resultado do componente relacional R e o índice, que é o cachorro apontado, é a identidade, pois se trata de um uso referencial. A interpretação final, que é justamente o cachorro apontado, deve estar na extensão do predicado nominal que preenche o NP, no caso, ‘cachorro’. Assim sendo, a interpretação do DP ‘esse cachorro’ é o objeto z que satisfaz, na situação em questão, o predicado ‘cachorro’ e está na relação de identidade com o índice, ou seja, o cachorro particular sendo apontado. Vejamos mais formalmente como podemos chegar a esse resultado:

(35) (dito por alguém apontando para um cachorro):

Esse cachorro é magro.

(35a) [DP [[essec] =]C]

[[esse]]^{w,h,a,t} = $\lambda x. \lambda f_{\langle e, \text{sest} \rangle}. \lambda g_{\langle se, s \rangle}. \lambda s. \iota z(f(x)(\lambda s'. z)(s) = 1 \& g(\lambda s'. z)(s) = 1 \& \text{próximo}(x, w, a, t))$

[[cachorro]] = $\lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) \text{ é cachorro em } s$

[[R]] = $\lambda x. \lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) = x$

(35b) [[esse cachorro]] = $\lambda s. \iota z(z = c \& z \text{ é } C \text{ em } s \text{ } 1 \& \text{próximo}(z, w, a, t))$

Para finalizar, podemos acrescentar o predicado ‘é magro’ e derivar a sentença toda:

[[é magro]] = $\lambda u_{\langle s, e \rangle}. \lambda s. u(s) \text{ é magro em } s$

(35c) [[esse cachorro é magro]] = $\lambda s. \iota z(z = c \& z \text{ é } C \text{ em } s \text{ } 1 \& \text{próximo}(z, w, a, t)) \text{ é magro em } s$

Essa explicação, mesmo longa, dá conta de nossa intuição sobre os usos canonicamente referenciais das DDEMs.

Se estivermos diante de um uso descritivo, a explicação se dará nas mesmas linhas, com a diferença de que R não será uma identidade, mas sim o papel representado pelo índice. Tomemos o seguinte

exemplo: numa sala em que há várias mesas, uma delas deve ser feita de metal. Alguém entra nessa sala e nota que a mesa em questão é de madeira; apontando para a mesa, afirma:

(36) De acordo com as normas, essa mesa deve ser de metal⁹⁰.

A leitura que interessa é aquela na qual o falante de (36) não se refere à mesa apontada, mas sim a qualquer mesa que ocupe o lugar/a função em questão. Como podemos chegar a essa interpretação? Tomemos o DP ‘essa mesa’, segundo a fórmula (34); em (36a), ‘m’ está pelo índice ‘i’, ou seja, remete à mesa efetivamente apontada no contexto de uso sugerido para (36):

(36a) [DP [[*essam*] papel desempenhado por *m*]NP]

A interpretação final do DP ‘essa mesa’ é algo como ‘a mesa que ocupa o lugar apontado’. Para chegarmos a essa interpretação, temos como índice a mesa apontada (*m*), como componente relacional, *R*, o papel desempenhado por *m*, que pode ser estar num certo lugar, ter certa função, etc.; e finalmente a interpretação final, ‘a mesa que ocupa o lugar apontado’, deve estar na extensão do NP, que é, no caso, ‘mesa’.

Na sequência, vejamos a derivação do DDEM ‘essa mesa’ com a interpretação descritiva sugerida:

(36a) [DP [[*essam*] papel desempenhado por *m*]NP]

[[*essa*]]^{w,h,a,t} = $\lambda x. \lambda f_{\langle e, \text{se}, \text{st} \rangle} \lambda g_{\langle \text{se}, \text{st} \rangle} \lambda s. \iota z(f(x)(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ g(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ \text{próximo}(x, w, a, t))$

[[*mesa*]] = [[*M*]] = $\lambda u_{\langle s, e \rangle} \lambda s. u(s)$ é cachorro em *s*

[[*R*]] = $\lambda x. \lambda u_{\langle s, e \rangle} \lambda s. u(s)$ desempenha em *s* o papel que *x* tem em *s*

(36b) [[*essa mesa*]] = $\lambda s. \iota z(z \text{ ocupa certa posição e desempenha certas funções } \ \& \ z \in M \text{ em } s \ \& \ \text{próximo}(z, w, a, t))$

A explicação e teoria de Elbourne, apesar de complexa, como já notamos, ganha muito força ao poder ser usada, com quase nenhuma modificação, para lidar também com os usos anafóricos dos DDEMs. Não entraremos aqui no mérito de explicitar como se dá a resolução anafórica em sua teoria em detalhes, mas ela se dá nos seguintes moldes: nos casos anafóricos, o que há é uma mudança em relação ao índice, que

⁹⁰ É esse tipo de uso que julgamos impossível de ser analisado pela teoria de Roberts (2002), conforme adiantamos na seção 3.3.1.4.

não será mais estabelecido a partir de um objeto presente no contexto perceptual, mas sim através de algo presente (mencionado) no contexto linguístico. Muda-se, em suma, o lugar em que se busca o índice, que passa a ser a situação discursiva; os outros componentes e o NP desempenhariam as mesmas funções. Elbourne (2008) captura as possibilidades de interação entre DDEMs e certos tipos de operadores, bem como as *donkey-sentences* com demonstrativos, como exemplificado abaixo:

(37) Todo homem que tem um burro bate nesse burro.

Há ainda dois pontos importantes que devemos explicitar com relação à teoria de Elbourne: como lidar com demonstrativos simples e como resolver o problema colocado por Kaplan (1989) com relação à comparação de definidos e demonstrativos, que vimos no capítulo II com os exemplos (17) e (18) daquele capítulo. Vejamos esses pontos na sequência.

3.3.2.4 *Demonstrativos simples e o problema da “troca de lugar” para a teoria de Elbourne (2008)*

Os demonstrativos simples não são o objetivo desta dissertação, mas é importante vermos como os autores lidam com essa questão, principalmente com relação à possibilidade de termos uma teoria unificada para as DDEMs e os demonstrativos simples. No caso da teoria de Elbourne, a saída é postular uma propriedade que não impacta o valor de verdade:

This unification [i.e., entre os demonstrativos simples e as DDEMs] can be achieved quite naturally if we suppose that a truth-conditionally trivial property is contributed to the semantics as the second argument of *that* in cases of bare demonstratives. (ELBOURNE, 2008, p. 437)

Retomando o problema da troca de lugar disposto em Kaplan (1989[1977]):

(38) [CONTEXTO: João e Maria estão sentados um lado do outro; apontando para João, alguém diz]:

(38a) Se João e Maria trocassem de lugar, a pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

(38b) Se João e Maria trocassem de lugar, essa pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

(38a) claramente tem uma leitura verdadeira que (38b) não tem. O ponto é, então, dar uma razão por que (38b) não pode ter uma leitura verdadeira; o problema é ainda mais sério para a teoria de Elbourne porque, se considerarmos o componente R como papel (*role*), teremos automaticamente a leitura que não existe. Ou seja, em outras palavras, como garantir que num contexto como aquele sugerido para as sentenças (38a) e (38b), o componente R de ‘essa pessoa’ seja somente interpretado como identidade?⁹¹

A resposta dada por Elbourne segue as seguintes linhas, apelando para considerações de ordem pragmática:

The index (or rather the constant individual concept mapping situations to it) must be the interpretation, unless a restricted range of pragmatic factors make this impossible. Stated otherwise, unless one of a restricted range of pragmatic factors applies, the relational component must be identity [...] (ELBOURNE, 2008, p. 441)

Obviamente, falta saber quais seriam esses “pragmatic factors” no “restricted rage” sugerido. Interessa notar, no entanto, que, pelo menos em princípio, é possível dar conta do problema colocado por Kaplan numa teoria descritivista para as DDEMs, que trata os demonstrativos como determinantes.

3.3.2.5 *Considerações finais sobre a teoria de Elbourne (2008)*

É inegável que a teoria proposta por Elbourne tem um alcance empírico e uma elegância ímpar. Considerando que, em sua explicação das DDEMs (e também dos demonstrativos simples) ele utiliza mecanismos necessários para dar conta de descrições definidas, pronomes e outros indexicais, como teoria linguística, ela é muito robusta e também econômica. É uma explicação robusta por preservar

⁹¹ A interpretação de R como identidade garante a interpretação rígida que está de acordo com nossa intuição sobre (38b).

os princípios elementares da semântica como a inocência semântica, a distinção entre os domínios da semântica e da pragmática e a composicionalidade da sentença. É também uma descrição econômica por mostrar que é possível abarcar todos os usos dos DDEMs através de uma mesma formalização, usada para lidar com outros fenômenos linguísticos.

Estamos diante de uma alternativa bastante interessante para lidar com as DDEMs, que tem uma abrangência muito grande, e resolve os problemas colocados por Kaplan, sem apelar para ambiguidades ou homofonias. É mais um exemplo claro de que é possível lidar com DDEMs num quadro descritivista.

3.3.3 A teoria de Wolter (2006) para as DDEMs

Wolter (2006) considera que uma das questões fundamentais da semântica dos DPs é o modo como eles se conectam com as entidades no mundo real – ou modelo de mundo usado pela teoria. A conexão entre a maioria dos DPs e as entidades do modelo se dá mediada por um referente discursivo, ou por uma variável que distingue uma gama de indivíduos, em um modelo discursivo, como vimos, na seção 3.3.1, sobre o trabalho de Roberts (2002). Trata-se de uma ideia muito cara às semânticas dinâmicas.

Por outro lado, Wolter relembra que autores como Kaplan (1989[1977]) defenderam análises que propõem que a conexão entre esses termos e as entidades reais seja direta, a partir de algo como uma *speaker demonstration* ou *speaker intentions to refer*⁹². É por conta disso, entre outras coisas, que, no trabalho clássico de Kaplan, é defendida uma abordagem especial de referência, em que o conteúdo descritivo de uma DDEM não interage com a composicionalidade semântica da sentença, e para sabermos qual é a contribuição proposicional dessas construções, o que precisamos é identificar as intenções referenciais do falante.

Em sua análise, Wolter assume uma posição radical, segundo a qual DDEMs não tem nenhum mecanismo especial de referência em

⁹² Trata-se da famosa “intenção referencial” do falante, que é muitas vezes citada, mas quase nunca definida. Podemos, vagamente, entender esse conceito como algo que o falante faz para levar sua audiência a considerar algo como o referente de um demonstrativo. Pode ser um apontamento de fato ou um aceno com a cabeça, um olhar, etc.

relação a outros DPs – ela assume que nem *speaker demonstrations* nem *speaker intentions* estão diretamente envolvidas na interpretação desses termos. A primeira evidência a favor de tal análise é com respeito às possibilidades de escopo das DDEFs e DDEMs: a autora defende que esses DPs possuem as mesmas possibilidades de escopo, um comportamento usado para defender a ideia de que eles formam uma mesma classe semântica natural. A autora argumenta que as possibilidades de escopo das DDEFs e das DDEMs são naturalmente explicadas pelo fato de que determinantes definidos e determinantes demonstrativos denotam funções do tipo $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$ e que a interpretação dos NPs que os complementam interage com a composicionalidade semântica do resto da sentença. Além disso, como veremos na sequência, a teoria de Wolter (2006) garante um lugar de destaque para os apontamentos normalmente associados aos usos dos demonstrativos de modo orgânico em sua teoria.

3.3.3.1 Argumentos de Wolter (2006) para uma aproximação semântica entre DDEFs e DDEMs

Bressane Duarte (2011) esclarece, em sua leitura de Wolter (2006), alguns argumentos da autora para mostrar que DDEMs estão muito mais próximas semanticamente às DDEFs do que previa Kaplan (1989[1977]).

O primeiro argumento consiste no fato de que tanto DDEFs quanto DDEMs têm usos dêiticos e usos não dêiticos. Esse argumento se justifica pelo fato de que Kaplan – ou qualquer outro autor de filiação diretamente referencial – não considera (ou pelo menos os ignora, como algo de menor importância) que existam usos dêiticos das DDEFs, e nem que existam usos não referenciais para as DDEMs. Mas essas previsões podem ser facilmente refutadas a partir do conjunto de dados abaixo:

(39) [CONTEXTO: imagine a situação em que dois homens estão caminhando na rua, até que um deles aponta para um homem que está em pé no ponto de ônibus ao lado e comenta:]

(39a) João acredita que o homem em pé no ponto de ônibus é um espião.

(39b) João acredita que aquele homem em pé no ponto de ônibus é um espião.

(40) Toda vez que há uma eleição no Brasil, o presidente fica apreensivo.

(BRESSANE DUARTE, 2011, p. 14)

(41) Todos os cachorros da vizinhança, até mesmo o pior, têm um dono que acha esse cachorro uma graça.

(ROBERTS, 2002, p. 5)

Em (39a) e (39b), os referentes da DDEF ‘o homem’ e da DDEM ‘aquele homem’ são estabelecidos por meio de um apontamento para um indivíduo. Trata-se de usos referenciais, em que tanto a DDEF quanto a DDEM apresentam escopo inerte em relação ao operador modal ‘acredita’ e tem uma leitura rígida – podemos também dizer que, nesses casos, o que se expressa é uma proposição particular, na qual figura um indivíduo e não somente uma descrição dele. Para Kaplan, essa característica é algo exclusivo das DDEMs e não das DDEFs.

Por sua vez, os exemplos nos (40) e (41) temos usos não referenciais da DDEF ‘o presidente’ e da DDEM ‘esse cachorro’, respectivamente. A argumentação de Wolter mostra que, se DDEMs fossem termos diretamente referenciais, como propõe Kaplan, a expressão ‘esse cachorro’, em (41), deveria poder ser trocada por um nome próprio, i.e., o nome do cachorro em questão. Todavia, se trocarmos ‘esse cachorro’, em (41), por um nome próprio, obteríamos uma sentença com interpretação diferente de (41):

(42) Todos os cachorros da vizinhança, até mesmo o pior, têm um dono que acha Totó uma graça⁹³.

A proposição expressa em (42) é claramente diferente da proposição expressa em (41). Em (41), ‘esse cachorro’ é interpretado sob o escopo do quantificador universal presente no sintagma ‘todos os cachorros’, podendo denotar qualquer uma das instanciações que essa quantificação prevê. Essa interpretação é inadmissível para a teoria de Kaplan, pois esta prevê que ‘esse cachorro’ deveria ter escopo inerte na sentença (41). Em (42), o nome próprio ‘Totó’ remete a um único cachorro específico e tem, assim, escopo inerte na sentença (42). A

⁹³ Um fato interessante, que ainda precisa ser explicado, é o fato de essa mesma sentença não ser tão boa com o artigo definido: “Todos os cachorros da vizinhança, até mesmo o pior, têm um dono que acha o cachorro uma graça”. A sentença fica bem melhor, por outro lado, se usarmos um possessivo: “Todos os cachorros da vizinhança, até mesmo o pior, têm um dono que acha seu cachorro uma graça”.

comparação entre os exemplos (41) e (42) é um argumento de Wolter para mostrar que DDEFs e DDEMs são semanticamente muito mais próximas do que Kaplan leva a crer.

Outro forte argumento de Wolter para a aproximação entre DDEFs e DDEMs está na similaridade de relações de escopo que essas expressões podem assumir na interação com operadores modais:

(43) Maria acredita que tem um unicórnio em seu jardim. Ela acredita que esse unicórnio está comendo sua grama.

(44) Maria acredita que tem um unicórnio em seu jardim. Ela acredita que o unicórnio está comendo sua grama.

(45) Há um unicórnio no jardim. Maria acredita que esse unicórnio está comendo sua grama.

(46) Há um unicórnio no jardim. Maria acredita que o unicórnio está comendo sua grama.

(BRESSANE DUARTE, 2011, p. 14)

Wolter mostra que em (43) e (44) e em (45) e (46), respectivamente, a DDEF ‘o unicórnio’ e a DDEM ‘esse unicórnio’ possuem o mesmo tipo de interação de escopo que o seu antecedente ‘um unicórnio’ tem com o operador modal ‘acredita’. Em (43) e (44) ‘um unicórnio’ está no escopo estreito de ‘acredita’, logo ‘o unicórnio’ e ‘esse unicórnio’, nesses exemplos, também estão no escopo estreito desse modal. Em (45) e (46), ‘um unicórnio’ tem escopo amplo sobre ‘acredita’, sendo assim, ‘o unicórnio’ e ‘esse unicórnio’, nesses exemplos, também tem escopo amplo sobre o modal. Nem precisamos dizer, Kaplan ou não considera esses exemplos em sua teoria ou vai argumentar que se trata de diferentes casos de demonstrativos, contrapartes homófonas daqueles que ele efetivamente analisou com sua teoria.

O último argumento de Wolter para aproximar DDEFs e DDEMs é o de que esses termos são os únicos definidos a possuírem um NP descritivo em seu constituinte, o que não se aplica aos demais definidos:

(47) A menina sorriu.

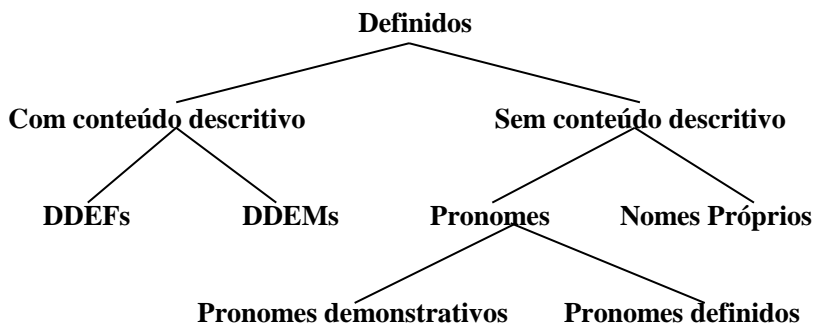
(48) Essa menina sorriu.

(49) * Maria menina sorriu.

(50) * Ela menina sorriu.

(51) * Isso menina sorriu.

O conjunto de dados (47)-(51) mostra que apenas DDEFs e DDEMs possuem uma posição argumental para um NP (aberto), fato que as aproxima e as distingue dos demais definidos, como já havíamos mostrado no Capítulo II. Os dados apresentados até aqui levam a postular a hierarquia de definidos que vimos no Capítulo I e que reproduzimos abaixo novamente:



Partindo do conjunto de argumentos aqui recapitulados, Wolter (2006) propõe uma análise para DDEMs que capture suas similaridades com DDEFs. No entanto, a análise da autora também mostra que essas expressões possuem diferenças semânticas, diferenças que apresentaremos na próxima seção.

3.3.3.2 *Diferenças entre usos de DDEFs e DDEMs*

Para Wolter (2006), certamente há diferenças de distribuição e interpretação entre DDEFs e DDEMs, que se refletem nos usos linguísticos – referenciais, atributivos e anafóricos – desses termos. Essas diferenças se dão porque os determinantes das DDEFs e DDEMs são itens com diferentes entradas lexicais que geram possibilidades de uso distintas para cada uma das expressões. Vejamos, na sequência, alguns exemplos dessas diferenças.

Nos usos dêiticos, DDEMs podem identificar inequivocamente o seu referente mesmo em contextos com mais de um referente em potencial para ela. Por outro lado, só é possível identificar inequivocamente o referente de um uso dêitico de uma DDEF se houver um único referente potencial no contexto:

(52) [CONTEXTO: há apenas um livro numa prateleira; um falante aponta para o livro e diz:]

O livro é bom!

(53) [CONTEXTO: há vários livros numa prateleira; um falante aponta e para um livro e diz:]

? O livro é bom!

(54) [CONTEXTO: há apenas um livro numa prateleira; um falante aponta para o livro e diz:]

Esse livro é bom!

(55) [CONTEXTO: há vários livros numa prateleira; um falante aponta e para um livro e diz:]

Esse livro é bom!⁹⁴

O exemplo (53) mostra que o uso dêitico da DDEF ‘o livro’ é inadequado no contexto em que há mais de um livro na prateleira. O uso adequado só se dá no exemplo (52), em que há um único livro no contexto. Os exemplos (54) e (55), por sua vez, mostram que o uso dêitico da DDEM ‘esse livro’ é adequado aos dois contextos, o que tem um único livro ou o que tem vários livros.

A diferença nos usos anafóricos das DDEMs e DDEFs pode ser vista em contextos nos quais há dois antecedentes linguísticos potenciais: a DDEM remete a um dos antecedentes, sem ambiguidade, tendo seu uso adequado, ao passo que com a DDEF não é possível remeter a um antecedente sem ambiguidade:

(56) Uma mulher(i) entrou pelo lado esquerdo do palco e outra mulher(j) entrou pelo lado direito do palco.

(56a) Aquela mulher(i) estava cansada.

(56b) Esta mulher(j) estava cansada.

(56c) ?A mulher(i)(j) estava cansada⁹⁵.

As DDEMs ‘aquela mulher’ e ‘esta mulher’, em (56a) e (56b), respectivamente, e a DDEF ‘a mulher’, em (56c), são anáforas que têm os sintagmas ‘uma mulher’ e ‘outra mulher’, em (56), como seus antecedentes. As DDEMs são anáforas adequadas, porque, como dissemos, remetem inequivocamente ao seu antecedente: ‘aquela mulher’ remete ao sintagma ‘uma mulher’ e ‘essa mulher’ remete ao sintagma ‘outra mulher’. Mas a DDEF, usada anaforicamente, não funciona, pois ‘a mulher’ pode se remeter tanto a ‘uma mulher’ quanto a ‘outra mulher’, o que viola as pressuposições da DDEF e impossibilita

⁹⁴ Exemplos adaptados de Wolter (2006).

⁹⁵ Exemplos adaptados de Roberts (2002) e Wolter (2006).

uma interpretação para a sentença (56c)⁹⁶.

Nos usos atributivos, DDEFs e DDEMs se diferem quanto ao NP descritivo que as compõem. O uso atributivo da DDEF pode ser dar com qualquer tipo de NP descritivo que a componha. Mas, por sua vez, o uso atributivo de uma DDEM exige condições especiais para o NP descritivo que a compõe: o uso atributivo da DDEM só é licenciado se o NP descritivo que a compõe tiver um modificador pós-nominal ligado a ele:

(57) João identificou o menor número primo.

(58) ?João identificou aquele menor número primo.

(59) João identificou aquele número primo que é o menor.⁹⁷

Em (57) e (59), temos usos atributivos da DDEF ‘o menor número primo’ e da DDEM ‘aquele número primo que é o menor’, respectivamente, enquanto que, em (58), a DDEM ‘aquele menor número primo’ não tem interpretação de uso atributivo. O uso atributivo da DDEM em (59) é adequado porque está licenciado pelo modificador pós-nominal ‘que é o menor’ (uma relativa restritiva) que está adjungido ao NP da DDEM. A DDEM em (58) não tem um modificador pós-nominal ligado a ela, o que impossibilita o licenciamento do uso atributivo (este fato será explicado adiante).

Até aqui, apresentamos as proximidades e diferenças semânticas entre DDEFs e DDEMs que Wolter (2006) captura em sua teoria. Passamos, agora, à teoria da autora sobre as diferenças entre essas construções e sobre o tratamento a ser dado às DDEMs.

3.3.3.3 A teoria de Wolter (2006) para as DDEMs

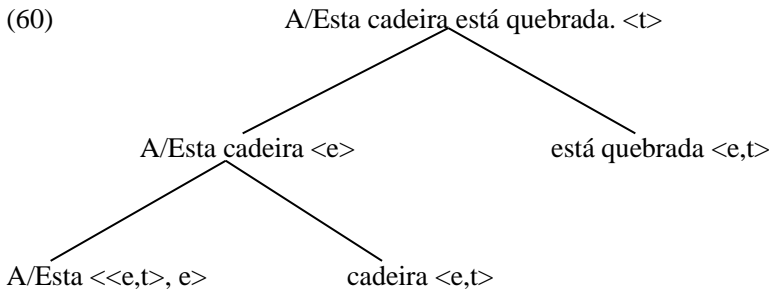
Wolter (2006) desenvolve uma análise para DDEMs que as aproxima radicalmente das DDEFs, por considerar, primordialmente, que a presença de um NP descritivo nesses termos lhes conferem características semânticas distintas dos demais definidos. A autora separa o quadro dos definidos em dois grandes grupos: os que possuem

⁹⁶ Note que, se acrescentar às DDEFs algum material que identifica inequivocamente as mulheres, como ‘a primeira mulher’, ‘a última mulher’, as anáforas melhoram muito. O fato de não precisarmos fazer isso usando DDEMs deve ser capturado pela teoria.

⁹⁷ Exemplos retirados de Wolter (2006).

conteúdo descritivo e os que não possuem conteúdo descritivo, como já representamos, no Capítulo I, e repetimos acima.

Ao observarmos sua tipologia, percebemos uma primeira organização que leva em conta a estruturação sintática dos definidos: num primeiro grande grupo estão os definidos que têm um NP expresso no constituinte – DDEFs e DDEMs – e num segundo grande grupo estão os definidos que não têm um NP expresso no constituinte – demais definidos. Wolter propõe que as composições sintáticas da DDEFs e da DDEMs são rigorosamente iguais, e que o artigo definido e o demonstrativo são, nessas expressões, determinantes de tipo semântico $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$ que se unem a NPs de tipo semântico $\langle e, t \rangle$ para formarem um DP de tipo $\langle e \rangle$, como podemos observar na derivação semântica abaixo:



Assumindo que DDEFs e DDEMs são constituintes sintáticos igualmente estruturados, sendo o artigo definido e o demonstrativo do mesmo tipo semântico, Wolter passa a elaborar sua teoria defendendo que a diferença entre esses termos está apenas nas pressuposições que eles carregam. A autora segue a linha descritivista, que assume que definidos são termos que carregam pressuposições de existência e univocidade, sofisticando sua análise apenas para dar conta daquilo que ela considera a única diferença entre DDEFs e DDEMs: elas têm suas pressuposições de existência e univocidade avaliadas *em diferentes restrições do contexto discursivo*.

A restrição do contexto discursivo está relacionada aos predicados que compõem a sentença. Existem dois tipos de predicados nas sentenças: (i) os predicados principais (geralmente predicados verbais), que são os que determinam a “cena” descrita pela sentença e a

participação dos argumentos presentes⁹⁸, e (ii) os predicados inseridos em sintagmas nominais, que respondem por indivíduos ou variáveis que completam as posições argumentais dos predicados principais. A restrição do contexto discursivo que se aplica ao predicado principal da sentença é chamado por Wolter (2006) de situação *default*. Uma situação *default* é nada mais do que o maior contexto discursivo (situação maximal) em que um predicado é avaliado. Observe-se (61):

(61) Está chovendo!

O predicado principal da sentença em (61) não é avaliado em um contexto que considere todos os dias do ano, todo o espaço do planeta terra ou mundos possíveis em que não exista o fenômeno de chuva. O contexto em que o predicado principal de (61) é avaliado é um contexto que restringe uma delimitação de tempo (um dia x do ano y), uma delimitação de espaço (os entornos de onde o falante está), o falante e um mundo possível em que a sentença é computada como verdadeira ou falsa. Esse contexto restrito é o que se considera uma situação *default*.

No exemplo em (61), a situação *default* coincide com a situação discursiva máxima, ou com o contexto de fala. No entanto, essa não precisa ser necessariamente o caso. Imaginemos, por exemplo, que (61) seja dita num contexto no qual João esteja narrando seu sonho; nesse caso, (61) certamente não é avaliado no “mundo real”, mas sim no “mundo dos sonhos do João”, que é então a situação *default*. Portanto, ao dizer o que é uma situação *default*, Wolter (2006) não se compromete a remeter sempre ao contexto discursivo em que se dá um dado proferimento, mas sim ao contexto no qual os predicados principais são avaliados – teremos então dois casos: (a) o contexto discursivo efetivo, de proferimento, e (b) o contexto dado por um operador modal.

Para definir a diferença semântica entre DDEFs e DDEMs, a ideia assumida por Wolter (2006) é propor, em sua teoria, que os predicados que se inserem no constituinte de uma DDEF são avaliados em relação a uma situação *default*, enquanto os predicados que se inserem no constituinte de uma DDEM são avaliados em relação a uma situação *non-default*, que é uma parte própria da situação *default* – dado

⁹⁸ Podemos também falar aqui em evento descrito pela sentença, se tivermos um verbo de ação. Seja qual for a melhor distinção a ser feita, a ideia é que o predicado principal uma, no nível mais alto possível, os argumentos da sentença, atribuindo a cada um deles um papel semântico.

que a situação *default* é a situação máxima para um dado discurso, qualquer situação que é parte própria dela será necessariamente menor. Sendo assim, a diferença semântica entre DDEFs e DDEMs se caracteriza do seguinte modo: (i) as pressuposições de existência e univocidade de DDEF são avaliadas em relação a uma situação *default*, enquanto (ii) as pressuposições de existência e univocidade de uma DDEM são avaliadas em relação a uma situação *non-default*. Essa distinção entre (i) e (ii) já dá conta de explicar, informalmente, a inadequação das sentenças (53) e (56c) em relação a (55) e (56a)-(56b), respectivamente, pois a teoria de Wolter nos mostra que em (53) e (56) há falha de pressuposição, enquanto em (55) e (56a)-(56b) não há.

Passemos, agora, a explicitar a formalização da teoria de Wolter (2006). A formalização oferecida pela autora consiste em propor que todo predicado – NP – que compõe uma DDEF ou uma DDEM possui uma variável de situação *s* que se liga a uma situação *default* ou a uma situação *non-default*. Essa é uma diferença que podemos chamar de lexical, pois cada um desses itens vem com essa especificação. A autora se utiliza dessa manobra para, assim, poder definir as pressuposições dos determinantes ‘o(a)’, ‘aquele(a)’ e ‘esse(a)’⁹⁹:

(A) $[[the_n]]$: $XP.P(s_n)$ is a singleton set.

If defined, denotes $\iota x.P(x)(s_n)$

(B) $[[that_n]]$: $XP.P(s_n)$ is a singleton set and s_n is non-default.

If defined, denotes $\iota x.P(x)(s_n)$

(C) Given a sentence A, a situation variable *s* is a *default* situation just in case it bound in A. Otherwise *s* is a *non-default* situation. (WOLTER, 2006, p. 64)

(D) $[[this_n]]$: $XP.P(s_n)$ is a singleton set and s_n is non-default and $\iota x.P(x)(s_n)$ is proximal to the speaker
If defined, denotes $\iota x.P(x)(s_n)$. (WOLTER, 2006, p. 109, **numeração nossa**)

Analisemos, então, o que a formalização acima nos diz a respeito da diferença entre o artigo definido ‘the’ e os demonstrativos ‘that’ e ‘this’. Em (A) e em (B), os itens lexicais ‘the’ e ‘that’ vem acompanhados de um parâmetro *n* que se liga à variável de situação (s_n). Esse parâmetro é responsável por estabelecer o tipo de situação em que a variável *s* é avaliada: se se tratar de uma DDEF, ela será avaliada em

⁹⁹ Não defendemos aqui que ‘esse/este’ e ‘aquele’ sejam traduções razoáveis de ‘this’ e ‘that’, mas apenas aproximações que podem ser feitas para entendermos a teoria proposta por Wolter (2006).

uma situação *default* (*s1*); e se se tratar de uma DDEM, ela será avaliada em uma situação *non-default* (*s2*). Em (C), tem-se expresso que, se a variável *s* é uma situação *default* (*s1*), ela deve ser avaliada no mesmo contexto que a variável de situação *default* (*s1*) do predicado principal da sentença; e se a variável *s* é uma situação *non-default* (*s2*), a sentença será avaliada em dois contextos, um para o predicado principal (*s1*) e outro para o predicado da DDEM (*s2*)¹⁰⁰. Em (D), para a entrada lexical de ‘this’, tem-se exatamente a mesma formalização de (B), com o acréscimo de um traço [+ proximal], característico desse demonstrativo.

Como podemos ver, a diferença entre os três itens acima se dá exclusivamente com relação às pressuposições que eles carregam; nessa teoria, o item com mais pressuposição seria ‘this’, que tem, no total, três pressuposições (como mostra sua formalização: ‘singleton set’, ‘non-default situation’; e ‘proximal to the speaker’).

Desse modo, com essa formalização bastante enxuta das entradas lexicais dos determinantes demonstrativos, a teoria de Wolter (2006) consegue explicar de maneira bastante sucinta e eficiente como se dão as realizações dos usos dêiticos, anafóricos e atributivos das DDEMs, partindo da mesma forma lógica que ela dá a essas expressões. Vejamos agora como essa teoria captura os três usos da DDEM.

3.3.3.4 Explicando os usos das DDEMs pela teoria de Wolter (2006)

3.3.3.4.1 Usos referenciais

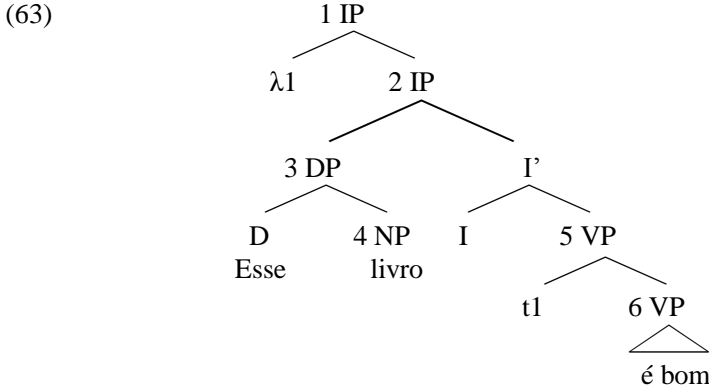
Retomemos o exemplo (55) anteriormente mencionado, agora como (62):

(62) [CONTEXTO: há vários livros numa prateleira; um falante aponta e para um livro e diz:]

Esse livro é bom!

¹⁰⁰ Note que, na formulação de Wolter (2006), ela fala em variável de situação presa (*bound*); trata-se de uma implementação sintática da ideal de que a variável de situação está ligada a um operador sintático não pronunciado que se realiza em IP e sob o qual tudo o que está abaixo será avaliado. Esse operador pode se referir à situação discursiva de proferimento ou a uma situação instaurada por um operador modal, esgotando as possibilidades que vimos acima. Essa saída sintática é interessante, mas não é necessária para implementar as ideias de Wolter (2006), como ela mesmo diz (p. 66). Seja como for, é saída que usaremos para ilustrar seus exemplos.

Seguindo-se a formalização de Wolter (2006), a derivação semântica de (62) irá contar com duas variáveis de situação, uma variável (s) para a situação *default* em que se avalia o predicado principal da sentença ‘é bom’ e uma variável (s_2) – que se estabelece por vias do apontamento realizado pelo falante para um dos livros – para a situação *non-default* em que é avaliado o predicado ‘livro’ inserido na DDEM. Desse modo, temos¹⁰¹:



[[6]] = $\lambda s \lambda x. \acute{e}\text{-bom}(x)(s)$

[[5]] = $\lambda x. \acute{e}\text{-bom}(x)(sI)$

[[4]] = $\lambda s \lambda x. \text{livro}(x)(s)$

[[esse_n]] = $XP.P(s_n)$ é um conjunto unário e s_n é *non-default* e $\iota x.P(x)(s_n)$ é próximo ao falante. Se definido, denota $\iota x.P(x)(s_n)$

[[3]] = $\iota x. \text{livro}(x)(s_2)$

[[2]] = $\acute{e}\text{-bom}(\iota x. \text{livro}(x)(s_2))(sI)$

[[1]] = $\lambda s. \acute{e}\text{-bom}(\iota x. \text{livro}(x)(s_2))(s)$

¹⁰¹ Com relação à representação sintática, como já adiantamos, cabe acrescentar: “Percus (2000) proposes a structural implementation of these constraints [i.e., as situações segundo as quais predicados são avaliados] which allows us to be very explicit about the relevant generalizations. In Percus’s system, an abstraction operator moves from VP to adjoin to IP, syntactically and semantically binding the situation argument of the main predicate. This ensures that the situation variable associated with the main predicate will always be locally bound, with its value set either by a c-commanding intensional operator or (in the case of the highest VP) by interpretation relative to the discourse context.” (Wolter, 2006, p. 66).

A partir da derivação em (63), torna-se possível mostrar como a teoria de Wolter captura os usos referenciais das DDEMs. Além disso, como adiantamos acima, o apontamento tem um papel fundamental na teoria de Wolter: ele é usado não para indicar o referente, mas sim para o estabelecimento de uma situação *non-default*; em outras palavras, e um tanto metaforicamente, o apontamento recorta uma situação menor na qual as outras pressuposições do demonstrativo serão satisfeitas (caso ele receba algum valor). Mais do que indicar o que o falante quer dizer, pura e simplesmente, o apontamento na teoria de Wolter dá aos demonstrativos uma composicionalidade igual à que temos com os definidos, ou seja, com um apontamento o falante não ignora o NP do ponto de vista proposicional para atingir um referente diretamente, mas sim indica qual é a situação na qual, através do conteúdo do NP, o ouvinte deve buscar o referente.

Vejamos agora um exemplo de uso anafórico.

3.3.3.4.2 Usos anafóricos

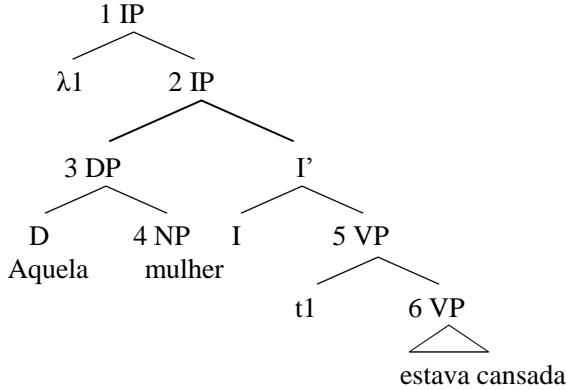
Retomemos o exemplo (56)-(56a) apresentado anteriormente, agora como (64):

(64) Uma mulher(i) entrou pelo lado esquerdo do palco e outra mulher(j) entrou pelo lado direito do palco.

(64a) Aquela mulher(i) estava cansada.

Do mesmo que na derivação em (63), a derivação semântica de (64) irá contar com duas variáveis de situação: (*s*) para a situação *default* em que se avalia o predicado principal da sentença ‘estava cansada’ e uma variável (*s*₂) – que estabelece a identificação do antecedente ‘uma mulher’ por meio traço do [– próximo] de ‘aquele’ – para a situação *non-default* em que é avaliado o predicado ‘mulher’ inserido na DDEM. Desse modo, temos, para (64a):

(65)


 $[[6]] = \lambda s \lambda x. \text{estava-cansada}(x)(s)$
 $[[5]] = \lambda x. \text{estava-cansada}(x)(sI)$
 $[[4]] = \lambda s \lambda x. \text{mulher}(x)(s)$

$[[\text{aquela}_n]] = XP.P(s_n)$ é um conjunto unário e s_n é *non-default*. Se definido, denota $\iota x.P(x)(s_n)$

 $[[3]] = \iota x. \text{mulher}(x)(s2)$
 $[[2]] = \text{estava-cansada}(\iota x. \text{mulher}(x)(s2))(sI)$
 $[[1]] = \lambda s. \text{estava-cansada}(\iota x. \text{mulher}(x)(s2))(s)$

A derivação em (65) é rigorosamente a mesma que em (63). A diferença entre elas está apenas no modo como a situação *non-default* é estabelecida: no uso referencial, por meio de um apontamento e, no uso anafórico, por meio de uma regra linguística. Trata-se, evidentemente, de uma diferença que se estabelece no uso linguístico das expressões, por isso essa diferença não é e nem deve ser representada na derivação semântica.

3.3.3.4.3 Usos atributivos

Wolter (2006) faz uma série de observações interessante com relação a usos atributivos de DDEMs e conclui que eles são possíveis somente quando há algum tipo de modificação pós-nominal (pp. 111-113):

(66) Aquele aluno que tirou 10, seja ele quem for, deve ser um gênio.

(67) Aquele herói que matou o dragão podia ter sido uma outra pessoa¹⁰².

(68) Essa pessoa que inventou o computador é um gênio.

(69) ?? Esse inventor do computador é um gênio.

(70) Aquele número primo que é o menor interessa bastante aos matemáticos.

(71) ?? Aquele menor número primo interessa bastante aos matemáticos.

O mecanismo que vimos em Elbourne (2008) para capturar a distinção *de dicto/de re* pode ser usado, *mutatis mutandis*, para dar conta de usos referenciais e atributivos, ou seja, podemos modelar essas interpretações através das variáveis de situação/mundo possível na qual os predicados nominais são avaliados. Considerando primeiramente as DDEFs, tomemos o exemplo abaixo de Wolter (2006):

(30) The man in the purple turtleneck is bald.
(referential)

$\lambda s. \text{bald}(\lambda x. \text{man-in-purple-turtleneck}(x)(s^*))(s)$

(31) The man in the purple turtleneck is bald.
(attributive)

$\lambda s. \text{bald}(\lambda x. \text{man-in-purple-turtleneck}(x)(s))(s)$.

(WOLTER, 2006, p. 126; **numeração da autora**)

Na interpretação referencial, a DDEF ‘the man’ é interpretada na situação que corresponde ao (modelo do) mundo atual, ao passo que na interpretação atributiva não é esse o caso, como a marcação nas variáveis de situação indica.

Olhando agora para as DDEMs, lembremos que, pela definição de Wolter (2006), elas devem atuar numa situação *non-default*, ou, em termos mais técnicos, devem ser avaliadas segundo situações diferentes daquelas usadas para avaliar o predicado principal de uma sentença¹⁰³. O próximo passo de Wolter (2006) é argumentar que modificadores pós-nominais podem introduzir variáveis de situação independentes (i.e.,

¹⁰² A leitura atributiva dessa sentença é particularmente problemática para qualquer teoria referencial, afinal, se ‘aquele herói que matou o dragão’ for interpretado referencialmente ele terá como valor, por exemplo, João, e a sentença diria então ‘João podia ter sido uma outra pessoa’, algo que é contraditório para as teorias de referência rígida, que pregam que a relação de identidade, se verdadeira, é uma necessidade. Por outro lado, uma interpretação que diz que ‘aquele herói que matou o dragão’ (seja ele quem for) podia ter sido outra pessoa é verdadeira e aceitável.

¹⁰³ Na verdade, é o NP das DDEMs que tem essas restrições, conforme vimos nas seções anteriores.

diferentes) daquelas sob as quais os predicados principais são avaliados¹⁰⁴; como diz a própria autora:

If postnominal modifiers are in general “modally independent” from head nouns, as well as from the main predicate, it would not be that surprising for a postnominal modifier to introduce a new situation variable. In other words, postnominal modifiers are exactly the constituents that we might expect to mediate between the demonstrative determiner’s [non-default] feature and the covariation necessary for an attributive or opaque interpretation. (WOLTER, 2006, p. 148)

Em outras palavras, a situação introduzida por um modificador pós-nominal de uma DDEM pode ser usada para prender a variação de situação do NP que compõe a DDEM, sendo ainda uma situação *non-default*, mas permitindo uma variação modal. Sem um modificador pós-nominal, o apontamento determinará uma situação *non-default* específica, que permitirá apenas leituras referenciais¹⁰⁵.

Não entraremos aqui na implementação sintática dessa ideia, e nos limitaremos a ilustrar o que acontece do ponto de vista semântico com a sentença a seguir:

(72) Aquele hominídeo que descobriu o fogo é um gênio. = AH
 [[AH]] = $\lambda s. \text{é-um-gênio}(\iota x. \text{hominídeo}(x)(s_2)) \wedge \text{descobriu-o-fogo}(x)(s_2))(s)$

Como podemos ver pela fórmula acima, a variável de situação para ‘hominídeo’ e ‘descobriu o fogo’ é a mesma e é diferente da situação *default* na qual o predicado principal, ‘é um gênio’, será avaliada.

Na sequência, como fizemos para Roberts (2002) e Elbourne (2008), vejamos de que maneira Wolter (2006) lida com demonstrativos simples e com o problema da “troca de lugar”.

¹⁰⁴ Mais uma vez, dado que as situações nas quais os predicados principais são avaliados são situações máximas, quaisquer outras situações serão partes próprias delas, satisfazendo as definições oferecidas por Wolter (2006).

¹⁰⁵ Caso não haja, por um lado, um modificador pós-nominal e, por outro, nem um apontamento ou qualquer outra manobra para instaurar uma situação *non-default*, a DDEM não terá um referente devido a uma falha de pressuposição.

3.3.3.5 Demonstrativos simples e o problema da “troca de lugar” para a teoria de Wolter (2006)

De modo muito semelhante ao que faz Elbourne (2008), Wolter (2006) argumenta que em casos pronominais o que temos é uma propriedade nominal – nunca abertamente/superficialmente realizada –, cuja contribuição é algo estritamente não informativo. Como diz a própria autora:

If personal and demonstrative pronouns have the same lexical semantics as determiners, as I will argue in this chapter, then each pronoun has a property argument but no (overt) NP complement to saturate it. (p. 168).

One possible assumption on this line of thinking is that the property argument is saturated with a completely uninformative property like $\lambda x. x \in D_e$ [...] (WOLTER, 2006, p. 168).

Sendo assim, o resultado da classificação dos definidos, espelhando a tipologia proposta pela autora será (p. 168):

	default situation	non-default situation
descriptive content	definite descriptions	demonstrative descriptions
no descriptive content	personal pronouns	demonstrative pronouns

Novamente, temos uma teoria elegante e econômica para lidar com uma grande quantidade de casos.

Retomemos, agora, o problema da troca de lugar:

(73) Se João e Maria trocassem de lugar, a pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

(74) Se João e Maria trocassem de lugar, essa pessoa para quem eu estou apontando seria uma mulher.

Para explicar o contraste entre (73) e (74), e a falta de uma leitura verdadeira para (74), Wolter (2006) argumenta que uma DDEF

pode, mas não precisa, ter um uso dêitico, mesmo acompanhada de um apontamento – de fato, (73) tem duas leituras, e a leitura dêitica é falsa no contexto sugerido. A diferença é que uma DDEF pode ter duas leituras aqui, ao passo que uma DDEM só tem leitura dêitica. Por quê?

No contexto descrito, há duas situações que podem ser consideradas para a interpretação da DDEF: a situação de proferimento e aquela resultante da interpretação modal (se... então...); uma delas gera uma interpretação verdadeira e outra, uma falsa. Contudo, para o caso da DDEM, a única possibilidade é uma leitura dêitica: a única situação *non-default* acessível para a DDEM é a instaurada pelo apontamento. Na verdade, a explicação da Wolter (2006) tem a ver também com a pragmática desses usos: se o falante usa (i) uma DDEM, sabendo que (ii) uma DDEM precisa de uma situação *non-default*, e que (iii) um apontamento instaura uma situação *non-default*, e (iv) aponta para uma pessoa, então por que o falante violaria tudo o que fez de (i)-(iv) e excluiria um uso dêitico? Seria uma saída pouco razoável, e, por isso, a DDEM, no exemplo da troca, tem uso dêitico, e assim não interage com o operador modal. Os passos de (i) a (iv) não se aplicam a DDEF que pode, como dissemos, ter uma interpretação não dêitica.

Essa explicação pode ser mais bem desenvolvida, mas ela mostra, mais uma vez, que o problema colocado por Kaplan (1989) pode ser explicado por uma teoria descritivista.

Passemos, na sequência, a algumas considerações sobre o trabalho de Wolter.

3.3.3.6 Considerações a respeito do trabalho de Wolter (2006)

Nossas investigações têm mostrado que a formalização de Wolter (2006) para a semântica das DDEFs e DDEMs recobre fenômenos acerca desses termos que vão além daqueles que a autora se propõe a resolver em sua tese. Um caso claro dessa constatação está relacionado à possibilidade de leitura genérica das DDEFs e DDEMs.

No Capítulo II, apresentamos que DDEFs e DDEMs podem ter leitura genérica quando denotam espécies e subespécies. DDEFs denotam sempre a espécie referente ao nível de categorização mais alto expresso pelo NP descritivo que a compõe, ao passo que as DDEMs denotam a (sub)espécie referente ao nível de categorização que está logo abaixo ao nível mais alto expresso pelo NP descritivo que a compõe. Ou seja, a DDEM “alcança” uma subespécie em relação à denotação do NP.

Acreditamos que a intuição por trás da teoria de Wolter (2006) captura essa diferença entre as leituras genéricas de DDEFs e DDEMs, visto que a autora propõe que a característica semântica de uma DDEM é restringir a situação de avaliação de um predicado para um subsituação menor. Certamente, ao conciliar a proposta de Wolter com outras manobrateóricas, pode ser possível explicar como e por que uma DDEM restringe sua denotação para uma subespécie, em sua leitura genérica¹⁰⁶.

Acreditamos que essa previsão correta da teoria de Wolter para um fenômeno que não está no escopo de investigação do seu trabalho conta como argumento a favor para se considerar sua tese ainda mais forte.

Além disso, assim como no caso do trabalho de Elbourne (2008), a teoria de Wolter (2006) tem um alcance empírico bastante abrangente. Mas, indo além das qualidades da teoria de Elbourne, a teoria de Wolter se mostra muito mais simples e sucinta, explicando a mesma gama de fenômenos com muito menos apelo a manobras técnicas formais. A teoria proposta pela autora, a nosso ver, tem diversos méritos, dentre eles o mais interessante é capturar a intuição do falante a respeito da semântica das DDEMs de maneira bastante simples e econômica. Tem-se na teoria de Wolter uma demonstração genuína de como se elabora uma teoria científica com base no princípio da navalha de Occam, pois nos convence de que todos os usos das DDEMs podem ser abarcados dentro de uma mesma formalização, respeitando, ainda, sua similaridade com a forma lógica de outros termos da linguagem, a exemplo das DDEFs.

Uma classe de fenômenos não tratados por Wolter (2006), mas que são o mote da teoria de Elbourne (2008) são os usos descritivos de indexicais e demonstrativos – os exemplos em que, mesmo o indexical não tendo uma propriedade expressa, há uma propriedade na proposição veiculada, como no caso de (31), repetido abaixo:

(31) Ele costuma ser italiano. (apontando para Bento XVI)

A existência, e grande frequência, desse tipo de uso é inegável, mas a maneira como exatamente explicá-lo é material de grande controvérsia. A saída de Elbourne (2008), baseada nos *insights* de

¹⁰⁶ Basso e Vogt (2013) já apresentam uma proposta de como conciliar a teoria de Wolter (2006) com teorias sobre definidos genéricos, de modo a explicar como uma DDEM genérica denota subespécie.

Nunberg (1993), é bastante interessante, mas talvez não seja a única possibilidade. Um caminho futuro seria propor uma análise dentro do quadro da proposta de Wolter (2006) que acomode esses usos, sem alterar sua intuição básica. Esse problema, como tantos outros que vimos, seguem indicados e como questões a serem ainda resolvidas.

CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROBLEMAS EM ABERTO

A aceitação de uma teoria científica por determinada comunidade de pesquisadores é um evento um tanto complexo, ou melhor dizendo, na verdade, é um conjunto de eventos pelos quais os cientistas tomam conhecimento da teoria, consideram seu poder explicativo em relação a um determinado domínio de fenômenos, sua plausibilidade em face da tradição científica já estabelecida, avaliam experimentos que lhe deram certa confirmação até o momento etc. Depois de tais considerações, muitos cientistas poderão inclinar-se a favor da teoria, assim como outros, naturalmente, menos simpáticos, por um motivo ou por outro, procurarão expressar suas desconfianças em objeções de vários tipos, como, por exemplo, imaginando experimentos que possam mostrar erros na teoria.

*Luiz H. A. Dutra, 2009. **Introdução à teoria da ciência**. Florianópolis: Editora UFSC.*

Nesta seção final, olharemos novamente para as principais teorias sobre a semântica das DDEMs que discutimos ao longo deste trabalho – Kaplan (1989[1977]), Dever (2001), Roberts (2002), Elbourne (2008) e Wolter (2006). Nessa nova observação, avaliaremos os postulados e manobras teóricas que os autores utilizam para formularem suas teorias, buscando eleger qual das propostas descreve a forma lógica para as DDEMs que pode ser considerada a mais coerente, orgânica e compatível com os dados do PB.

4.1 AVALIANDO AS TEORIAS DISCUTIDAS

Como deve ser uma teoria que descreva e explique a semântica das DDEMs no PB? Ou, pelo menos, como acreditamos que deva ser tal teoria? Em nossa busca por uma teoria que melhor abarque os dados do PB, levaremos em conta a hierarquia de critérios abaixo, que acreditamos ser um bom parâmetro de análise para se elencar uma descrição da semântica das DDEMs no PB:

- (i) CRITÉRIO A: O alcance empírico da teoria.
- (ii) CRITÉRIO B: A adequação da teoria a princípios gerais das teorias linguísticas.
- (iii) CRITÉRIO C: A aproximação da forma lógica da DDEM com a dos demais termos da classe que ela compõe.
- (iv) CRITÉRIO D: A adequação da teoria ao *Princípio da Parcimônia* (Navalha de Occam)

Cabe fazer algumas considerações sobre os critérios (i), (ii), (iii) e (iv) apresentados acima.

Sobre o CRITÉRIO A, consideramos por “alcance empírico da teoria” a sua capacidade explicativa de contemplar ou não os três usos linguísticos principais das DDEM – referencial, atributivo e anafórico – a partir de uma mesma forma lógica para a semântica do termo.

Sobre o CRITÉRIO B, consideramos que as teorias avaliadas devam estar em consonância com discussões relativamente estabilizadas dentro das teorias linguísticas, como a noção de constituinte sintático, o *Princípio de Composicionalidade da Sentença*, o *Princípio de Inocência Semântica*, a distinção *semântica vs uso*, etc. Caso alguma teoria não esteja de acordo com um ou outro desses princípios, ela deve se justificar refutando tal princípio.

Para o CRITÉRIO C, levamos em conta o que já defendemos nos Capítulos I e II: que DDEMs pertencem à classe dos definidos, devendo haver similaridades semânticas e sintáticas entre elas e esses termos; e ainda, DDEMs possuem um paralelo sintático-semântico bastante ajustado às DDEFs, formando, ambas, um subgrupo dentro da classe dos definidos, o que deve conferir mais características em comum a elas entre si do que em relação aos demais definidos.

Por fim, adotaremos, por último, o CRITÉRIO D para avaliar a qualidade das teorias em relação à economia de suas explicações. Ressaltamos que só consideraremos o CRITÉRIO D no caso de haverem duas ou mais teorias que atendam satisfatoriamente aos critérios A, B e C, tendo, então, de haver um critério de “desempate” entre elas, que será dado pelo CRITÉRIO D.

4.1.1 Teorias referenciais vs teorias descritivistas

As primeiras observações que fazemos dizem respeito ao embate entre teorias referenciais e teorias descritivistas. Defendemos a

prevalência de qualquer teoria descritivista sobre qualquer teoria referencial, pelo seguinte motivo: as teorias referenciais ferem severamente os princípios A, B e C, enquanto as teorias descritivistas estão em maior confluência com esses princípios.

Mostremos, então, as incompatibilidades das teorias referenciais com (i), (ii) e (iii).

A teoria de Kaplan (1989[1977]) fere o CRITÉRIO A por propor uma análise que dá conta apenas dos usos referenciais das DDEMs, além de considerar que os usos anafóricos desse termo partem de uma forma homófona da DDEM e de prever que não existem usos atributivos para a DDEM. A teoria está em desacordo com o CRITÉRIO B por violar o *Princípio de Inocência Semântica*, inferindo que, numa DDEM, o NP que faz parte do constituinte contribui para o caráter da expressão, enquanto numa DDEF, o NP contribui para o conteúdo. Por último, a teoria de Kaplan está em desacordo com o CRITÉRIO C por aproximar DDEMs e outros indexicais aos nomes próprios, do ponto de vista semântico, afastando-as drasticamente das DDEFs.

A teoria de Dever (2001) não é compatível com o CRITÉRIO A pelos mesmos motivos que a teoria de Kaplan (1989[1977]): descreve apenas os usos referenciais das DDEMs, propõe que os usos anafóricos dessas expressões partem de uma forma homófona e prevê que não existem usos atributivos das DDEMs. Em relação ao CRITÉRIO B, a teoria de Dever consegue contornar, em relação à teoria de Kaplan, a violação do *Princípio de Inocência Semântica*, mas, como consequência da manobra teoria que utiliza para isso, como mostramos no Capítulo III, acaba gerando outros problemas linguísticos ao propor uma estrutura para o constituinte da DDEM que nos parece insustentável do ponto de vista sintático, estando, por isso, em desacordo com o CRITÉRIO B. Por fim, a teoria de Dever fere o CRITÉRIO C por, do mesmo modo que a teoria de Kaplan, aproximar DDEMs e nomes próprios, do ponto de vista semântico, afastando-os das DDEFs.

As teorias descritivistas, por outro lado, estão bem mais alinhadas com os critérios A, B e C, o que as torna, a nosso ver, teorias mais interessantes e mais completas. Concluímos, então, a tese mais forte desta dissertação: teorias que propõem um tratamento diretamente referencial para DDEM são pouco interessantes e incompletas enquanto descrições linguísticas. Acreditamos que este trabalho contribui para a refutação da abordagem diretamente referencial para o tratamento semântico das DDEMs. As teorias desse segmento devem ceder lugar a outras abordagens teóricas que se proponham a descrever a semântica

das DDEMs. Nossa análise defende, como veremos a seguir, que as teorias descritivistas são as que melhor se engajam nessa tarefa.

Passemos, agora, a analisar como as teorias descritivistas que apresentamos até aqui estão elaboradas com relação aos critérios em (i), (ii), (iii) e (iv).

4.1.2 Teorias descritivistas

Apresentaremos, nessa seção, como as teorias descritivistas são muito mais compatíveis com os critérios apresentados em (i), (ii), (iii) e (iv) do que as teorias referenciais, o que as torna descrições linguísticas muito melhores. As três teorias descritivistas que analisaremos são as de Roberts (2002), Elbourne (2008) e Wolter (2006). A teoria de Roberts (2002) parece ser a que mais apresenta problemas em relação aos critérios A, B e C. As teorias de Elbourne (2008) e Wolter (2006), por sua vez, se saem melhor com relação a esses três critérios, sendo ambas possíveis boas descrições para os dados do PB.

4.1.2.1 Roberts (2002)

Apesar de mais condizente com o CRITÉRIO A do que uma teoria referencial, a teoria de Roberts (2002) enfrenta um problema em relação a esse critério: ela não oferece, em sua análise, um tratamento claro para o uso atributivo das DDEMs. A autora chega a comentar, em uma breve seção de seu texto, a existência de DDEMs que não têm nem uso dêitico nem uso anafórico, mas não formula uma explicação para esse terceiro uso da expressão. Ao apresentarmos a teoria de Roberts, no Capítulo III, alegamos que os usos atributivos talvez possam ser abarcados pela formalização da autora por meio de algumas manipulações mais técnicas das ferramentas teóricas de que ela se utiliza. No entanto, e de fato, a autora não faz isso em seu trabalho, de modo que sua teoria acaba não contemplando o CRITÉRIO A completamente.

Quando ao CRITÉRIO B, a teoria de Roberts se mostra bem situada no quadro da semântica dinâmica e, a princípio, parece seguir corretamente os pressupostos teóricos desse modelo. No entanto, há um pequeno detalhe na formalização das pressuposições das DDEMs proposta por Roberts que parece ser, a nosso ver, um problema para a

noção de entrada lexical de um termo: Roberts postula que no uso dêitico a DDEM pressupõe uma demonstração no espaço perceptual, e no uso anafórico pressupõe uma demonstração no discurso, o que é o mesmo que postular que a DDEM é um termo que possui duas entradas lexicais distintas, com pressuposições diferentes. Trata-se, a nosso ver, de um problema de economia teórica que precisa ser contornado.

O CRITÉRIO C é contemplado satisfatoriamente pela teoria de Roberts, pois a autora considera que DDEMs, bem como os demais definidos, são termos que têm sua semântica totalmente composicional. Além disso, Roberts defende claramente, como já apresentado no Capítulo III, que DDEMs e DDEFs estão em um grau de proximidade semântica maior do que em relação aos demais definidos.

Desse modo, temos que a teoria de Roberts (2002) enfrenta alguns problemas enquanto teoria semântica, mesmo sendo mais acurada que uma teoria referencial. Desse modo, acreditamos que a teoria da autora ainda não é suficiente para uma boa descrição dos dados do PB, pois fica a desejar em certos critérios do ponto de vista descritivo e explicativo.

4.1.2.2 Elbourne (2008)

A teoria de Elbourne (2008) está de acordo com o CRITÉRIO A, pois seu alcance empírico dá conta de explicar os usos referenciais, atributivos e anafóricos das DDEMs a partir de uma mesma entrada lexical para os determinantes ‘esse’ e ‘aquele’. O alcance empírico da teoria de Elbourne é bastante amplo e repleto de mérito, pois, além de dar conta dos usos das DDEMs, também explica o comportamento semântico dos usos descritivos dos indexicais.

Quanto ao CRITÉRIO B, a teoria de Elbourne se mostra bem engajada no modelo de semântica de situações, conseguindo combiná-lo com a proposta de Numberg (1993), sem violar os pressupostos teóricos de nenhuma dessas teorias. Nesse aspecto, a teoria de Elbourne supera em muito as teorias referenciais por abarcar uma gama enorme de fenômenos dentro de uma explicação que leva em conta princípios bem definidos e coerentes.

Em relação ao CRITÉRIO C, a teoria de Elbourne também se mostra bem adequada. O autor reúne todos os definidos dentro da mesma teoria, mostrando as similaridades e disparidades entre eles. Para o autor, o determinante demonstrativo e o artigo definido têm entradas

lexicais muito parecidas. Talvez seja correto dizer que, na teoria de Elbourne, DDEFs e DDEMs não formam um subgrupo com características semânticas particulares, dentro da classe dos definidos, pois o próprio autor afirma que sua teoria se propõe a capturar todos os definidos dentro de um mesmo escopo explicativo. Consideramos que esse aspecto da teoria do autor não compromete o CRITÉRIO C, pois se trata apenas de um ponto de vista diferente para a formalização da teoria.

Sendo assim, a teoria de Elbourne se mostra bem casada com os critérios A, B e C, o que nos faz considerá-la uma boa teoria para o tratamento semântico das DDEMs no PB.

4.1.2.3 Wolter (2006)

Assim como na teoria de Elbourne (2008), o alcance empírico da teoria de Wolter (2006) está em consonância com o CRITÉRIO A. A teoria abarca os usos referenciais, atributivos e anafóricos das DDEMs a partir de uma mesma entrada lexical para demonstrativos ‘esse(a)’ e ‘aquele(a)’ e também captura fenômenos acerca das DDEMs que nem foram contemplados em sua formulação, como no caso das leituras genéricas com restrição de denotação para subespécie, como mostramos no Capítulo III. Da mesma forma que em Elbourne (2008), a teoria de Wolter é repleta de méritos quanto a seu alcance empírico.

O CRITÉRIO B também é satisfeito pela teoria de Wolter. A autora lança mão de uma formalização bastante simples e sucinta, com base em um *insight* poderoso, e consegue assim dar conta de uma proposta de análise bem ampla a partir uma explicação baseada em alguns poucos princípios que não conflitam com nenhum princípio mais elementar das teorias linguísticas.

No que diz respeito ao CRITÉRIO C, a teoria de Wolter captura com maestria as intuições que apresentamos a respeito do paralelo sintático-semântico entre DDEFs e DDEMs no Capítulo II. A autora estabelece, como vimos anteriormente, uma tipologia dos definidos que os agrupa em dois grandes grupos carregados de particularidades sintáticas e semânticas, sendo um deles o que contém apenas as DDEFs e DDEMs. Nesse aspecto, consideramos a teoria de Wolter a que melhor captura nossas intuições a respeito dos dados do PB em relação à proximidade entre DDEFs e DDEMs.

Desse modo, a teoria de Wolter (2006) pode ser também considerada uma boa teoria para o tratamento semântico das DDEMs no PB.

4.2 ADOTANDO UMA PROPOSTA PARA O PB: ELBOURNE (2008) VS WOLTER (2006)

Tanto a teoria de Elbourne (2008) quanto a teoria de Wolter (2006) estão de acordo com os critérios A, B e C que tomamos como parâmetro para avaliá-las, o que possibilita que ambas sejam adotadas como suporte para a descrição da semântica das DDEMs no PB. Entretanto, mesmo ressaltando-se que cada uma tem suas qualidades particulares, defendemos que a teoria de Wolter (2006) é mais interessante que a teoria de Elbourne (2008) do ponto de vista de economia teórica.

Nossa compreensão é de que a teoria de Wolter (2006) está mais de acordo com o CRITÉRIO D, apresentado em (iv), do que a teoria de Elbourne (2008). As duas teorias têm alcances empíricos equivalentes, mas a teoria de Wolter consegue explicar os dados por meio de uma formalização mais enxuta, que demanda menos ferramentas teóricas que a teoria de Elbourne, como fica visível na comparação entre as formalizações que cada autor dá para as entradas lexicais dos demonstrativos:

(1) $[[this_n]]$: $XP.P(s_n)$ is a singleton set and s_n is non-default and $ix.P(x)(s_n)$ is proximal to the speaker.

If defined, denotes $ix.P(x)(s_n)$.

(2) $[[that_n]]$: $XP.P(s_n)$ is a singleton set and s_n is non-default.

If defined, denotes $ix.P(x)(s_n)$

(3) $[[esse]]^{w,h,a,t} = \lambda x. \lambda f_{\langle e, se, st \rangle} . \lambda g_{\langle se, st \rangle} \lambda s. \iota z(f(x)(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ g(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ \text{próximo}(x,w,a,t))$

(4) $[[aquele]]^{w,h,a,t} = \lambda x. \lambda f_{\langle e, se, st \rangle} . \lambda g_{\langle se, st \rangle} \lambda s. \iota z(f(x)(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ g(\lambda s'.z)(s) = 1 \ \& \ \text{distante}(x,w,a,t))$

Em (1) e (2) temos a proposta de Wolter (2006) para a formalização das pressuposições de ‘esse’ (‘this’) e ‘aquele’ (‘aquele’), e em (3) e (4) temos a proposta de Elbourne (2008) para os mesmos itens, respectivamente.

Os resultados de cada fórmula são os mesmos, porém a formalização de Elbourne necessita lançar mão de um componente lógico a mais em sua fórmula, expresso por $\lambda f_{\langle e, \text{set} \rangle}$, que corresponde ao *componente relacional* R adotado dos *insights* da teoria de Numberg (1993). Elbourne utiliza esse componente R em sua fórmula para explicar como se dá a relação entre o NP da DDEM e seu índice *i* (o indivíduo denotado). Em Wolter, essa relação não precisa ser expressa pelo acréscimo de um componente à fórmula, pois ela se dá entre o parâmetro *n* da variável de situação e o tipo de situação (*non-default*) onde os pressupostos de existência e univocidade da denotação são satisfeitos, que é algo contextual. Ou seja, *grosso modo*, a relação R, que em Elbourne é algo que faz parte da forma lógica, em Wolter é computada como contexto, o que torna a fórmula da autora mais simples.

Desse modo, por adotarmos o *Princípio de Parcimônia* como um critério para se eleger a teoria melhor para o tratamento semântico das DDEMs, consideramos que é em Wolter (2006) que encontramos a melhor proposta para a semântica dessas expressões. Sendo assim, diante da revisão e análise bibliográfica realizada nesta dissertação, temos que, até o presente momento de nossos estudos, para se tratar os dados referentes à semântica das DDEMs no PB, a teoria apresentada em Wolter (2006) é a que melhor pode cumprir essa tarefa. Resta notar, contudo, que Wolter (2006) não mostra como capturar os usos descritivos dos indexicais em sua teoria; para que ela seja de fato a teoria mais econômica, seria precisa elaborar uma explicação para os indexicais descritivos que lançasse mão exclusivamente de mecanismos independentemente dos motivos – essa é uma tarefa ainda por ser feita, mas a julgamos possível.

4.3 PROBLEMAS EM ABERTO

Na seção anterior apontamos a teoria de Wolter (2006) como a mais compatível com a descrição dos dados do PB. Entretanto, há uma característica relacionada aos demonstrativos do PB que parece não encontrar sua explicação na teoria de Wolter. Trata-se da existência dos demonstrativos ‘isso’ e ‘aquilo’ no PB e suas incompatibilidades sintático-semânticas com os demonstrativos ‘esse’ e ‘aquele’.

No inglês só há as formas ‘this’ e ‘that’ para demonstrativos, podendo elas serem acompanhadas de um NP pronunciado ou não. Para

Wolter (2006), ambos atuam como determinantes, ora com NP expresso, ora apagado, assim como demonstramos ocorrer com ‘esse’ e ‘aquele’ no PB, no Capítulo II. Entretanto, no PB, há demonstrativos – ‘isso’ e ‘aquilo’ – que se mostram totalmente diferentes sintática e semanticamente dos demonstrativos ‘esse’ e ‘aquele’, como veremos a seguir.

Do ponto vista sintático, como já vimos no Capítulo II, os demonstrativos ‘esse’ e ‘aquele’ estão em distribuição complementar com os outros determinantes do PB – artigo definido e indefinido – pois podem ter um NP como complemento. Por outro lado, o mesmo não vale para os demonstrativos ‘isso’ e ‘aquilo’, pois eles não admitem um NP como complemento, parecendo estar em distribuição complementar com pronomes definidos e nomes próprios:

- (5) DP[Um NP[aluno]] tirou 10,0 na prova.
- (6) DP[O NP[aluno]] tirou 10,0 na prova.
- (7) DP[Este/aquele NP[aluno]] tirou 10,0 na prova.
- (8) * DP[Isso NP[aluno]] tirou 10,0 na prova.
- (9) * DP[Ele NP[aluno]] tirou 10,0 na prova.
- (10) * DP[Pedro NP[aluno]] tirou 10,0 na prova.

Também do ponto de vista sintático, percebe-se que o NP que compõe a DDEM pode ser apagado, mantendo-se a mesma estrutura sintática, em que é possível recuperar anaforicamente a informação da propriedade nominal no discurso. No caso de ‘isso’ e ‘aquilo’, essa propriedade parece não se aplicar, o que favorece a hipótese de que ele não projeta NP como complemento:

- (11) Pergunta: Qual [copo(i)] você quebrou?
- (11a) Resposta: DP[Esse/aquele NP[Ø(i)]] que caiu no chão.
- (11b) Resposta: *DP[Isso/aquilo NP[Ø(i)]] que caiu no chão.

Quanto aos usos, ‘isso’ e ‘aquilo’ têm se mostrado diferentes das DDEMs: constatamos, até aqui, que eles não podem ter uso atributivo e, no uso anafórico, se mostram diferentes quanto ao tipo de antecedente que retomam. Conforme Basso (2009), DDEMs retomam antecedentes [+nominais], DPs, mas o item ‘isso’ não pode ser anáfora de DP:

(12) Maria se casou com um empresário(i) e esse empresário(i) é milionário.

(13) ?Maria se casou com um empresário(i) e isso(i) é milionário.

Quanto às diferenças semânticas, orações relativas nominais podem ter tanto leitura restritiva ou apositiva, quando adjungidas à DDEMs, mas só têm leitura apositiva quando adjungidas aos demonstrativos ‘isso’ e ‘aquilo’. Nesse aspecto, ‘isso’ e ‘aquilo’ se assemelham a nomes próprios, como vimos na crítica à Dever (2001) no Capítulo III:

(14) Esse livro que está mais ao canto da prateleira é o meu livro preferido. (ambíguo)

(15) Isso que está mais ao canto da prateleira é o meu livro preferido (apenas leitura apositiva)

Todo esse conjunto de evidências indica que os demonstrativos ‘isso’ e ‘aquilo’ não são complementados por predicados descritivos, pronunciados ou elididos. Dessa forma, eles se assemelham muito mais a nomes próprios do que a DDEMs. Ficam, então, algumas perguntas: qual seria a semântica das expressões ‘isso’ e ‘aquilo’ no PB? É possível conceber uma teoria que agrupe ‘esse(a)’, ‘aquele(a)’, ‘isso’ e ‘aquilo’ dentro de uma mesma classe semântica? Ou são classes diferentes?

Outro problema interessante e que precisa ser ainda resolvido é, como indicamos, o estabelecimento preciso das diferenças espaciais, e outras, em ‘esse’ e ‘aquele’ – dizer simplesmente que um é [+ próximo] e outro não é apenas o começo dessa complexa e importante questão.

Finalmente, resta dizer que, como não podia deixar de ser, encerramos esta dissertação deixando tais perguntas em aberto e ainda outras, que merecem ser respondidas no futuro.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, B. **Reference**. New York: Oxford University Press, 2010.

BASSO, R. M. **A Semântica das Relações Anafóricas entre Eventos**. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

BASSO, R. M.; TEIXEIRA, L. R. **Monstros no discurso (meta)ficcional**. Revista Letras (UFPR), v. 83, p. 133–162, 2011.

BASSO, R. M.; TEIXEIRA, L. R.; VOGT, D. **Indexicais**. In: TAVEIRA DA CRUZ, R. As interfaces de gramática. Curitiba: Ed. CRV, pp. 53-72, 2012.

BASSO, R. M.; VOGT, D. **Weak demonstratives: are there any?** Belém/PA: Revista da Abralin, 2013.

BOWDLE, B. F.; WARD, G. **Generic Demonstratives**. Proceedings of the Twenty-First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society: General Session and Parasession on Historical Issues in Sociolinguistics/Social Issues in Historical Linguistics, 1995, pp. 32-43.

BORG, E. **Complex Demonstratives**. Philosophical Studies, 97, p.229-249, 2000.

BRAUN, D. **Indexicals**. Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2012. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/indexicals/>. Acesso em 09/09/2013

_____. **Complex demonstratives and their singular contents**. Linguistics and Philosophy, 31, p. 57 – 97, 2008.

BRAUN, D. **Structured Characters and Complex Demonstratives**. Philosophical Studies, 74, p.193-219, 1994.

BRESSANE DUARTE, M. **A semântica das descrições definidas e demonstrativas: um estudo sobre a teoria de Lynsey Wolter**. Trabalho de conclusão de curso – Universidade federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

CARLSON, G.N. **A unified analysis of the English bare plural.** *Linguistics and Philosophy*, 1, pp. 413-57, 1996.

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

DEVER, J. **Complex Demonstratives.** *Linguistics and Philosophy*, 24, p.271-330, 2001.

DONNELLAN, K. **Reference and Definite Descriptions.** In: *The Philosophical Review*, 75, 1966, p. 281 – 304.

DUTRA, L. H.de A. **Introdução à teoria da ciência.** Florianópolis: Editora UFSC, 2009.

ELBOURNE, P. **Demonstratives as individual concepts.** In: *Linguistics and Philosophy*, 31, p. 409–466, 2008.

_____. **Situations and individuals.** Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem.** São Paulo: Cultrix, 1978[1892], p. 59 – 86.

GEURTS, B. **Presuppositions and Pronouns.** Amsterdam: Elsevier, 1999.

GRAÇA, A. S. **Referência e Denotação: um ensaio acerca do sentido e da referência de nomes e descrições.** Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2003.

GROENENDIJK, J.; STOKHOF, M. **Dynamic predicate logic.** *Linguistics and Philosophy*, Vol. 14, no. 1, pp. 39-100, 1991.

HEIM, I. **The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases.** Tese (Doutorado) – University of Massachusetts. GLSA: Amherst, MA, 1982.

_____. **Features on Bound Pronouns.** In.: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. (eds.). *Phi Theory: Phi-Features across*

Modules and Interfaces. Oxford: OUP, pp. 35-56, 2008.

HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

JOHNSON, K; LEPORE, E. **Does Syntax Reveal Semantics? A Case Study of Complex Demonstratives**. *Philosophical Perspectives*, 16: 707-34, 2002.

KAMP, Hans. **A theory of truth and semanticrepresentation**. In: GROENENDIJK, J; JANSSEN, T.; STOKHOF, M. (eds.) *Formal methods in the study of languages*, Amsterdam, The Netherlands: Mathematical Centre, 277–322, 1981.

KAPLAN, David. (1977 [1989]). **Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives an Other Indexicals**. In: ALMOG, J; PERRY, J; WETTSTEIN, H. (ed.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford Univesity Press. (pp. 483 - 563).

KARTTUNEN, L. **Discourse referents**. In: MCCAWLEY (ed.), J.D. *Syntax and Semantics 7: Notes from the Linguistic Underground*. New York: Academic Press, pp. 363-85, 1976.

KING, J. **Complex Demonstratives: a quantificational account**. Cambridge: MIT Press, Cambridge, 2001.

KRIPKE, S. (1980). **Naming and Necessity**. Cambridge, MA: Harvard University Press.

MILL, J. S. **A System of Logic**. 8.ed. Londres: Longmans, 1961[1843].

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo Manual de Sintaxe**. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2004.

MIOTO, C.; NEGRAO, E. V. **As sentenças clivadas não contêm uma relativa**. In: Castilho, A.T.; M.A.T. Moraes; R. E.V. Lopes; S.M.L. Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. 1ed.S. Paulo, Campinas: FAPESP, Pontes ed., 2007, v. , p. 159-184.

NEALE, S. **Descriptions**. Cambridge: MIT Press Books, 1990.

_____. **Term Limits**. *Philosophical Perspectives*, 7, p.89-124, 1993.

NUNBERG, G. **Indexicality and deixis**. *Linguistics and Philosophy*, n. 16, p. 01-43, 1993.

OTHERO, G. de A. **A gramática da frase em português: algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PERRY, J. **Indexicals and demonstratives**. In: HALE, B; WRIGHT, C. (ed.). *A Companion to the Philosophy of Language*. Blackwell Publishing Ltd, pp.586 – 612, 2003.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; BASSO, R. M. **A Semântica, a pragmática e os seus mistérios**. *ReVEL*, v. 5, n. 8, 2007.

QUINE, W.V. **Palavra e objeto**. Tradução de Sofia Stein e Desidério Murcho. Petrópolis: Vozes, 2010. Original: **Word and Object**. Cambridge: MIT Press, 1960.

ROBERTS, C. **Anaphora in intensional contexts**. In: SHALOM; LAPIN (org.). *The Handbook of Contemporary Semantic Theory*. Blackwell: Oxford, pp. 215-246, 1996.

_____. **Demonstratives as definites**. In: Kess van Deemter and Roger Kibble, eds., *Information Sharing*. Standford, CA: CSLI, 2002.

_____. **Uniqueness in definite noun phrases**. *Linguistics and Philosophy*, 26, pp. 287 – 350, 2003.

RUSSELL, B. **Da denotação**. In: *Os Pensadores*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989[1905], p. 3 – 14.

SALMON, N. **Demonstrating and Necessity**. *Philosophical Review*,

111: 497–537, 2002. Reprinted in Salmon 2007.

SCHLENKER, P. **Indexicality and De Se Reports**. 2010. Disponível em:

https://files.nyu.edu/pds4/public/Schlenker-Indexicality_and_De_Se.pdf

Acesso em 09/09/2013.

STRAWSON, P. F. **Sobre el referir**. In: Ensayos lógico-linguísticos. Madrid: Editorial Tecnos, 1983. Original: **On referring**. *Mind*, 59(235), pp. 320–344, 1950.

TEIXEIRA, L. R. **Indexicais e operadores-monstro no português brasileiro**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2012.

VOGT, D. R. **Sobre o comportamento semântico dos demonstrativos complexos: abordagens diretamente referenciais *versus* abordagens indiretamente referenciais**. Trabalho de conclusão de curso – Universidade federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

WOLTER, L. **That's That: The Semantics and Pragmatics of Demonstrative Noun Phrases**. Tese (Doutorado) – University of California, Santa Cruz, 2006.